COMO SERÁ O 25 DE ABRIL EM 2054

# O REFERENCIAL

FOTO:LUSA

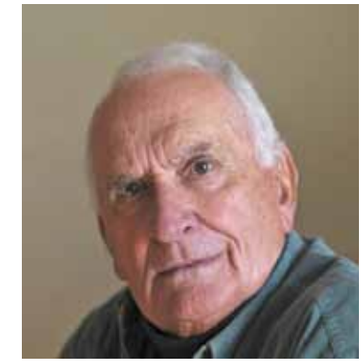
VASCO LOURENÇO

## TEMOS DE EXPULSAR OS VENDILHÕES DO TEMPLO

79,4 % DOS PORTUGUESES ACHAM QUE OS VALORES DE ABRIL NÃO SÃO RESPEITADOS PELO ACTUAL PODER

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Pedro Pezarat Correia | N.º 113 | Janeiro - Junho 2014

# Inovar



PEDRO PEZARAT CORREIA

TRAÇO DE UNIÃO ENTRE LEITORES e a Associação 25 de Abril, *O Referencial* reflecte a vida e obra da instituição que o constituiu órgão oficial, e, assim, o tornou imagem de si próprio e memória da A25A, na exacta medida em que soube assumir o resgisto do tempo. Ao longo dos 113 números que leva de publicação, tem sido um espaço de liberdade, de crítica e debate, uma plataforma de diálogo onde os intervenientes encontram espaço para rasgar linhas de horizonte, irradiar esperança, projectar novos futuros.

Assim tem acontecido, desde o primeiro quartel de 1985, quando, então, saíu à luz do dia o primeiro número de *O Referencial*, sob a direcção de Antero Ribeiro da Silva. Estávamos, na altura, no Forte do Bom Sucesso naquela que foi a primeira sede da A25A.

Durante dezassete anos, *O Referencial* conservou o formato e grafismo iniciais. Mas, em Junho de 2002, o número 67 apareceu revestido de novo desenho gráfico que, pese embora o redesenho introduzido no número 100, em Outubro de 2010, no essencial, perdurou até final de 2013.

Como foi anunciado, pareceu oportuno proceder ao refrescamento de *O Referencial* para o tornar ainda mais moderno e actual, pelo que decidimos a alteração do formato e retocar alguns pormenores do desenho gráfico, sem lhe desfigurar a identidade. As alterações introduzidas foram concebidas, sobretudo, a pensar nos leitores: proporcionar melhor manuseamento e uso mais cómodo, oferecer condições de leitura mais atractiva.

A publicação deste número de *O Referencial* constitui, por isso, mais um marco histórico na vida da A25A, pelos novos horizontes e responsabilidades que lhe são inerentes, mas também pelo caminho percorrido por aqueles que nos precederam e tornaram possíveis as realizações do presente. Doravante, poderemos dizer que o boletim pertence ao passado; a partir de agora temos uma revista.

Não se estranhe, por isso, que nesta hora de mudança, envolvamos neste projecto o trabalho dos anteriores directores de *O Referencial*: além do fundador e já citado Antero Ribeiro da Silva, falamos de João Falcão de Campos, Alcides Sacramento Marques, entretanto falecido, José Rosário Simões, e José Manuel Oliveira Monteiro, a quem aqui prestamos justa homenagem

Esta edição celebra o 40.º aniversário do 25 de Abril com resgisto nas suas páginas do que de mais relevante ocorreu sobre a evocação da efeméride. Inclui um estudo de opinião da Eurosondagem para a A25A/*O Referencial* muito interessante e revelador do pensamento dos portugueses relativamente ao 25 de Abril, regista o espírito criador de membros do Conselho Editorial que se projectaram 40 anos para o futuro e aceitaram discorrer acerca de Abril em 2054, e, também sobre o mesmo desafio, acolhe a perspectiva de quatro jovens universitários

Em tempo de crise, de luta pela preservação dos valores de Abril, todos somos chamados a inovar.

**Cartaz comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril da autoria do mestre Júlio Pomar e de Henrique Cayatte**


CELEBRAÇÕES DE ABRIL 6

HOMENAGEM A SALGUEIRO MAIA 8

SONDAGEM EUROEXPANSÃO / *O REFERENCIAL* 16

MENSAGEM DA DIRECÇÃO 44

PAINEL DE SANTARÉM 52

COMO SERÁ ABRIL EM 2054 116

INQUÉRITO 128

A ARTE DE JOSÉ AURÉLIO 134

OPINIÃO 138

PROTOCOLO DA A25A
COM A FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL 162

RELATÓRIO E CONTAS DE 2013
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL 165

BRIDGE 166



**O REFERENCIAL**

**Propriedade da Associação 25 de Abril** - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:**Vasco Lourenço|**Director:**Pedro Pezarat Correia|**Conselho Editorial:** Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço, Vítor Crespo.|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:**Fernando Farinha (editor), Nuno Augusto, Agência Lusa |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:**Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:** Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org* |**Delegação do Centro:** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org*|**Delegação do Alentejo:** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA Endereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org*|**Delegação do Canadá:** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) 1117 Queen Street West Toronto – Ontario M6J3P4 Canadá |**Edição gráfica**: JM Design & Edições *www.jm-designedicoes.com* - Av. Infante Santo, 23 -5.ºC - 1350 - 179 LISBOA | **Impressão e acabamento**: NORPRINT




# SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

**Mestre Júlio Pomar correspondeu generosamente a um apelo da Direcção da A25A e pintou o quadro, posteriormente, reproduzido em serigrafia conforme acima se exibe, comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril. A edição, composta por 200 exemplares numerados, destina-se, prioritariamente, a ser adquirida pelos associados com quotas em dia, que assim o desejarem, pelo preço especial de 300 euros, por cópia. A inscrição pode ser feita através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.**

FOTO: JOSÉ MARIA ROUMIER

Na fachada do prédio da Rua António Maria Cardoso, Lisboa, no mesmo local onde outrora, noutro edifício, se situou a sede da PIDE, está colocada uma placa em memória das vítimas da famigerada polícia política do Estado Novo

# Do Carmo de boa lembrança até à PIDE de má memória

O PROPÓSITO ERA homenagear Salgueiro Maia, herói de Abril, figura mítica da revolta militar que impôs a rendição de Marcelo Caetano, há 40 anos, no quartel da GNR sediado no Largo do Carmo, em Lisboa. E com essa evocação fazer também memória de todos os militares de Abril já falecidos. Mas, as palavras que ali foram ditas, sobretudo o testemunho presencial de milhares de pessoas que se concentraram para juntar as suas vozes à de Vasco Lourenço, intérprete dos seus camaradas congregados na Associação 25 de Abril, haveriam de aprofundar o sentido estrito da mera evocação com uma narrativa a convergir para a necessidade de lutar pelo progresso dos valores nascidos nessa "madrugada inteira e limpa".

Aos capitães de Abril já grisalhos, juntaram-se cidadãos anónimos e figuras públicas que "quiseram estar onde está o povo" como, no final da cerimónia, precisou Mário Soares: "Houve uma única e verdadeira [comemoração] que é esta aqui, onde está o povo." Aos jornalistas, Mário Soares criticou, ainda, a forma como a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, se dirigiu à Associação 25 de Abril, afirmando que não respeitou os capitães de Abril. E precisou: "Se o Governo e a presidente da Assembleia da República fossem do 25 de Abril, não lhes faziam o que fizeram. Este Governo é contra o 25 de Abril!"

Entre a multidão anónima, estiveram também presentes muitos militares de Abril, nomeadamente, Otelo e Victor Crespo e, Edmundo Pedro, Paulo Morais, Garcia Pereira e Arnaldo Matos. Maria Barroso, Vítor Ramalho, Dias da Cunha, Manuel Alegre, a eurodeputada bloquista Marisa Matias e o coordenador do Bloco de Esquerda, João Semedo, que, tal como Mário Soares, em vez de participar nas cerimónias da Assembleia da República, preferiu juntar-se aos militares de Abril. Citado pela Agência Lusa, declarou: "O BE entendeu que, quando se comemora os 40 anos do 25 de Abril, o centro dessas comemorações devem ser a voz e a palavra dos capitães de Abril. Se as vozes dos militares e capitães se ouvem no Largo do Carmo, eu escolhi o Largo do Carmo para ouvir essa voz.» E, questionado sobre a ausência da Associação 25 de Abril naas comemorações na Assembleia da República, João Semedo acusou o PSD e o CDS-PP de serem os responsáveis".

O povo fez ouvir a sua voz através de palavras de ordem da liberdade, nomeadamente, reclamando "25 de Abril sempre!" e exigindo "fascismo nunca mais".

Após o discurso de Vasco Lourenço, que publicamos na íntegra nas páginas seguintes, procedeu-se à homenagem à memória de Salgueiro Maia, tendo Vasco Lourenço deposto uma coroa de cravos vermelhos na lápide evocativa da gesta desse símbolo mítico de Abril. Um corneteiro executou depois três emocionantes toques: Silêncio, A Mortos e Alvorada. Depois cantou-se a "Grândola Vila Morena" e o hino nacional.

A multidão deslocou-se, a seguir, para a Rua António Maria Cardoso, onde outrora se situou a antiga sede da PIDE, para prestarem homenagem a quatro cidadãos portugueses mortos pelas balas assassinas de agentes da polícia política do regime de Marcelo Caetano. Foram as únicas vítimas mortais em resultado do golpe de Estado que, há 40 anos, permitiu a restauração da Democracia.

O cortejo, vagaroso, cumpriu o pequeno trajecto, com a *Chaimite* a romper caminho aos populares, que acabaram por não caber na Rua António Maria Cardoso e nela fizeram ecoar palavras de ordem, autênticos hinos de liberdade. Na fachada do condomínio de luxo agora localizado no espaço que outrora albergou a sede da PIDE fora colocada uma lápide onde se inscreveu: "Aqui, na tarde de 25 de Abril de 1974 a PIDE abriu fogo sobre o povo de Lisboa e matou: Fernando Gesteiro, José Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme Arruda."

Fernando Carvalho Gesteiro, contava 18 anos, era empregado de escritório e natural de Montalegre; José James Harteley Barneto, de 37 anos, nascera em Vendas Novas; Fernando Luís Barreiros dos Reis, tinha 24 anos, natural de Lisboa, cumpria o serviço militar como soldado da 1.ª Companhia de Penamacor e, na altura, encontrava-se de licença; e José Guilherme Arruda, natural dos Açores, tinha 20 anos, era estudante em Lisboa.

Vasco Lourenço, ajudado por outros membros da Direcção da Associação 25 de Abril, depôs uma coroa de flores junto à fachada onde está colocada a placa, após o que convidou todos os presentes a entoarem, uma vez mais, "Grândola Vila Morena". No final da cerimónia, questionado por jornalistas, Vasco Lourenço declarou: "Cumprimos uma jornada de luta em cheio pela recuperação dos valores de Abril. A 'gafe' do Poder ajudou-nos. Esperemos que o Poder saiba tirar as devidas ilações da atitude do Povo Português."

# Mudar a política ou expulsar o Governo

Vasco Lourenço quando proferia o discurso no Largo do Carmo, Lisboa

FOTO: LUSA

**Em nome da Associação 25 de Abril, no Largo do Carmo, literalmente repleto de cidadãos em festa e também em luta pelos valores de Abril, Vasco Lourenço proferiu o seguinte discurso:**

Faz hoje 40 anos que o Movimento das Forças Armadas concretizou o derrube da mais velha ditadura da Europa.

Dizemo-lo, ontem como hoje, porque parece que há por aí quem, lembrando-se demasiado bem dessa data e do seu significado, que não aceita nem suporta, quer calar a voz dos militares de Abril. A voz de quem, hoje como há 40 anos, continua livre, de mãos limpas e ao serviço de um povo ao qual pertence e jamais trairá.

E se a nossa presença é tão desejada, tão imprescindível e tão insubstituível, não compreendemos o medo, sim o medo, de nos olharem para além da "cereja em cima do bolo"!

Pois bem, que fique claro que não nos fecham a boca, nem amarram os braços, com os *slogans* de que pretendemos um estatuto especial!

Por isso, aqui estamos para lembrar o 25 de Abril e denunciar o que, em nosso entender, atenta contra o seu espírito e os seus valores.

Dizemo-lo e repetimo-lo, aqui e agora, porque os detentores do Poder assumem-se, cada vez mais, como herdeiros dos vencidos em 25 de Abril de 1974.

A luta de muitos portugueses contra a tirania, a opressão e o obscurantismo, culminou nessa radiosa jornada de 25 de Abril de 1974 – que nos lançou na mais extraordinária aventura que um povo pode viver.

Mas se é certo que a grande virtude dos militares de Abril foi o saberem aproveitar as condições criadas por essa luta, bem como as condições resultantes da longa Guerra Colonial, o certo é que o 25 de Abril de 1974 é da exclusiva responsabilidade desses militares que surpreenderam o mundo pela sua generosidade: pela primeira vez na História de Portugal e do Mundo, as Forças Armadas tomaram a iniciativa de devolver o poder aos cidadãos, logo que foram criadas condições democráticas para tal.

Assim, terminada a Guerra Colonial, aprovada a Constituição da República e estabilizadas as Instituições Democráticas, os militares regressaram aos quartéis.
Tudo fizeram pelo seu País, nada quiseram para si.

## DA "MADRUGADA INTEIRA E LIMPA" À INIQUIDADE

A primeira década da Democracia, em que os militares ainda foram o garante da estabilidade, possibilitou aos portugueses a escolha do espaço europeu como modelo político e económico.
Em suma, foi graças a essa "madrugada inteira e limpa", como a crismou Sophia, que foi possível começar a:
Construir um País novo, recuperando-o do atraso em que o haviam colocado;
Fazer um Estado Democrático e de Direito;
Reconhecer o direito à autodeterminação e independência dos povos colonizados;
Retirar Portugal do isolamento internacional em que os ditadores o mantinham;
Inserir o nosso País numa Europa onde o Estado Social garantia há mais de trinta anos uma situação de paz, progresso, bem-estar e justiça social.
Esse, lembramos mais uma vez, foi o tempo de todas as esperanças, convictos de que se caminhava ao encontro de uma sociedade verdadeiramente livre e justa.
Porém, hoje, e repetindo o que afirmámos nesta mesma data há um ano, "assistimos, e sofremos na pele, à destruição de muito do que de bom se conseguiu, ao retrocesso para tempos da outra senhora, à destruição do Portugal de Abril e ao abrir de portas de novas escravidões, à iniquidade, à perda da soberania".

## SINAIS DE EMPOBRECIMENTO E DEGRADAÇÃO DA DEMOCRACIA

Vemos com muita preocupação:
O regresso da emigração em massa porque não há trabalho em Portugal;
O desemprego avassalador e desumano que atira centenas de milhares de compatriotas nossos para o sofrimento, a desesperança, as bermas da indignidade; ingressámos já no grupo dos quinze países do mundo com mais desempregados;
A fome a alastrar pelas camadas mais desfavorecidas;
A enorme desvalorização atingida pelo trabalho;
O aumento escandaloso da injustiça social;
As cantinas das escolas abertas nas férias escolares para que crianças portuguesas possam comer alguma coisa nesses períodos;
Uma classe média destroçada;
O Estado Social a ser destruído, com consequências maiores no direito à educação, à saúde e à segurança social;
O aumento da corrupção que, como Vitorino Magalhães Godinho afirmou no seu livro *Os Problemas de Portugal,* "surge como o regular funcionamento da economia", que nos arrastou para esta enorme crise;
A enorme impunidade que campeia entre os poderosos, considerados acima da lei;
O não funcionamento da Justiça;
O regresso do medo, aos que sentem o emprego em risco ou temem perder o pouco que ainda têm;
Os reformados e os pensionistas a serem esbulhados a cada fim de mês porque quem conscientemente nos desgoverna rasgou os contratos assinados pelo Estado com os trabalhadores para respeitar os inaceitáveis contratos assinados com a troika;
O desrespeito pela dignidade humana.
E porque há valores de dignidade humana inquestionáveis, nomeadamente o direito a um eficiente serviço de saúde pública, de educação pública e de segurança social pública, não podemos assistir indiferentes às situações de pobreza extrema, de carência absoluta, de fome que todos os dias se nos deparam!

## PROPAGANDA GOVERNAMENTAL

Hoje, revoltados, assistimos:
A uma propaganda governamental mais condizente com serventuários do grande capital financeiro do que com governantes eleitos pelo povo para defesa do bem comum;
À desfaçatez e sem vergonha de políticos que, do alto das cadeiras da casa que devia ser da Democracia, vêm a público afirmar, sem pingo de bom senso, que o País está melhor embora os portugueses estejam pior;
A uma governação que legisla como se a Constituição não existisse, passando pelo descrédito, contínuo desde há três anos, de ver leis suas revogadas pelo Tribunal Constitucional, que em permanência afronta.
Neste contexto, muitos dos nossos compatriotas já perderam a esperança. Mas porque "há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não", continuamos a lutar – dissemo-lo há um ano e reafirmamo-lo agora – "com as armas que a Democracia conquistada com Abril ainda nos permite, contra os novos tiranos que nos roubam o pão, o trabalho e a soberania".
A desvergonha é tanta que, no Governo, ao mais alto nível, há até quem se atreva a falar de uma nova Restauração, fazendo de conta que não sabe que um novo 1640 está mesmo a caminho com a inevitável defenestração dos Miguéis de Vasconcelos que por ali andam.
Mas hoje, neste local simbólico que tão gratas recordações nos traz, podemos e queremos dizer sem qualquer hesitação, que quem nos desgoverna subiu ao Poder fazendo promessas que não cumpriu. Enganando os cidadãos que neles votaram. Deslegitimando-se, ética, moral e politicamente.

**A opção de Mário Soares por estar no Largo do Carmo, Lisboa, a celebrar Abril com o Povo, foi muito saudada pelos seus concidadãos que, por isso, muito o cumprimentaram**

## HOMENAGEM A SALGUEIRO MAIA E A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS

Hoje, além de com subido orgulho homenagearmos aqui um dos nossos – Salgueiro Maia, e nele evocarmos todos os Militares de Abril já falecidos –, queremos lembrar a todos os nossos concidadãos que a democracia não se limita a eleições de quatro em quatro anos.

Queremos afirmar que quem nos desgoverna tem de prestar contas de cada um dos seus actos que mexe com a vida de todos nós. Não podemos ficar de braços cruzados perante um Portugal de joelhos face ao poder estrangeiro, cada vez mais pobre, cada vez mais devedor (a nossa dívida pública nos últimos três anos saltou de 90 para 130 mil milhões), cada vez mais esmifrado.
A situação é esta e não estamos a exagerar. Sabemos que a luta em que estamos envolvidos é uma luta difícil. Disso todos temos de ter consciência. Os inimigos, dentro e fora de fronteiras, são poderosos – mas a nossa História quase milenar, e o direito à nossa vida com futuro, a isso nos obrigam. Não podemos virar a cara à luta.
Sublinho hoje de novo, como já tantas vezes o fizemos: temos a consciência de que a crise é generalizada no mundo ocidental, nomeadamente na Europa – mas isso não justifica a profundidade que atingiu Portugal.
Estamos a lutar contra o marasmo, o conformismo, o amochar que se tem apoderado de muitos portugueses perante as contínuas agressões e roubos de que são vítimas. O País está a ser destruído e temos de nos mobilizar a fundo para pormos cobro a uma situação que seria impensável há meia dúzia de anos.
Estamos a incentivar as acções da sociedade civil, que vem despertando, vem assumindo a contestação e vem dando sinais inequívocos ao Poder – os quais, a não serem entendidos, provocarão fortes convulsões sociais, com a violência em pano de fundo.

## PAÍS VENDIDO A PATACO E DEMOCRACIA A APODRECER

Insistimos e sabemos do que falamos: cada dia que passa assistimos à destruição do que de positivo foi sendo construído no nosso País em resultado da acção libertadora de há 40 anos.
O País está vendido, em grande parte e a pataco, ao estrangeiro!
As desigualdades, consumadas no aumento do enriquecimento dos que já têm tudo e no cada vez maior empobrecimento dos mais desfavorecidos, transforma a nossa sociedade num barril de pólvora que apenas será sustentável numa nova ditadura opressiva, com o desaparecimento das mais elementares liberdades.
Como há um ano, manifestamos de novo, e com maior veemência, a nossa indignação face aos acontecimentos que se estão vivendo em Portugal e que configuram, de modo irrefutável, um enorme e muito grave descrédito dos representantes políticos no Poder, que deliberadamente criaram e sustentam esta situação.
Insistimos, sem tibieza, que a Democracia não é, nem pode ser jamais, a concessão a uns quantos de uma patente de incompetência ou pilhagem, para se enriquecerem a si e a amigos durante quatro anos ou mais.
A Democracia tem o seu fundamento na confiança que os representados têm nos seus representantes e na lealdade destes perante quem os elegeu. Quando essa confiança é traída e essa lealdade desaparece, a legitimidade moral e política da classe dirigente desmorona-se e o cimento da Democracia apodrece. O que não podemos permitir.
Isto é o que, infelizmente há muito tempo, pensamos – mas que em nosso entender se agravou de modo substancial nos últimos anos, com um Governo de joelhos submetendo-se docilmente aos ditames da *troika* e, por mais inconcebível que tal seja, indo ainda mais longe do que exigem esses estrangeiros que hoje mandam no nosso País transformado numa espécie de protectorado.

## QUESTIONAR O EURO E A EUROPA

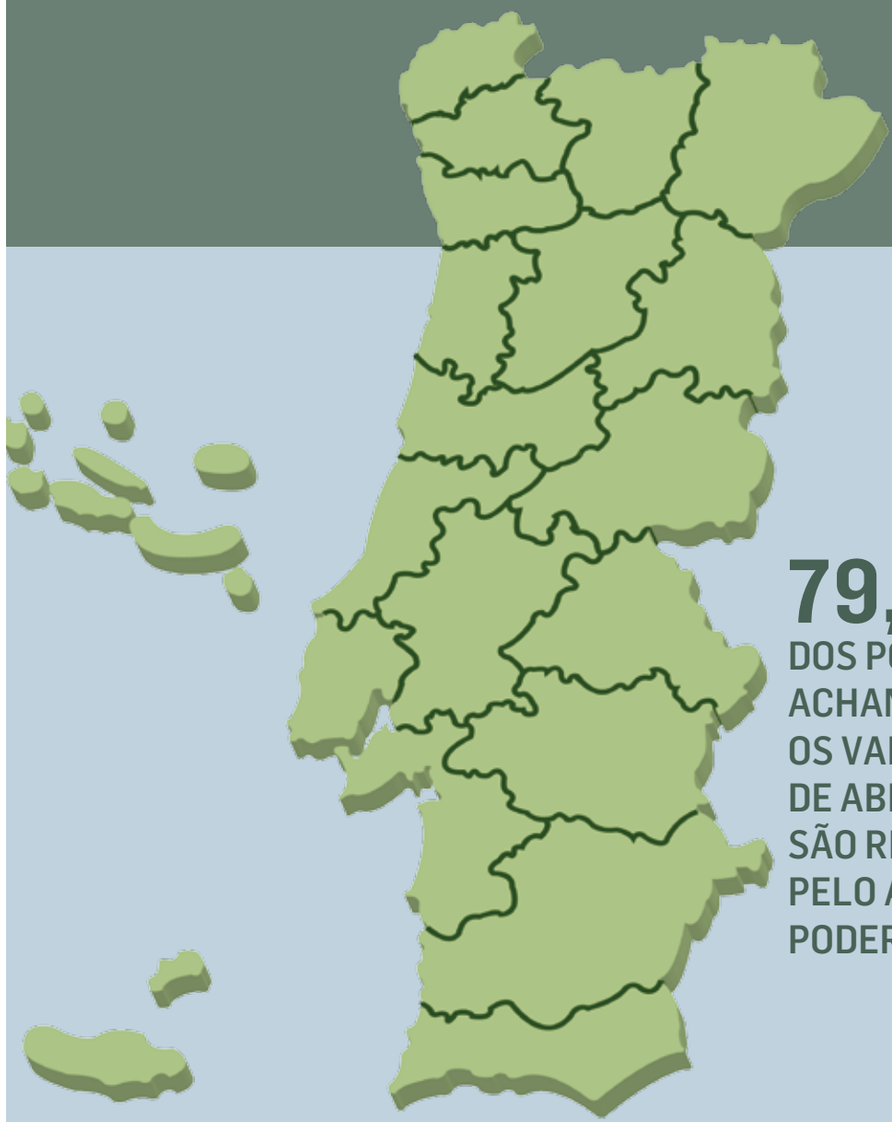
E porque a justificação para a não mudança parece ser a nossa pertença ao Euro e à União Europeia, e porque esta caminha para um projecto falhado, um projecto moribundo, há que questionar a nossa continuidade no Euro e na própria União Europeia.
Numa Democracia existem sempre alternativas.
Numa Democracia não existem assuntos tabus.
Por isso não devemos ter receio de discutir a nossa pertença à UE e ao Euro!
Pertencemos à Europa, irrevogavelmente, pela cultura, pela história, pelos milhões de portugueses que estão no seu território, mas não queremos, não aceitamos ser o lúpen proletariado da Europa! Queremos pertencer a uma União e não a um Império!
Somos europeus, não somos subeuropeus! As nossas razões para estarmos na Europa são as do Respeito, as da Igualdade, as da Solidariedade.
Se a União Europeia continuar como está, será preferível sairmos!

## CHEGOU O MOMENTO DE A POPULAÇÃO DIZER BASTA

Em resumo e para que fique claro: a situação em que Portugal se encontra é inaceitável, insustentável e perigosa. E porque continuamos a considerar que a antecâmara do totalitarismo surge quando, num Estado de Direito, a classe política perde o seu prestígio porque se transforma numa espécie de casta que deixa de servir os interesses de todos para servir os seus próprios interesses e/ou os interesses dos já poderosos, chegou o momento de, com toda a força, a população dizer basta – e, em nome da Pátria, apontar a solução: ou se muda urgentemente de política e inverte o caminho de submissão, austeridade e empobrecimento do País, ou este Governo tem de ser apeado sem hesitação. De preferência por iniciativa do Presidente da República, que continua a ser um mero assistente passivo ou mesmo conivente, tardando em fazer uma leitura consequente da situação que se vive em Portugal, desviando-o do plano inclinado em que se encontra, rumo ao precipício.
Temos de ser capazes de aproveitar as armas da Democracia e mostrar aos responsáveis pelo "estado a que isto chegou" um cartão vermelho, que os expulse de campo!
Não duvidemos, temos de ser capazes de expulsar os "vendilhões do templo"!
Os desmandos e a tragédia da actual governação não podem continuar!
Igualmente, temos de ser capazes de retornar às Presidências de boa memória de Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio!
Temos de ser capazes de ultrapassar os sectarismos, temos de ter a capacidade de reconhecer o inimigo comum, mesmo antes de sermos totalmente derrotados.
Vencendo o conformismo, temos de ser capazes de resistir de novo, reconquistar as utopias, arriscar a rebeldia e renovar a esperança!
Recolocados os valores da madrugada libertadora, nessa altura, vencido o medo, poderemos então retomar a esperança de reafirmar Abril e construir um futuro melhor!

Vasco Lourenço

**Nota: Título e subtítulos da responsabilidade da Redacção**



**79,4 %**
**DOS PORTUGUESES ACHAM QUE OS VALORES DE ABRIL NÃO SÃO RESPEITADOS PELO ACTUAL PODER**

ESTUDO DE OPINIÃO
EUROSONDAGEM/A25A PARA O REFERENCIAL

# **25 de Abril** é importante para 91,9% dos portugueses

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

O 25 DE ABRIL DE 1974 é considerado um acontecimento importante pela esmagadora maioria dos portugueses, apenas uma minoria residual tem opinião divergente.

Segundo revela um estudo de opinião da Eurosondagem/Associação 25 de Abril para *O Referencial*, 91,9% dos portugueses classificam o acontecimento como importante e 59,3% julgam-no como muito importante.

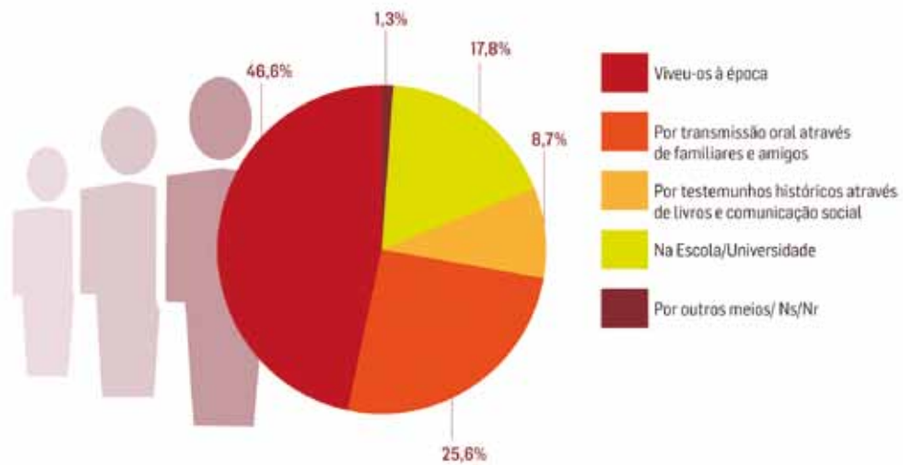
O estudo, cuja ficha técnica, nos termos da lei, publicamos na íntegra em caixa autónoma, indica que uma maioria de 46,6% dos entrevistados viveu os acontecimentos à época; 25,6% tomaram dele conhecimento por transmissão oral, através de familiares e amigos; 17,8% beberam-no na escola ou na universidade; 8,7% ficaram a conhecê-lo por testemunhos históricos, através de livros e da comunicação social; e 1,3% recebeu-o por outros meios e ou não sabiam ou não responderam.

Estes testemunhos indiciam, claramente, que a sociedade portuguesa está a envelhecer, uma vez que, passados 40 anos, quase metade dos portugueses presenciou os acontecimentos do 25 de Abril. Por outro lado, dão uma pálida imagem do serviço da Escola/Universidade na transmissão e ensinamento desses acontecimentos, porquanto esse desempenho é largamente ultrapassado pela transmissão oral. Dir-se-á que, relativamente à comunicação do 25 de Abril, a Família venceu a Escola!

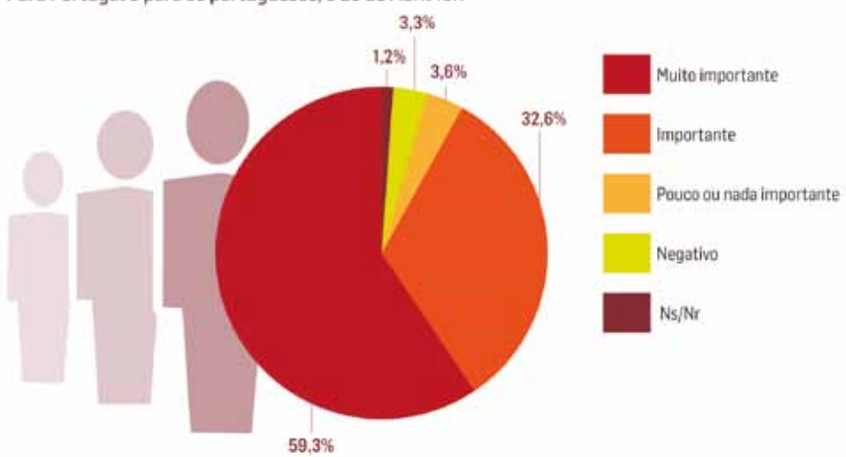
Quando perguntados "como sentem hoje os portugueses os valores do 25 de Abril, (Liberdade, Democracia, Paz e Justiça Social)", o estudo revela que 53,2% sentem-no pouco; 29,6% sentem-no muito; 14,1% não sentem nada; e 3,1% não sabiam ou não responderam. As respostas reflectem o momento actual da sociedade, com a maioria da população a considerar ameaçados os valores de Abril, e 14,1% a manifestarem a opinião de que esses mesmos valores não existem.

À pergunta do inquérito "como acha que são respeitados pelo Poder os valores do 25 de Abril",

❶ Como tomou conhecimento dos acontecimentos do 25 de Abril de 1974?




❷ Para Portugal e para os portugueses, o 25 de Abril foi?




49,6% dos portugueses entendem que são pouco respeitados; 29,8% dizem que são nada respeitados; 15,2% consideram que são muito respeitados e 5,4% não sabiam ou não responderam. Também aqui as respostas alinham com o actual momento da sociedade portuguesa e, se conjugadas com os juízos formulados sobre a pergunta anterior, revelam coerente discernimento. Ou seja, 53,2% dos portugueses consideram que os valores do 25 de Abril se sentem pouco na sociedade portuguesa e, paralelamente, 49,6% acham que esses mesmos valores são pouco respeitados pelo Poder.

Mas, ao somarem-se as respostas dos que entendem que os valores são pouco respeitados com as que referem que são nada respeitados, teremos 79,4% dos portugueses a considerar que o actual Poder abjura o 25 de Abril.

Quanto à questão de saber se "o 25 de Abril de 1974 mudou a vida dos portugueses", 80,3% entendem que sim e mudou para melhor; 8,7% consideram não ter provocado alterações significativas; 5,8% são de opinião de que mudou para pior; e 5,2% não sabiam ou não responderam.

**80,3% DOS PORTUGUESES CONSIDERAM QUE O 25 DE ABRIL LHES MUDOU A VIDA**

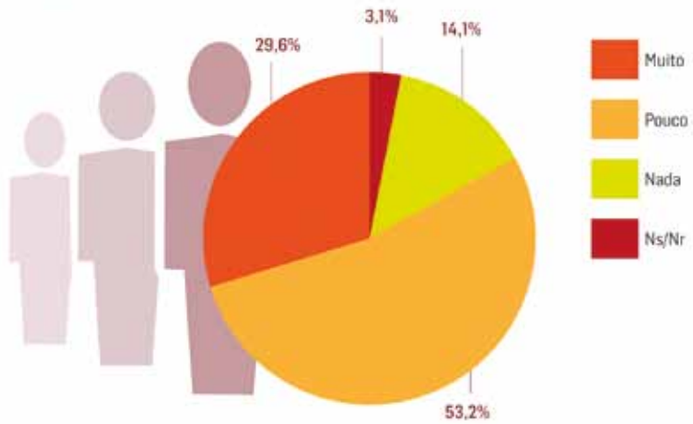
E, indagando o questionário como vive a generalidade dos portugueses após 40 anos do 25 de Abril, independentemente do actual momento, 63,8% dos portugueses consideram que vive melhor; 21% entendem que vive pior; 7,5% dizem que vive sem alterações significativas; e 7,7% não sabiam ou não responderam.

Nas respostas a estas duas últimas questões observa-se uma consonância de pontos de vista quanto ao facto de o 25 de Abril ter mudado a vida dos portugueses para melhor e de, passados 40 anos, viverem melhor, não obstante as dificuldades impostas pelo Plano de Assistência Económica e Financeira a que Portugal está sujeito.

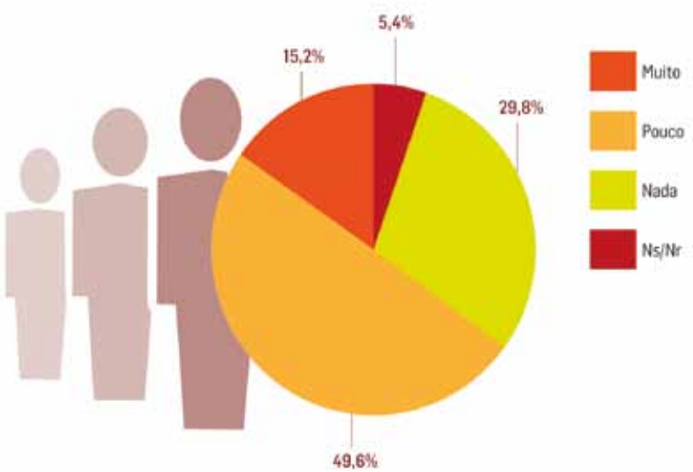
Finalmente, à pergunta "acha que o 25 de Abril de 1974, para além de Portugal, teve importância internacional", 45,7% dos portugueses entendem que sim: 25,7% acham que talvez; 10% consideram que não; e 18,6% não sabiam ou não responderam. Estas respostas poderão indiciar um certo alinhamento com o perfil da amostra, presumindo-se que os entrevistados que viveram os acontecimentos à época, e que foram 46,6% dos portugueses, possam ser mais esclarecidos quanto às repercursões internacionais (descolonização, novos países para o Mundo, efeito repercutor na vizinha Espanha).

O estudo de opinião analisa a amostra no desdobramento por género e revela um quadro muito equilibrado com pequeníssimas diferenças. Dir-se-á que homens e mulheres exprimem os mesmos sentimentos relativamente ao 25 de Abril. O desdobramento por faixa etária revela algumas diferenças, próprias da vivência de quem tem entre 15 e 30 anos, 31 e 59 anos, e 60 ou mais anos. E o desdobramento por região reflecte, evidentemente, as realidades de quem vive no Norte, Área Metropolitana do Porto, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Sul, Açores, e Madeira. Mas a análise a estas questões, deixamo-la a quem tem autoridade para a fazer, neste caso, João Teixeira Lopes, professor catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia, cujo trabalho publicamos nas páginas seguintes.

3 Como sentem hoje os portugueses, os valores do 25 de Abril (Liberdade, Democracia, Paz e Justiça Social)?




4 Como acha que são respeitados pelo Poder, os valores do 25 de Abril?



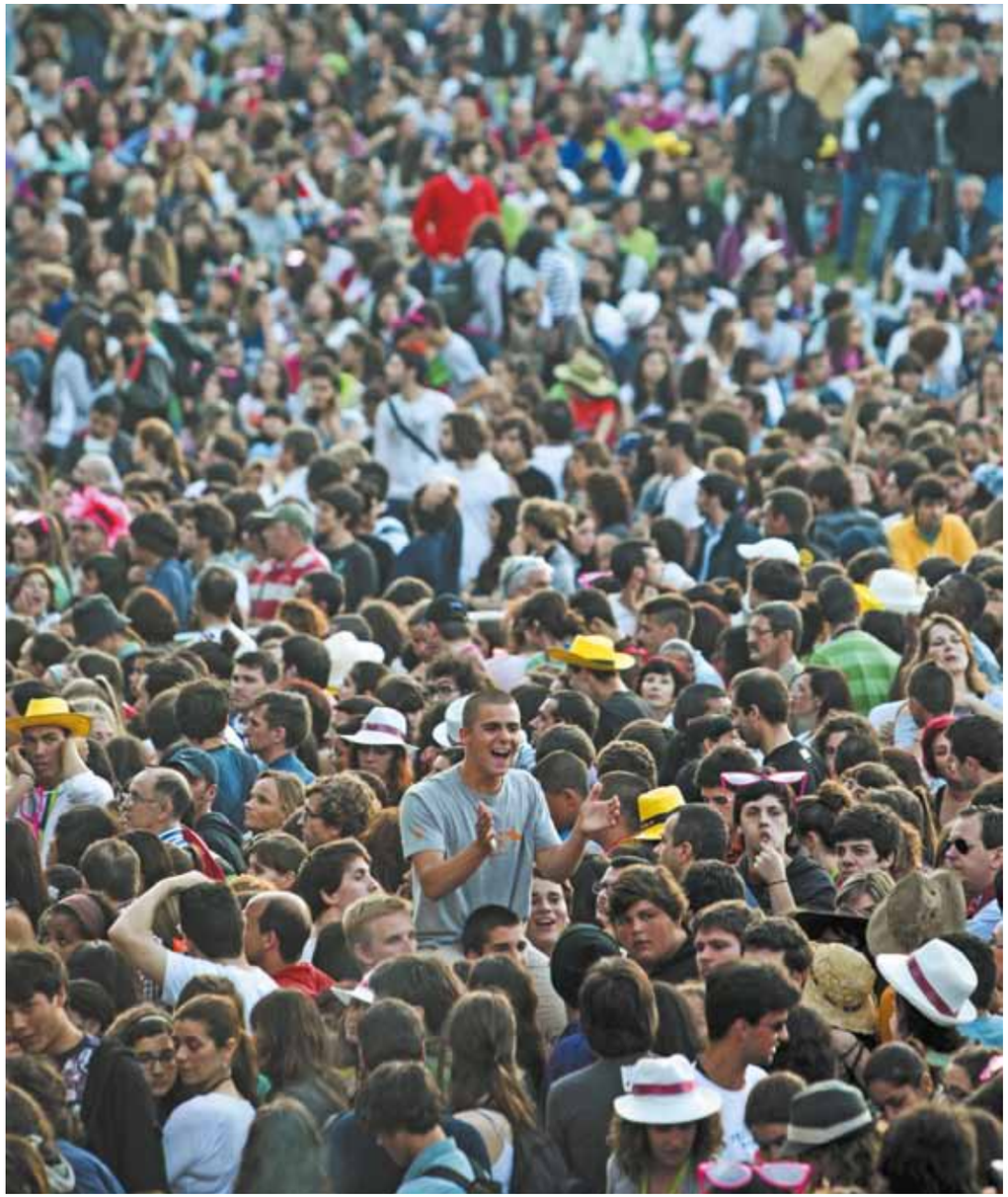
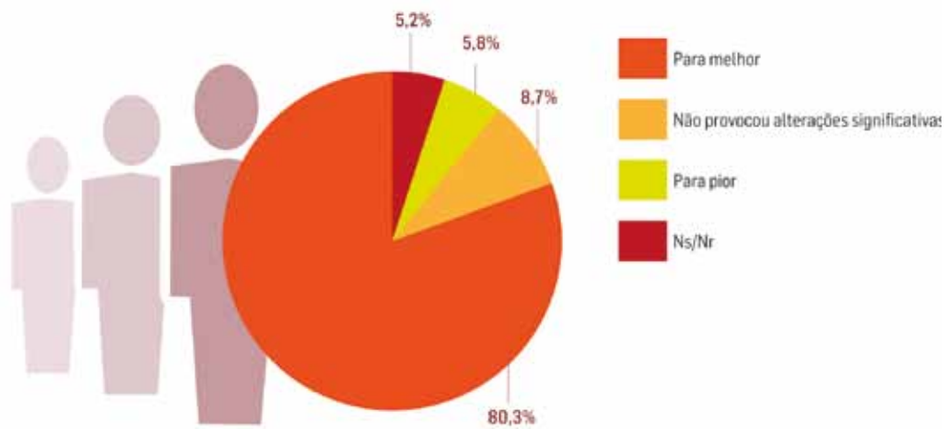
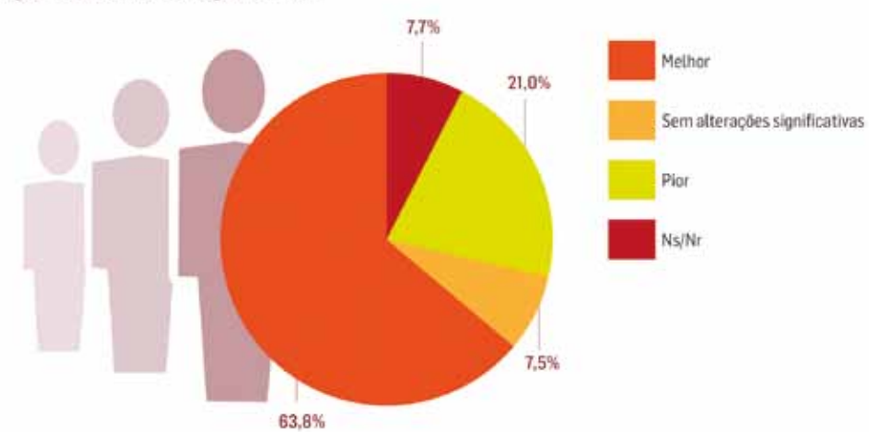



FOTO: LUSA

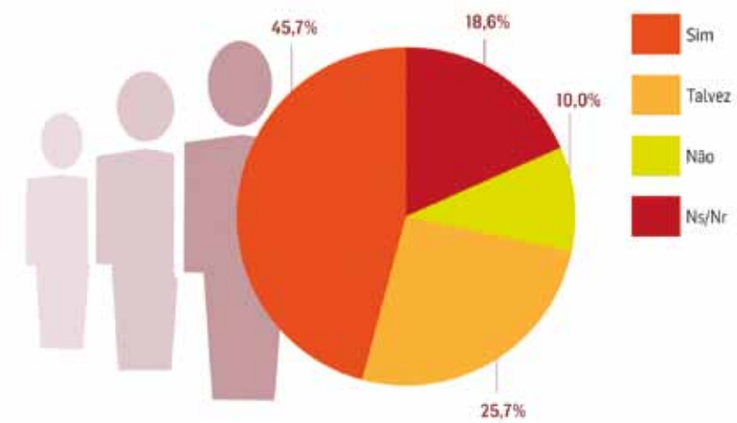
5 O 25 de Abril de 1974, mudou a vida dos portugueses?




6 Após 40 anos do 25 de Abril, e independentemente do atual momento, a generalidade dos Portugueses vive?




7 Acha que o 25 de Abril de 1974, para além de Portugal, teve importância Internacional?

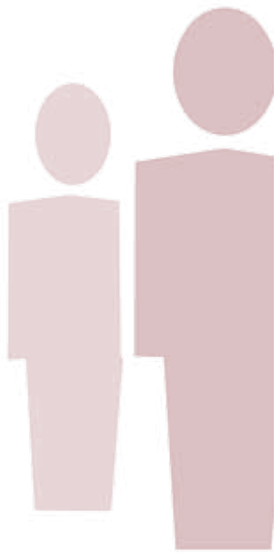



FICHA TÉCNICA

Estudo de Opinião efectuado pela Eurosondagem S.A. de 31 de Março a 11 de Abril de 2014.
Entrevistas telefónicas realizadas por entrevistadores seleccionados e supervisionados.
O universo é a população com 18 anos ou mais, residente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, e habitando em lares com telefone da rede fixa.
A amostra foi estratificada por região (Norte – 19,8%; AM do Porto – 13,8%; Centro – 25,4%; AM de Lisboa – 24,7%; Sul – 9,6%; Região Autónoma dos Açores – 3,3%, e Região Autónoma da Madeira – 3,4%), num total de 2025 entrevistas validadas.
Foram efectuadas 2.466 tentativas de entrevistas e, destas, 441 (17,9%) não aceitaram colaborar no Estudo de Opinião. Foram validadas 2025 entrevistas
A escolha do lar foi aleatória nas listas telefónicas e o entrevistado, em cada agregado familiar, o elemento que fez anos há menos tempo, e desta forma aleatória resultou, em termos de sexo (feminino – 50,6%; masculino – 49,4%) e no que concerne à faixa etária (dos 15 aos 30 anos – 18,8%; dos 31 aos 59 – 49,9%; com 60 anos ou mais – 31,3%).
O erro máximo da amostra é de 2,18%, para um grau de probabilidade de 95,0%.
Um exemplar deste Estudo de Opinião está depositado na Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

## OLHAR DE SOCIÓLOGO

# Uma memória activa



**JOÃO TEIXEIRA LOPES***

O ESTUDO DE OPINIÃO que em boa hora a Associação 25 de Abril dinamizou mostra um dado fundamental: apesar de a maioria dos inquiridos não ter vivido presencialmente a Revolução, uma esmagadora percentagem considera-a importante ou muito importante, do mesmo modo que não hesita em considerar que os portugueses vivem hoje melhor. Por outras palavras, a ruptura fundadora da democracia transformou-se em memória, marco histórico, referencial. Não se pense, todavia, que tal representação é inócua ou neutra: as pessoas associam o acontecimento à transformação e assinalam um nexo de causa-efeito face ao momento presente. Em suma, estamos a falar de uma memória activa, cidadã, com clara repercussão nas práticas, e não de uma memória-museu, domesticada, amorfa, paralisada. Mais relevante ainda: esta memória é colectiva, transversal, unificadora, uma vez que não há diferenças significativas nas respostas quanto ao género, faixa etária ou região.

De igual modo, existe uma forte partilha quanto à consideração de que os valores de Abril (Liberdade, Democracia, Paz e Justiça Social) não são hoje sentidos pelos portugueses ou ainda no que concerne à ideia de um desrespeito desta matriz por parte do actual poder político. Talvez aqui se encontre uma pista para uma conclusão recorrente de cumulativos estudos que mostram que os portugueses, bem mais do que a média europeia, sofrem de uma percepção de grande afastamento subjectivo face ao poder: como se ele lhes fosse estranho, exterior e até hostil. Este sentimento é ainda maior, na senda do que outros estudos revelam, nas classes menos favorecidas em termos de capital escolar, que acrescentam à sua exclusão uma muito menor participação política do que as classes mais capitalizadas, contribuindo assim para aprofundar a sua desvantagem social.

FOTO:LUSA

A espiral de não concretização de promessas e de grandes desígnios provoca uma corrosão profunda no capital de confiança de um povo. As consequências estão à vista: desânimo, apatia, implosão. Mas podem transformar-se, em cadeias de eventos tidos como "imprevistos", em rebeliões ou tumultos. Ou ainda, se houver protagonistas colectivos e movimentos sociais bem enraizados, em mobilização crítica e transformadora. Oxalá seja esse o caminho.

* **Sociólogo, Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

# Manifestação na Avenida

## COMEMORAÇÕES POPULARES EM LISBOA

# Multidão na rua reclama outro futuro

QUARENTA ANOS depois de Abril qualquer comemoração tenderá a ser nostálgica, piegas, porventura bafienta se cair na tentação de idolatrias passadistas. As comemorações populares do 25 de Abril, passados 40 anos, tiveram o condão de, em Lisboa, constituir uma afirmação de vontade de milhares de pessoas unidas no desfile do Marquês de Pombal até ao Rossio, conscientes da realidade do momento presente e, por isso mesmo, muito determinados a exigir outro futuro.

A comissão promotora (*ver caixa*), ao considerar o 25 de Abril de 1974 como "um dos dias mais luminosos da História de Portugal", apelava a que nesta data o povo se congregasse "em nome de uma política que defenda o regime democrático, que edifique um Estado onde o trabalho, a solidariedade, a segurança social a justiça, a saúde, a educação e a cultura sejam pilares fundamentais". Em defesa de "uma política que coloque o desenvolvimento da economia ao serviço de quem trabalha e de quem trabalhou, das novas gerações e do futuro do País". E na exigência de um "futuro que terá de dar resposta aos enormes problemas com que as novas gerações se debatem".

A esmagadora maioria de jovens, homens, mulheres e crianças, participantes do desfile popular da Avenida de Liberdade, em Lisboa, certamente não terá lido o manifesto da convocatória da Comissão Promotora e não precisou sequer de o ler para estar presente e participar. A consciência individual impunha a presença como um acto natural, tão natural como a respiração, afinal, tão natural por estar em causa a recuperação de valores e de direitos tão enxovalhados pelo Governo.

Na verdade, o desfile deste ano apresentou-se como há muito não se via. Pelos muitos milhares de pessoas presentes, pela diversidade social, económica e política que representam.

Vasco Lourenço considerou expectável que este ano houvesse uma manifestação enorme, em reflexo da "recuperação dos valores de Abril como há muito não se via". No seu entender, os 40 anos do 25 de Abril já não mobilizam as pessoas, e isso seria apenas um acto de saudosismo. No entanto, declarou não ver nenhum partido que consiga afirmar-se como pólo aglutinador como é, de facto, o 25 de Abril.

Ora, foi exactamente em torno da ideia mobilizadora do 25 de Abril que as multidões desceram à rua para celebrar uma efeméride sem dúvida, mas, sobretudo, para protestar contra o Governo e Presidente da República por causa do modo como estão a (des)governar o País.

"O Povo não quer fascistas no Poder" foi uma das palavras de ordem gritadas pelos manifestantes, que também afirmaram: "Somos muitos, muitos mil, para continuar Abril".

Mário Soares, citado pelo "Diário de Notícias", considerou "extraordinária" a dimensão do desfile e criticou o actual sucessor, Cavaco Silva, porque "nunca foi capaz de usar um cravo".

Cravos não faltaram no desfile das comemorações populares em Lisboa. Empunhados por manifestantes ou simplesmente ostentados sobre o vestuário junto ao peito, eles exteriorizavam uma incontida alegria interior, tornaram-se lenitivo para a raiva do momento presente, ardor e esperança para "continuar Abril". Dir-se-ia que, conjuntamente, foi a alegria e também a revolta que saíram à rua, no coração daqueles que se assim manifestaram.

O desfile, que demorou algumas horas a percorrer o espaço que separa o Marquês de Pomboal do Rossio, integrou centenas de organizações cívicas, representações políticas, socioprofissionais, de juventude, reformados, e as duas centrias sindicais.

No palco, instalado no Rossio, usaram da palavra vários representantes da comissão promotora, cabendo ao vice-presidente da A25A, coronel Aprígio Ramalho, encerrar a manifestação com o discurso que publicamos na página seguinte.

## COMISSÃO PROMOTORA

Associação 25 de Abril •Associação Abril • Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) • Associação Conquistas da Revolução • Associação Intervenção Democrática (ID) • Associação José Afonso (AJA) • Associação Os Pioneiros de Portugal • Associação Portuguesa de Deficientes • Associação Projecto Ruído • Bloco de Esquerda (BE) • Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa (CIL) • Comissão da Juventude da UGT • Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) • Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) • Congresso Democrático das Alternativas (CDA) • Conselho Nacional da Juventude (CNJ) • Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) • Ecolojovem "Os Verdes" • Frente Anti-Racista (FAR) • Interjovem-CGTP • Jovens do Bloco • Juventude Comunista Portuguesa (JCP) • Juventude Socialista (JS) • Manifesto em Defesa da Cultura • Movimento Alternativa Socialista (MAS) • Movimento Democrático de Mulheres (MDM) • Movimento dos Utentes de Serviços Públicos (MUSP) • Movimento de Renovação Comunista (MRC) • Movimento Trabalhadores Desempregados • Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) • Partido Comunista Português (PCP) • Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) • Partido Operário de Unidade Socialista (POUS) • Partido Socialista (PS) • Precários Inflexíveis • União Geral dos Trabalhadores (UGT) • União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) • Diversos independentes.

## ESTÁ NA HORA DE DEVOLVER O PODER AO POVO ATRAVÉS DO VOTO

# O Governo não cumpre a Constituição e por isso perdeu legitimidade

**APRÍGIO RAMALHO***

AS GENUÍNAS e entusiásticas participações populares a que assistimos esta manhã no Largo do Carmo e a que agora estamos a viver aqui são a inequívoca afirmação de que o espírito e os valores do 25 de Abril de 1974 estão bem vivos nos corações dos portugueses, apesar de todas as tentativas de apagamento a que têm sido sujeitos.
Nesta comemoração do 40.º Aniversário de "o dia inicial inteiro e limpo", esperava e desejava poder partilhar convosco as alegrias de vivermos numa Pátria livre e numa sociedade de que nos orgulhássemos, pela qualidade da sua democracia e por permitir a realização pessoal e uma vida digna e feliz a todos os seus membros, mas infelizmente a realidade é bem diferente, pois estamos a assistir à destruição do muito que foi construído, em consequência da acção libertadora levada a cabo pelos militares de Abril. Nomeadamente, com o regresso da emigração em massa, tendo especial incidência numa juventude altamente qualificada, com o aumento das desigualdades, da pobreza e mesmo da fome em muitas famílias, com o culto e a prática dos baixos salários e da forte diminuição dos direitos dos trabalhadores, com a ausência de uma justiça oportuna e igual para todos e com a instalação do medo no seu dia-a-dia.

O 25 de Abril que comemoramos é o que pôs fim à longa ditadura fascista e colonialista, que acabou com uma guerra injusta e sem sentido, que abriu o caminho à participação dos cidadãos na vida pública, ao desenvolvimento económico, social e cultural, dizendo não ao oportunismo, à corrupção, aos interesses ilegítimos dos grupos financeiros e sim à justiça social, ao direito ao trabalho, ao emprego, à saúde, à educação, à habitação, à paz e à esperança no futuro.
Os ataques que vêm sendo desferidos contra as conquistas da Revolução dos Cravos, agravados nos últimos anos, ao ponto de termos perdido a soberania, trouxeram-nos até à pior situação política, económica, social e cultural, de que há memória após o 25 de Abril.
Os actuais detentores do poder, embora o tenham atingido de forma democrática, pela prática política que vêm tendo, não cumprindo e não fazendo cumprir a Constituição da República, que juraram defender, não respeitando as promessas e os compromissos que assumiram e, pelo contrário, seguindo práticas que lhes são opostas, perderam a legitimidade ética, moral e cívica, para o exercício das funções que ainda formalmente detêm e, por isso, os claros indicadores de desprestígio, de falta de confiança e de respeito, que a maioria dos portugueses neles deposita.

**No palco do comício do Rossio, Lisboa: os presidente e vice-presidente da Direcção da A25A, repsectivamente, Vasco Lourenço e Aprígio Ramalho**

Vem a propósito reproduzir as declarações de um conhecido comentador político, apoiante desses detentores do poder, recentemente publicadas. Dizia ele: "Os reformados ou são atingidos materialmente ou são torturados psicologicamente. Pior era impossível. Tudo isto revela incompetência e insensibilidade. O Governo fala dos destinatários dos cortes de reformas e pensões, como números e não como pessoas."

### GRITO DE ALERTA

Julgo que esta declaração espelha bem o carácter dos actuais responsáveis políticos.
Por estes motivos, está na hora de um sonoro grito de alerta, que provoque o sobressalto colectivo e a consequente mobilização popular para que, conscientes dos seus inalienáveis direitos e deveres cívicos e patrióticos, os portugueses os exerçam com determinação e inteligência, na procura dos caminhos e soluções que melhor sir-

vam o interesse colectivo e nos devolvam a esperança num futuro que possa dar plena satisfação aos nossos legítimos anseios.
É imperioso que, de forma veemente, digamos não à resignação e à apatia, perante a ofensiva de uma propaganda baseada na inevitabilidade da situação que vivemos e na inexistência de soluções alternativas às actuais políticas, geradoras de uma grave crise nacional e internacional, com origem na especulação e desregulação financeiras, agravadas pela forte austeridade imposta, provocadora de uma dramática desagregação da economia, de um desemprego com as mais altas taxas que conhecemos, da forte quebra dos salários e da brutal redução das pensões dos reformados, de uma fortíssima e injusta carga fiscal, da redução dos legítimos direitos na saúde, na educação e na segurança social. Tudo isto com uma chocante insensibilidade social e desprezo pela dignidade da pessoa humana!
Hoje é para todos claro, que não há conquistas irreversíveis, que o capital financeiro especulativo, subjugará os povos que se descuidam e não protegem eficazmente os seus direitos.
A situação que vivemos é bem a prova desta realidade, pois, a seguir a terem hipotecado o País, trataram de vender aos detentores desse capital tudo o que eram negócios e empresas lucrativas, mas não satisfeitos com isso, continuam determinados em desbaratar o pouco que ainda resta e a porem em causa o domínio público de recursos estratégicos e essenciais à vida, como, por exemplo, a água.
Colocaram-nos condições humilhantes, que espalharam a pobreza, a miséria e a desumanização nos portugueses e que puseram em causa a nossa soberania. Em resumo, estão a empurrar-nos para uma nova ditadura repressiva, com todas as suas consequências nos direitos, liberdades e garantias.
Não nos deixemos anestesiar com hipotéticas promessas de solidariedade europeia, pois também, por esta via, já tivemos a amarga prova do que podemos esperar.

## SAIR DO PESADELO

Perante este quadro negro e desanimador, impõe-se perguntar: então como poderemos sair deste pesadelo?
Consideramos que não podemos abdicar de empunhar as armas da democracia, pois é no seu verdadeiro e patriótico enquadramento, que encontraremos as necessárias respostas, nomeadamente:
Através do desmantelamento dos grupos organizados de interesses, que capturaram o nosso regime, gerando uma intolerável promiscuidade e corrupção, entre grupos económicos e financeiros e os representantes do Estado;
Pondo termo à inaceitável e manipuladora influência de organizações de classe, bem conhecidas, na produção das leis e posteriormente na sua indevida e fraudulenta exploração em proveito próprio e desses grupos;
Exigindo um inequívoco compromisso político de defesa e aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, da Segurança Social e do reforço do desenvolvimento científico e cultural do País;
Assumindo um posicionamento mais firme na defesa patriótica dos interesses nacionais, junto dos nossos parceiros nas diversas organizações internacionais que integramos, bem como junto dos nossos credores, de forma a garantir a retoma da plena soberania nacional e a reconquista da dignidade de um povo que se pode orgulhar da sua História, mesmo que com isto tenhamos de correr alguns riscos;
Obrigando as forças políticas, que se foram acomodando sob a protecção do arco do sistema, a alterarem profundamente as suas práticas e objectivos, por forma a poderem apresentar ao povo português propostas inquestionavelmente sérias, justas e viáveis e uma nova postura de verdadeiro serviço da causa pública, que consigam reconquistar a credibilidade e a confiança dos portugueses.
Só assim aqueles que há 40 anos tudo arriscaram para restituírem ao seu povo a liberdade e o direito de cidadania e reconquistarem a respeitabilidade de Portugal no seio da Nações se sentirão reconfortados, ao verem que os portugueses compreenderam a razão da patriótica atitude que então assumiram e os valores por que se bateram e batem, para vencer o medo, reafirmar Abril, construir o futuro.

Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

**No desfile da Avenida da Liberdade, Lisboa, incorporaram-se representantes de várias gerações solidários, a uma só voz, na defesa dos direitos que Abril lhes concedeu**

***Discurso proferido na Praça do Rossio, em nome da A25A, no encerramento do desfile popular comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril. Título e subtítulos da responsabilidade da Redacção.**

## XXXVII Corrida da Liberdade em Lisboa

Conjuntamente organizada pela A25A, Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa e Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, com a colaboração das Câmaras Municipais de Lisboa (Departamento do Desporto) e Odivelas (Divisão do Desporto) e Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizou-se no dia 25 de Abril a XXXVII Corrida da Liberdade em Lisboa. Centenas de atletas concentraram-se em vários locais de partida e convergiram para a Praça dos Restauradores. O percurso mais longo teve origem na Pontinha, lugar mítico onde há 40 anos funcionou o Posto de Comando das Forças Armadas.

## Festa Jovem

No Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, no Feijó, numa organização conjunta da A25A com a Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal, com o apoio do Comité Olímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal e Federação de Ginástica de Portugal, decorreu no dia 12 de Abril a Festa Jovem comemorativa do 40.º aniversário do 25 de Abril, com o envolvimento de cerca de 600 participantes.

Vasco Lourenço no momento em que recebeu a Medalha Grau Ouro das mãos do presidente da Câmara Muncicipal de Lisboa, António Costa

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

# Medalha Municipal Grau Ouro para Associação 25 de Abril

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, entregou a Vasco Lourenço a Medalha Municipal Grau Ouro, através da qual a cidade de Lisboa decidiu homenagear a Associação 25 de Abril. A cerimónia ocorreu, no final da tarde de 25 de Abril de 2014, no Largo do Carmo, no mesmo local onde há 40 anos emergiu o "estado nascente". Além do seu presidente, a Câmara de Lisboa estava representada por membros de todos os partidos eleitos, à excepção do CDS-PP.

Referindo-se ao momento que acabara de protagonizar, António Costa afirmou: "Há gestos que dispensam palavras. A unanimidade na entrega desta medalha de mérito municipal quer dizer uma só coisa – muito obrigado a quem fez o 25 de Abril."

A proposta de atribuição da Medalha Municipal Grau Ouro foi apresentada por António Costa à reunião do executivo municipal de 23 de Abril, que por unanimidade a aprovou. Dois dias antes, a mesma proposição havia merecido parecer favorável do Conselho da Medalha Munipal, subscrito pela vereadora Catarina Vaz Pinto e pelos membros do Conselho, Eunice Muñoz e António Oliveira.

António Costa fundamentou as razões para a atribuição da distinção à A25A nos termos seguintes:

"A Associação 25 de Abril tem-se afirmado, ao longo da sua existência, como uma instituição cívica e cultural reconhecida e dinâmica, tornando-se uma referência de cidadania e realizando uma intervenção constante, visível e valiosa, na defesa dos ideais que inspiraram a Revolução libertadora do 25 de Abril. Nessa acção, tem desenvovido meritórias iniciativas difusoras dos valores da liberdade e da democracia. Pode dizer-se que a Associação vive e promove em plenitude o lema '25 de Abril Sempre'.

É justo salientar também o importante papel na preservação da memória histórica do 25 de Abril de 1974, através, nomeadamente, de criação de um arquivo e de uma base de dados históricos sobre a Revolução dos Cravos, de cursos de história contemporânea, de exposições, colóquios, seminários e outras iniciativas de carácter cívico, cultural e artístico.

É ainda de assinalar que a Associação 25 de Abril congrega muitos dos militares que, com patriotismo, coragem e abnegação, fizeram a Revolução, sendo por isso merecedores do nosso reconhecimento e tributo.

No momento em que celebramos os 40 anos do 25 de Abril, na evocação e na actualização renovadora dessa grande data da nossa História, é oportuno, pedagógico e justo que a Câmara Municipal de Lisboa, cidade

onde ocorreram os acontecimentos capitais da Revolução e onde esta instituição tem a sua sede, homenageie a Associação 25 de Abril, louve a sua fidelidade exemplar aos valores de Abril. Nesta Associação e com esta homenagem saúde todos os militares de Abril, atribuindo-lhe a Medalha Municipal, Grau Ouro. Assim, em face do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa aprove a atribuição, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento da Medalha Municipal, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, à Associação 25 de Abril."

## MAIS TRÊS DISTINÇÕES

Além da Medalha Municipal Grau Ouro da Câmara Municipal de Lisboa, três outros municípios entenderam, este ano, distinguir também a A25A.
Falamos da Câmara Municipal de Vendas Novas, que decidiu outorgar a Medalha de Ouro da Cidade; da Câmara Municipal da Amadora, que atribuiu a Medalha de Honra da Cidade; e da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, que conferiu a Chave de Honra.
Estes galardões vêm juntar-se a outros homólogos que fazem parte do acervo da A25A e do qual muito se honra.

# Girândolas no Carmo

Catherine da Silva, criadora do projecto Girândolas, quando apresentava a sua obra aois populares concentrados no Largo do Carmo, em Lisboa

APÓS A ATRIBUIÇÃO da Medalha de Mérito Grau Ouro da Câmara Municipal de Lisboa à A25A, procedeu-se à inauguração de oito girândolas de luz dispostas no Largo do Carmo com o patrocínio da CML.

As girândolas, criadas por Catherine da Silva, são constituídas por oito cravos de luz e evocam as oito reuniões dos militares conspiradores do MFA, que se tornaram na estrada até ao Largo do Carmo e que tiveram lugar em: Alcáçovas (9 Setembro 1973); Odivelas, Oeiras e Lisboa (6 Outubro 1973); S. Pedro do Estoril (24 Novembro 1973); Óbidos (1 Dezembro 1973); Costa da Caparica (5 Dezembro 1973); Olivais, Lisboa (5 Fevereiro 1974); Cascais (5 Março 1974); e Oeiras (24 Março 1974).

Simbolicamente, os luzeiros gigantes representam cada uma destas reuniões, pretendendo-se que os feixes de luz por eles emanados se orientem para os locais onde ocorreram as reuniões conspirativas e daí, quais faróis, se disseminem na iluminação dos caminhos que conduziram ao Largo do Carmo, nesse dia libertador e único. O uso de extractores eólicos de aço inoxidável para impressionar a nossa visão impõe-se-nos como uma evidência, pelo seu aspecto familiar e popular da paisagem de Lisboa. As luzes brilhando ao sol, pela sua forma, lembram uma flor através do efeito luminoso, no interior, que cria a imagem de pétalas de luz.

Segundo Catherine da Silva, a distribuição dos elementos que constituem a intervenção inspira-se no conceito da rosa-dos-ventos e a sua relação com os oitos pontos cardeais, representando simultaneamente a localização dos oito encontros secretos dos capitães, determinantes para o processo da revolução, convergindo posteriormente para o Largo do Carmo, em Lisboa. A escolha do Largo do Carmo é baseada num duplo simbolismo: intimamente ligado a dois grandes momentos da História de Portugal, evidenciados pelas ruínas da Igreja do Carmo, actual museu arqueológico, singular vestígio do terramoto de 1755. E pelo quartel anexo à igreja, o lugar onde, em 1974, Marcelo Caetano se tinha refugiado antes de se render aos sublevados da Revolução dos Cravos. No entender da criadora das girândolas, o cravo vermelho, símbolo exemplar do Portugal democrático, necessita de ser optimizado, sendo a noite uma altura importante, para lembrar o seu papel na História recente de Portugal. Assim sendo, flores de luz são implantadas na paisagem urbana de acordo com os pontos cardeais das oito reuniões secretas, e as suas coordenadas geográficas, calculadas por GPS, são projectadas sobre as fachadas em volta da praça.

As luzes brilhando ao sol, pela sua forma, lembram uma flor através do efeito luminoso, no interior, que cria a imagem de pétalas de luz

Moradores e visitantes podem compartilhar este evento que projecta metaforicamente o Largo do Carmo à dimensão simbólica de Portugal. Estas oito flores são colocadas sobre suportes de betão para aí inscrever de uma forma elegante e efémera a memória do 25 de Abril.

O projecto das Girândolas, numa fase posterior à instalação no Largo do Carmo, prevê a colocação de sete das oito flores nos vários locais onde foram feitas as reuniões conspirativas. Apenas uma flor deverá ficar permanentemente em Lisboa num local a definir, de modo a fixar a memória do 25 de Abril e fechando deste modo o ciclo do projecto.

Recorda-se que uma dessas flores está já colocada na Herdade do Monte do Sobral, em Alcáçovas, onde foi inaugurada, em 9 de Setembro de 2013, por ocasião das comemorações do 40.º aniversário da reunião de militares naquele local.

# Jantar na Estufa Fria

A NOITE DE 24 DE ABRIL foi de festa para mais de 600 pessoas que se reuniram na Estufa Fria, em Lisboa, no jantar comemorativo do 40.º aniversário da madrugada libertadora.

Num ambiente acolhedor, rodeado de plantas das mais variadas espécies, associados e amigos da A25A mergulharam num espaço de vida marcado pela simbologia da flora diversificada e recordaram a vida nova proporcionada pelo 25 de Abril.

Tratou-se de um convívio sentido no reencontro de camaradas e amigos, onde não faltaram os cravos vermelhos e a mítica *Chaimite*, outro símbolo da revolução.

A decoração do espaço e o jantar foram magistralmente servidos pela Casa do Marquês, com qualidade, esmero e eficiência, amplamente reconhecido pelo aplauso final dos convivas.

Após o café, ouviu-se o hino "Resistir de Novo", de José Jorge Letria e Carlos Alberto Moniz (ver página 56 desta edição) a que se seguiu à apresentação da Mensagem da A25A para as comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, lida por Vasco Lourenço, e cujo texto publicamos nas páginas seguintes.

A concluir a festa, todos os presentes, de pé, encheram os pulmões e cantaram "Grândola Vila Morena".

# MENSAGEM

# Retomar a esperança para continuar Abril

PASSADOS 40 ANOS depois da madrugada que deu origem a "o dia inicial inteiro e limpo/onde emergimos da noite e do silêncio/e livres habitamos a substância do tempo" qual o tempo que hoje nos é dado?
Cada dia que passa, assistimos à destruição do positivo que foi construído, em resultado da acção libertadora de há 40 anos!
O País está vendido, em grande parte e a pataco, ao estrangeiro!
A emigração de muitos portugueses consuma-se, levando consigo muito do saber e da capacidade indispensáveis à desejada recuperação de Portugal!
Os roubos permanentes a que os portugueses são sujeitos, da parte dos que deviam protegê-los e prover pelo seu bem-estar, estão a destruir a esperança no futuro!
A ausência de uma justiça igual para todos provoca o descrédito do que deveria ser um Estado de Direito!
Os detentores do poder assumem-se, cada vez mais, como herdeiros dos vencidos em 25 de Abril de 1974!
As desigualdades, consumadas no aumento do enriquecimento dos que já têm tudo e no cada vez maior empobrecimento dos mais desfavorecidos, transformam a nossa sociedade num barril de pólvora que apenas será sustentável numa nova ditadura opressiva, com o desaparecimento das mais elementares liberdades.
O medo, pelo futuro, cada vez mais, propaga-se em variados sectores da sociedade!
Como há já alguns anos, manifestamos a nossa indignação face aos acontecimentos que se estão vivendo em Portugal e configuram, sem a menor dúvida, um enorme e muito grave descrédito dos representantes políticos, um logro à confiança dos cidadãos e um desprestígio para o nosso País.
A Democracia baseia-se num pacto social, onde os cidadãos elegem os que consideram os mais indicados para gerir os assuntos públicos e para os representar durante um período de tempo previamente acordado.
A Democracia não é, nem pode ser jamais, a concessão a uns quantos de uma patente de pilhagem para se enriquecerem durante quatro anos ou mais!
A Democracia tem o seu fundamento na confiança que os representados têm nos seus representantes e na lealdade destes perante quem os elegeu.
Quando essa confiança é traída e essa lealdade desaparece, o prestígio e a legitimidade moral da classe política desmoronam-se e o cimento da Democracia apodrece.
Tudo isto tem-se agravado cada ano que passa.
Porque continuamos a considerar que a antecâmara do totalitarismo surge quando num Estado de Direito a classe política perde o seu prestígio, porque se transforma numa espécie de casta que deixa de servir os interesses de todos para servir apenas os seus próprios interesses.

Vasco Lourenço quando procedeu à leitura da Mensagem da A25A comemorativa dos 40 anos de Abril, no dcecorrer do jantar na Estufa Fria, em Lisboa

## COMPROMISSO NACIONAL

E, porque queremos lutar pela manutenção da Democracia, que apenas será viável pela reafirmação dos valores de Abril, proclamamos a imperiosa necessidade de:
Assunção de um compromisso nacional na defesa e manutenção do Estado Social que legitimamente satisfaça as necessidades básicas, erradique a pobreza "vergonha de nós todos", e abra um caminho de esperança e de luz para o sector mais desprotegido da sociedade portuguesa que lhe possibilite o acesso à formação, educação e emprego.
Assunção de um compromisso nacional para a promoção de um duradouro programa de educação e investigação científica, para qualificação dos jovens nas áreas fundamentais da globalização.
Assunção de um compromisso nacional para a promoção de um programa duradouro do sistema judicial, de forma a tornar a justiça mais célere e mais próxima dos cidadãos, sem discriminação entre pobres e ricos.
Assunção de um compromisso nacional duradouro de um programa de emprego agregador e integrador dos vários saberes e competências acumuladas, que incentive o regresso de milhares de "cérebros" forçados à emigração, que incorpore jovens licenciados, agregue adequados programas de formação para jovens que abandonaram os estudos, e para trabalhadores activos que necessitem actualizar e melhorar saberes e competências.
Assunção de um compromisso nacional e duradouro de um programa de desenvolvimento económico sustentável à adopção dos objectivos enunciados para a manutenção do Estado Social e dos programas de educação, justiça e emprego.

## EXPULSAR OS "VENDILHÕES DO TEMPLO"

O Governo e a cobertura que lhe é dada pelo Presidente da República protagonizam os fautores do "estado a que isto chegou", razão pela qual não serão eles a quem possa continuar a confiar-se os destinos de Portugal.
Torna-se, por isso, urgente uma ampla mobilização nacional para sermos capazes de, aproveitando as armas da Democracia, mostrar aos responsáveis pelo "estado a que isto chegou" um cartão vermelho, que os expulse de campo!
Temos de ser capazes de expulsar os "vendilhões do templo"!
Os desmandos e a tragédia da actual governação não podem continuar!
Igualmente, temos de ser capazes de retornar às Presidências de boa memória de Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio!
O 25 de Abril foi libertação e festa, passou por participação e desenvolvimento, mas passou também por retrocesso e desilusão, fruto da corrupção e esbanjamento.
Hoje sofre revanchismo, roubo e destruição. Que se consubstancia em despudorados ataques à saúde pública, à educação, à segurança social, ao direito ao trabalho, ao direito a uma velhice sossegada, e aponta para o fim das liberdades, da soberania e da Democracia.
Temos de ser capazes de ultrapassar os sectarismos, temos de ter a capacidade de, contrariamente ao que normalmente acontece, reconhecer o inimigo comum, mesmo antes de sermos totalmente derrotados.
Vencendo o conformismo, temos de ser capazes de resistir de novo, reconquistar as utopias, arriscar a rebeldia e renovar a esperança!
Recolocados os valores da madrugada libertadora, nessa altura, vencido o medo, poderemos então retomar a esperança de continuar a construir Abril!

Viva Portugal!
Viva o 25 de Abril!
25 de Abril de Abril de 2014

**Nota: Título e subtítulos da responsabilidade da Redacção**

Vasco Lourenço quando procedia à leitura da Oração dos Fiéis

# Missa de sufrágio pelos militares de Abril defuntos

NO ÂMBITO das comemorações do 40.º aniversário do 24 de Abril, a Direcção de A25A mandou celebrar uma missa de sufrágio pelos militares de Abril defuntos, no dia 24 de Abril, pelas 18H00, na Capela do Rato em Lisboa, a que se dignou presidir D. Januário Torgal Ferreira, bispo emérito das Forças Armadas e de Segurança. Participaram na celebração o presidente e outros membros da Direcção da A25A, alguns "capitães de Abril", familiares, e um número muito restrito de associados.

A Eucaristia foi animada pelo grupo coral "Vozes da Madrugada", constituído por músicos profissionais sob a direcção do maestro Carlos Pedro Santos, que, pela sua elevada competência, contribuiu em muito para a solenidade e beleza da cerimónia.

No momento próprio, o presidente da assembleia, D. Januário Torgal Ferreira, proferiu a seguinte homilia.

### O FUTURO TEM DE SER DIFERENTE DO PRESENTE QUE VIVEMOS

*Lá longe, e, casa, há a prece/ (Malhas que o Império tece)/ Jaz morto e apodrece/O Menino de sua Mãe.* Fernando Pessoa

**1.** "Tantos militares de Abril, 'Meninos de Sua Mãe', nos deixaram nestes 40 anos.

Evocamo-los como libertadores de Portugal, nunca se lhes arrepiando a língua ao pronunciarem 'democracia', nunca, sobretudo, se exilando de um povo traído.

Fazemos memória dos nossos maiores, camaradas e familiares nossos queridos: Seu nome vive de século em século" (Livro do Eclesiástico, 44, 14).

Na sua opção honrada, silenciaram a opressão dos direitos humanos. No serviço à Pátria tornaram-se estrategas da cidadania, exercitando a coragem da verdade e a força do direito, vivendo o outro (todo o outro) como sua alma gémea.

Salvadores da indignidade e da violência de um Estado, sentiram o apelo resistente de portugesas e portugueses de todos os quadrantes, consubstanciado neste grito de Péguy:

"Uma cidade que fecha a porta a alguém é uma cidade injusta. Nesse domínio nunca entrarão os meus pés".

Pois foi pelas portas dessa cidade, na calada da noite, e das primeiras luzes da manhã, que os militares, num dia de Abril, souberam entrar.

A sua energia: o inconformismo; o seu sonho: o respeito;

Sanches Osório fez a primeira leitura tirada do livro do Eclesiates

a sua lucidez: a liberdade; a sua política: o bem comum, mormente pela inclusão dos sempre desamparados. Tinha lugar em Lisboa, Capital do Reino, o veredicto de João Viterbo, no segundo quartel do século XIII: "A cidade significa o lugar onde se habita sem nenhuma violência porque o chefe da cidade protege os pobres (...)".

A esta luz compreendo bem o clamor da operária têxtil Deolinda de Araújo, trabalhadora desde os onze anos e vivendo do salário mínimo: "Sabe o que eu queria, menina (resposta à jornalista)? Outro 25 de Abril" (*Público*, 11 de Abril de 2014, pág. 45).

**2.** Em homenagem e pesar, e pensando em todas as Senhoras e Ex. Famílias, recordo o marido, o pai e avô dos queridos filhos e netos, e os camaradas todos.

Muitos nos deixaram. Foram à nossa frente, simplesmente. Deixámos de os ter como fermento do pão de cada dia, acolhedores dos nossos sonhos, presença, em consentimento nosso, e cuja memória não nos permite soltar a palavra "Amor", sem que ela nos magoe.

Ficou a saudade, sem darmos conta de que um ausente é qujem comanda, com a maior veneração, os nossos dias desiguais.

Tinha razão este autor anónimo: "Tenho uma viagem marcada/Quando é isso não sei/Do que tenho, não levo nada/Só levo tudo o que dei."

Um militar não deixa ninguém prostrado no campo de batalha. Trá-lo consigo, nem que seja às costas.

Não esquecemos pessoas, não silenciamos expectativas e antevisões, não olvidamos tormentos diante de uma sociedade cúmplice da desordem. Levámo-los connosco!

**3.** O Senhor Jesus também morreu. Mas, ressuscitado, de acordo com a fé cristã, apareceu aos seus, após o túmulo, perguntando-lhes: "Tendes aí alguma coisa para comer?" E dito isto, mostrou-lhes as mãos e os pés" (Lucas, 24,35-48).

Tantas e tantas pessoas, no Portugal do momento, parecem não ter fome, nem mãos, nem pés...

São tratadas como coisas. São um artigo impessoal. Constituem objectos manipuláveis, sem cultura de inteligência, sem ânimo de coração.

Não há direito! Fugiram as promessas. E o que há é nosso, pelo correio nos chegou...

O grupo coral "Vozes da Madrugada" dirigido pelo maestro Carlos Pedro Santos

Compreendo bem o dito de D. António Ferreira Gomes, português impoluto, intelectual de estirpe, bispo heróico por razões evangélicas: "Quem estiver contra o 25 de Abri está também contra a Igreja" (*Jornal de Notícias*, 13 de Abril de 1994).

E não posso esquecer o Papa Francisco (Alegria do Evangelho, n.º 203): "Incomoda que se fale de ética, incomoda que se fale de solidariedade universal, incomoda que se fale da distribuição dos bens (...)".

É o caso!

A mensagem de 25 de Abril é a exigência de dias novos. O futuro tem de ser diferente do presente que vivemos!.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

MOSTRA

# Painel celebra o 25 de Abril

CORRIA O ANO de 1982 e oitavo ano de Abril. Nessa altura, as comemorações do Dia da Liberdade realizavam-se no seio das Forças Armadas, separadamente, entre classes de oficiais e sargentos. Mas nesse ano, os oficiais no activo lembraram-se de fazer a festa em Santarém e convidaram os oficiais milicianos que estiveram no 25 de Abril para participarem num almoço paralelo, com artistas plásticos, seguido de uma animação realizada por poetas e cantores.

Os artistas plásticos iam ser desafiados a participar numa jornada criativa para produzirem um painel idêntico ao que fora criado, em 10 de Junho de 1974, por artistas portugueses que então quiseram homenagear o 25 de Abril com uma obra colectiva, numa jornada memorável vivida na zona dos Jerónimos.

Essa obra viria a ser consumida pelo incêndio do Museu de Arte Popular, junto ao Mercado do Povo. Assim desapareceu uma obra de extraordinário valor artístico e simbólico, expressão da homenagem dos seus autores ao 25 de Abril.

Sem pretender recuperá-la ou substituí-la, porque obras de arte não se recriam, não se copiam ou substituem, considerou-se que se deveria tentar ocupar o espaço que o seu desaparecimento deixara vazio.

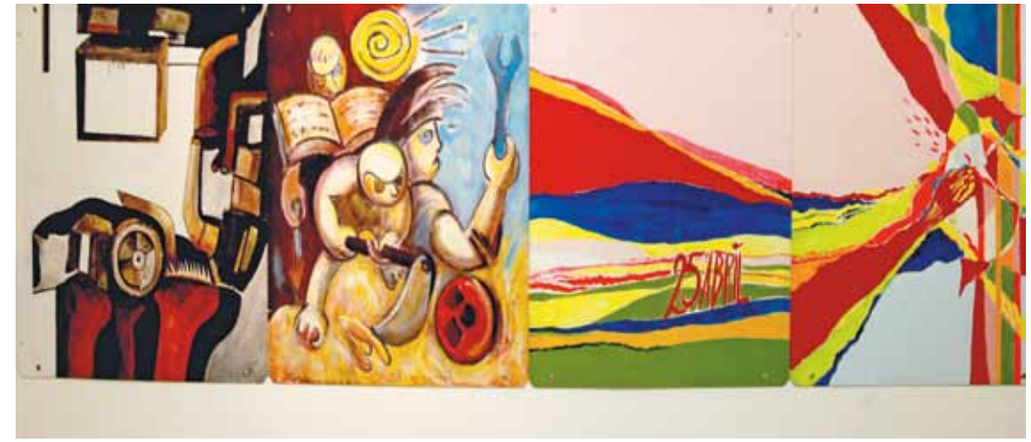
Um dos artistas presentes em Santarém considerou na altura que só os militares de Abril conseguiriam, mesmo já em 1982, juntar as várias gerações e correntes artísticas, às vezes de costas viradas entre si, como aconteceu nessa jornada.

Ora, a verdade é que da acção dos artistas plásticos resultou uma obra colectiva, de homenagem a Abril, com 117 metros quadrados. É uma obra de extraordinário valor plástico e simbólico, que a Associação 25 de Abril muito se orgulha por a integrar entre a sua colecção de arte.

A obra, composta por 117 placas, foi inicialmente mostrada no Forte do Bom Sucesso onde esteve exposta naquelas que foram instalações da sede da A25A. Entre 1983 e 2003 os quadros foram guardados numa unidade militar onde uns acabariam por perder-se e outros sofrer várias deteriorações, nomeadamente, causadas por humidade e deficiências de armazenamento.

A restauração da obra tornou-se possível devido ao apoio proporcionado para esse fim pela Câmara Municipal de Almada, em cujas instalações foi exposta após as obras de restauro, a que

O vice-presidnete da A25A, coronel Aprígio Ramalho, quando proferiu as palavras de inauguração da exposição do Painel do 25 de Abril, na Reitoria da Universidade de Lisboa




se seguiu, também, uma mostra na Câmara Municipal da Maia. Os painéis voltaram a reunir-se no conjunto que lhe dá corpo numa exposição patente no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa, numa iniciativa integrada no programa das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril.

**ARTISTAS**

Foram 60 os artitas que participaram na criação do painel de Santarém, em 25 de Abril de 1982. Eis os seus nomes: Adão José Pinto Contreiras, Albertina Mântua, Aldina Costa, Aida Dias, Álvaro Perdigão, Amadeu Escórcio, António Boavida Amaro, António Carmo, António Castilho, António Folgado, António Ambrósio Ferreira, António Trindade, Assunção Cardoso, Catarina Bartolomeu, Cristina Paula, David Evans, Dora Rita, Eduardo Teixeira, Elsa Costa Cabral, Eugénia Rosa, Eurico Gonçalves, Gracinda Candeias, Helena Salvador, Henrique Cayate, Henrique Ruivo, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Moura, Isabel Sabino, Joaquim Lourenço, Jorge Pacheco, Jorge Vieira, José Aurélio, José Mouga, José Rosado Flores, José Santa Bárbara, Júlio Pereira, Justino Alves, Lindorfo, Lurdes Freitas, Luís Lobato, Man, Manuel Jorge, Manuel Sampayo, Maria Keil Amaral, Maria Teresa Dias Coelho, Marília Viegas, Noémia Cruz, Pedro Chorão Ramalho, Pedro Monteiro, Quintino Sebastião, Reinaldo Silva, Rodrigo de Freitas, Rogério G. Amaral, Rogério Ribeiro, Rolando Sá Nogueira, Sílvia do Rosário da Silveira, Teresa Magalhães, Virgílio Domingues, Vítor Lambert e Vitória R. Mesquita. Outros apoiaram a iniciativa e não participaram por impossibilidade. Falamos de Álvaro Lapa, Carlos Botelho, Carlos Calvét da Costa, Fernando Azevedo, Guilherme Casquilho, Ilídio Salteiro, João Vieira, Jorge Pinheiro, José Assis, José Pedro Geraldes Sobreiro, Lima de Carvalho, Marcelino Vespeira, Mirella Marini, Noémio Ramos, Querubim Lapa e Rocha de Sousa.

## 40 ANOS DO 25 DE ABRIL

# Carlos Alberto Moniz canta "Resistir de Novo"

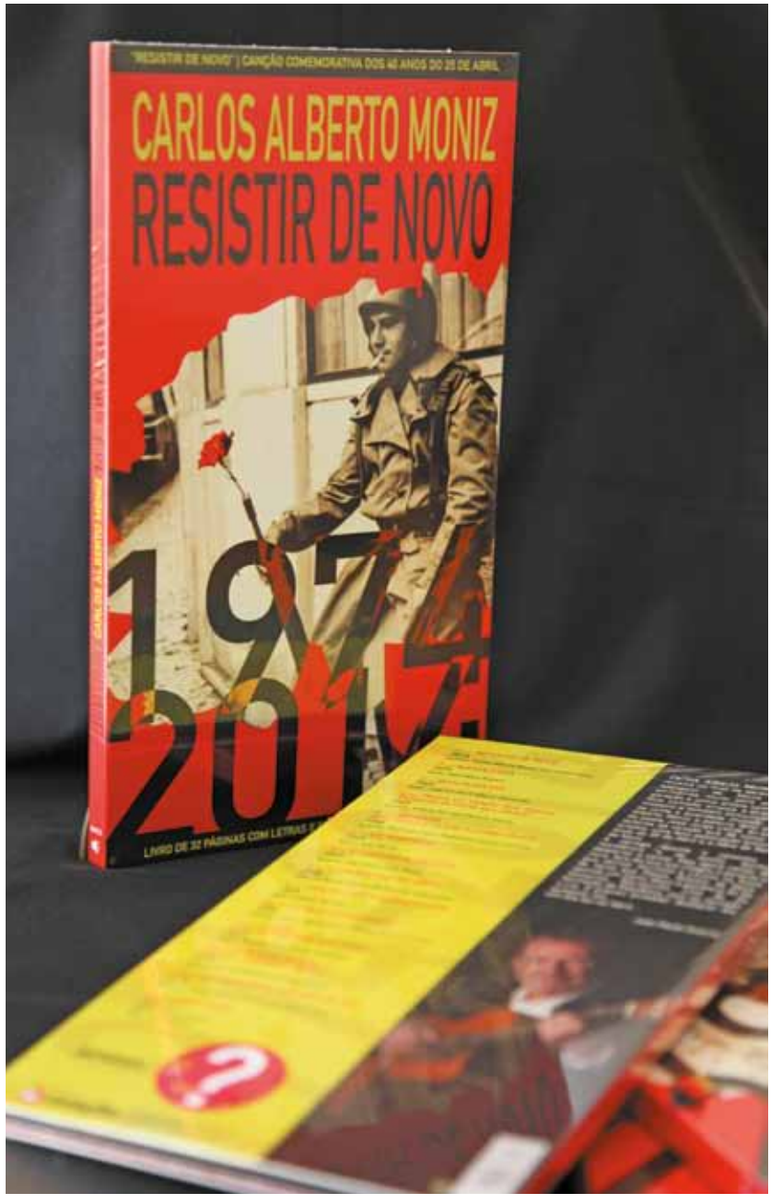
"DESPERTAR de novo/resistir de novo/e sonhar de novo/e sonhar de novo", eis a proposta escrita por José Jorge Letria e cantada por Carlos Alberto Moniz no poema "Resisitir de Novo", título do último trabalho discográfico do cantautor açoriano, e adoptado como canção comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril.

Editado e distribuído pela Ovação, com apoio da A25A, este trabalho, além de "Resistir de Novo", reúne mais 13 cantigas de Abril interpretadas por Carlos Alberto Moniz. Os temas agora reunidos em álbum de grafia cuidada, foram sendo elaborados ao longo de 40 anos, numa memória que torna presentes Sophia de Mello Breyner, Fernando Lopes-Graça, José Gomes Ferreira, José Afonso, Luís Góis, e, entre outros, recupera e actualiza Manuel Alegre, Manuel Freire e José Mário Branco.

Além do CD, o álbum contém 15 páginas duplas com as letras das 14 cantigas, todas ilustradas por fotos de Álvaro Tavares e José Tavares, sobre o 25 de Abril, cedidas pela A25A.

Num texto impressivo de apresentação do álbum, Carlos Alberto Moniz conta como foi percorrer o País de norte a sul e revisitar amigos e companheiros de longos anos para as gravações das 14 cantigas: Resistir de Novo; Mariazinha; Qualquer Dia; Trova do Vento que Passa; Jornada; Os Vampiros; É Preciso Acreditar; E um Dia Fez-se Abril; Canta, Canta Amigo Canta; Ao que Isto Chegou; Livre; Cantata da Paz; As Mulheres na República; e Canto Moço. José Jorge Letria assina um testemunho sobre a obra e refere: "Quarenta anos depois do 25 de Abril, Carlos Alberto Moniz quis celebrar com canções essa memória que o tempo não apagou nem apagará. Fê-lo com um disco de resistência. De resistência ao esquecimento, de resistência ao silêncio, de resistência à resignação. Mas fê-lo com canções que trazem consigo a alegria das grandes causas e dos grandes combates." João Paulo Guerra evoca aquele tempo, "no tempo em que a cantiga era uma arma, muitas armas eram de carregar pela boca. Mas não era isso que então contava. E a verdade é que as cantigas tiraram o sono aos vampiros e respectivos sequazes". A fechar os testemunhos de apresentação do álbum "Resistir de Novo", Vasco Lourenço considera: "Quarenta anos depois da madrugada libertadora, a música, as canções de intervenção voltam a ser uma arma de resistência à arbitrariedade, ao despotismo de novas roupagens, ao aviltamento de um povo subjugado e injustiçado."Assim é. Por isso, a flagrante actualidade de "Resistir de Novo"!

**J.A.S.**



# "RESISTIR DE NOVO"

**José Jorge Letria/Carlos Alberto Moniz**

Como foi que aqui chegámos
com a dor da incerteza
que amarra Portugal
ao peso desta tristeza?

Como foi que nos deixámos
arrastar para o vazio
de tanto sonho traído
pelo que não se cumpriu?

Despertar de novo
resistir de novo
e sonhar de novo
e sonhar de novo

Chegam aves de rapina,
mais os vampiros do Zeca
a esta pátria cansada
duma tão dura hipoteca

Quiseram fazer o preço
à nossa soberania
e vender-nos a retalho
em bancas de romaria

Despertar de novo .....

Somos ficha de casino
em Bruxelas e Berlim
neste jogo de pilhagem
que parece não ter fim

Somos de novo emigrantes
para destino tão incerto
que só a saudade faz
o longe parecer mais perto

Despertar de novo.....

E assim por este andar
quem por Abril foi desperto
ainda vai descobrir ouro
nas miragens do deserto

Não é em vão que resiste
quem da razão faz estandarte
e da verdade faz o canto
que se ouve em toda a parte

Despertar de novo.....

E aos filhos e aos netos
o que teremos para dizer
quando um dia perguntarem
o que deixámos por fazer?

Um Portugal adiado
que tem contas para saldar
e ergue a bandeira livre
com que há-de triunfar

Despertar de novo.....

Despertar de novo
resistir de novo
e sonhar de novo
e sonhar de novo

Despertar de novo
resistir de novo
resistir de novo
resistir de novo

**Carlos Alberto Moniz apresentou o álbum "Resistior de Novo", no decorrer de uma conferência de Imprensa, na sede a A25A, em Lisboa, no dia 5 de Março de 2014**

FOTOS: JOSÉ MARIA ROUMIER

FOTOS:JOSÉ MARIA ROUMIER

FOTOS: JOSÉ MARIA ROUMIER

FOTOS: JOSÉ MARIA ROUMIER

FOTOS: JOSÉ MARIA ROUMIER

Milhares de pessoas concentraram-se na Avenida dos Aliados, para celebrar Abril, naquela que foi considerada como uma das maiores manifestações dos últimos temopos realizada no Porto

# PORTO

# Comemorações populares

MILHARES DE PESSOAS concentraram-se no Largo Soares dos Reis, sede da antiga PIDE no Porto, e desfilaram até à Avenida dos Aliados, indiferentes à chuva, para celebrar os 40 anos de Abril, naquela que foi uma das maiores manifestações dos últimos tempos, realizada na tarde do dia 25 de Abril.

A exemplo dos anos anteriores, a Associação 25 de Abril, através da sua Delegação do Norte, integrou a Comissão Promotora destas comemorações. O programa, sob o lema, "Abril de Novo com a Força do Povo", começou na noite do dia 24 de Abril, com  a intervenção de Sebastião Antunes e a Quadrilha, a actuação do Coral da Faculdade de Letras, e o lançamento de fogo-de-artíficio, na Avenida dos Aliados. Dia 25, teve lugar a concentração no Largo Soares dos Reis com uma homenagem aos resistentes antifascistas, realizando-se, a seguir, o Desfile da Liberdade até à Avenida dos Aliados. Ali chegados, fizeram-se ouvir os elementos da Orquestra Ligeira de S. Pedro da Cova, e do Grupo Raízes, seguindo-se as intervenções dos representantes da organização.

Antero Ribeiro da Silva, presidente da Direcção da Delegação Norte da A25A, leu a Mensagem deste ano (ver texto na página 44), perante os milhares de pessoas, que ali se concentraram para celebrar Abril, cantarem "Grândola Vila Morena",, entoarem várias palavras de ordem de protesto contra o estado em que o País actualmente se encontra e pedirem a demissão do Governo.

# PORTO

# Jantar de confraternização

MILITARES DE ABRIL, residentes no Norte do País, reuniram-se, dia 25, num jantar de confraternização de oficiais, nas instalações do IASFA, Porto. Eram cerca de seis dezenas, muitos deles fazendo-se acompanhar, aqueles que manifestaram disposição para, uma vez mais, partilharem os valores de Abril.

Saboreada a boa refeição, pretexto para alegre convívio, houve tempo para cantar "Grândola Vila Morena" e entorar o hino nacional.

Na altura própria, David Martelo, além das palavras de circunstância adequadas ao momento, proferiu o discurso que a seguir se transcreve:

**PROBLEMA NOSSO**

"Continuando uma tradição com quase quatro décadas, celebramos no presente convívio o 40.º aniversário da arrancada libertadora do Movimento dos Capitães e do erguer de um dos padrões mais significativos da nossa história de quase nove séculos. Nessa arrebatadora aventura, iniciada por Afonso Henriques, a consolidação da independência e o alargamento do território, de aquém e de além-mar, foram, desde sempre e fundamentalmente, problema dos que arriscavam a vida de armas na mão.

Quando, já no tempo dos nossos pais, Portugal se deixou agrilhoar por uma quase interminável ditadura, foi problema nosso, dos militares, tentar por 16 vezes, embora sem êxito, colocar ao serviço da liberdade as armas que então detínhamos. E foi doloroso problema dos militares envolvidos nessas tentativas o conjunto de medidas retaliatórias a eles aplicadas, que iam da reforma compulsiva à demissão sem quaisquer direitos, da prolongada prisão ao degredo ou ao forçado exílio.

Iniciadas as guerras em Angola, Guiné e Moçambique, foi problema nosso aguentar o peso maior de um longo e difícil conflito, como foi problema nosso garantir ao poder político o tempo mais do que suficiente para a adopção de uma solução política.

Foi problema nosso termos que sofrer as críticas dos nossos concidadãos, que injustamente nos acusavam de não acabarmos vitoriosamente com as guerras porque estávamos a lucrar financeiramente com o seu arrastamento.

Como foi problema nosso o sermos vistos como pilares de um regime que se não legitimava no voto livre e justo e reprimia com violência a minoria que se atrevia a resistir.

Foi problema nosso conhecer aprofundadamente o risco e a morte e com eles fazer a intimidade necessária à valorização da vida. E, para tal, foi problema nosso fazer do medo coragem – a única virtude que se não pode fingir, como dizia Napoleão.

Foi problema nosso – que hoje comemoramos – derrubar o regime do Estado Novo, restituindo a liberdade ao povo português, confiados em que os mecanismos democráticos constituíssem, apesar de tudo, a melhor forma de o país se reencontrar, num cenário de paz e de progresso social.

Também foi problema nosso conduzir um espinhoso processo de descolonização, após 13 anos de guerras – caso raro no contexto colonial europeu – e, caso verdadeiramente único, enquanto a Metrópole se agitava num complexo processo revolucionário, de transição para um regime democrático.

Foi problema nosso criar as condições para a elaboração de uma Constituição democrática, fundamento do Estado de Direito, cujo respeito a todos deveria salvaguardar de qualquer tipo de tirania. E foi problema nosso entregar o poder na hora prometida, pressentindo já a animosidade que, vinda dos novos poderes, sobre nós se abateria.

Foi e continua a ser problema nosso assistir ao medrar de uma classe política carreirista, onde surgem, com frequência cada vez maior, as cliques corruptas que, beneficiando de cumplicidades partidárias, vão ao ponto de assaltar bancos, sem máscara nem temor de castigo.

**Da esquerda para a direita, reconhecem-se: de costas, coronel Almor Serra, coronel Pinto de Oliveira, coronel Oliveira Pinto, intendente Delfim Passos, intendente Vicente Brandão, tenente-general Alfredo Assunção, coronel Costa Matos, e coronel Gaspar Borges.**

Foi e é problema nosso constatar que mais remunerador do que ser ministro é a ascensão à categoria de ex-ministro, estatuto que, para não poucos, em vez de currículo merecia constituir cadastro.

Foi e é problema nosso suportar a sistemática deselegância e a proverbial ingratidão da maior parte daqueles a quem oferecemos de mão beijada a possibilidade de alcançar o poder, por via da liberdade readquirida.

Depois de tudo isto, nos anos de crise mais recentes, em que a mentira e o desrespeito pela lei se reforçaram no poder, tem sido problema nosso e dos portugueses da nossa geração sermos miseravelmente tratados como indevida 'despesa' e vergonhosamente desprezados, só por teimarmos em permanecer vivos.

Não admira, por isso, que também tenha sido problema nosso o sobressalto que, não poucas vezes, nos terá transportado a um sonho em que, ao som da 'Grândola Vila Morena', nos víamos, uma vez mais, a sair dos quartéis para repor a ordem na subversão reinante, recuperar a esperança e impedir que também prescreva a liberdade.

Mas nunca será problema nosso – antes será motivo de imorredouro orgulho – a memória desse dia inicial, inteiro e limpo onde, nas palavras de Sophia, emergimos da noite e do silêncio."

# SOUSA E CASTRO NO FUNCHAL

A CÂMARA MUNICIPAL do Funchal promoveu um programa comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril, no qual a A25A esteve representada pelo "capitão de Abril" coronel Sousa e Castro.
Os festejos iniciaram-se na véspera, com um espectáculo audiovisual com documentário sobre a Revolução dos Cravos, seguido de concerto de gala e música de intervenção, na Praça do Município.
No dia 25, pela manhã, após a cerimónia do hastear de bandeiras, na Praça do Município, teve lugar a cerimónia solene comemorativa do 25 de Abril, no Salão da Assembleia Municipal e Salão Nobre nos Paços do Concelho, onde Sousa e Castro proferiu o seguinte discurso:

## O MAIS IMPORTANTE ACONTECIMENTO DA NOSSA HISTÓRIA RECENTE

"O movimento militar libertador ocorrido em 25 de Abril de 1974, protagonizado pelos quadros médios do Exército, a par da Guerra Colonial que foi a sua principal motivação, são indiscutivelmente os acontecimentos mais importantes da história recente de Portugal.
Em 1974, a sociedade portuguesa estava confrontada com três questões essenciais: a ditadura que durava há mais de 40 anos; a guerra colonial que entrava no 14.º ano;
o isolamento internacional em todas as instâncias, incluindo a desconfiança dos nossos aliados tradicionais que se demarcavam abertamente da nossa política colonial condenando-a sem reservas.
A ditadura, eufemisticamente chamada de Estado Novo, vivia à sombra de um partido único, protegida por uma polícia política, por tribunais especiais, pelo controle e censura férrea e generalizada da mídia, por forças paramilitares. Apoderou-se do controlo absoluto da economia através, quer do grupo restrito de famílias que dominavam os monopólios privados, quer de leis antiliberais e castradoras da liberdade e iniciativa do comum dos cidadãos. Neste contexto político social, a ditadura exprimia-se como um poder fortemente centralizado a todos os níveis do Estado. Como consequência, os portugueses mergulharam num assinalável atraso social, cultural e cívico, quando comparamos com o conjunto dos estados europeus livres, perdendo por completo as liberdades políticas e sociais.
Tal estatuto de inferioridade cívica, política e social, tornado extensivo às colónias ainda com mais violência, levou inexoravelmente à guerra nos territórios africanos, para a qual ao fim de 13 anos se não vislumbrava qualquer solução política, tal como acontecera anos antes com os territórios da Índia.
O império colonial era o suporte ideológico da ditadura, que para tanto o identificava com o mito do quinto império, e o constituía na sua propaganda como uma herança sagrada que deveria ser defendida a todo o custo, mesmo contra a marcha inexorável da História e donde resultaria uma utópica nação pluricontinental e multirracial debaixo do mando centralizador de Lisboa exercido pelos líderes ditatoriais. Ora este constructo ideológico ao tentar resistir ao movimento descolonizador que se tinha tornado universal e imparável, conduziu à Guerra Colonial em três frentes e como resultado à aliança perversa com os regimes racistas da África Austral.Tal como Salazar, que no caso da Índia, tinha exigido o sacrifício do corpo expedicionário, ordenando que se combatesse até ao último homem, perante uma avassaladora desproporção de forças e onde só a coragem e determinação do general Vassalo e Silva permitiram salvar milhares de vidas, também o ditador Marcelo Caetano, já em 1973, perante o agravamento da situação militar na Guiné, território entretanto reconhecido como independente por mais de cem países com assento na ONU, insiste no caminho para o desastre. Perante esse agravamento que ameaçava uma catástrofe militar, o ditador informou o general Spínola comandante-chefe naquele teatro de operações, que preferia o sacrifício físico do exército expedicionário a qualquer negociação para uma saída política.

## MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Foi neste quadro, que os jovens capitães do Exército, amadurecidos na dura experiência das longínquas e desgastantes guerras africanas, levantaram em armas na madrugada de 25 de Abril de 1974 uma parte importante do Exército metropolitano, conduzindo uma operação militar de grande envergadura que após dezoito horas tinha obrigado à rendição do Governo da ditadura e de todas as forças que lhe eram fieis.
A partir de uma simples motivação corporativa, que visava impedir a alteração das carreiras militares, rapidamente os capitães encontraram uma motivação militar: dar uma solução à Guerra Colonial e uma motivação política – derrubar a ditadura.
Para isso estabeleceram na clandestinidade as bases democráticas da sua organização, prepararam um plano militar minucioso e aprovaram um programa político de democratização do País que apresentaram à Nação numa proclamação que ficou conhecida como o Programa do Movimento das Forças Armadas.
O movimento gerado e impulsionado pelos jovens capitães foi um movimento militar amplo, com base no exército e nos seus quadros médios. Respondeu ao anseio generalizado da população portuguesa de viver em liberdade, e por isso não previu qualquer oposição popular. A sua componente política expressou-se através de um programa que pela sua natureza amplamente democrática respondia a eventuais fracturas internas. Alicerçou-se num sólido plano de operações que isolou o teatro de operações e executou uma convergência de forças para as cidades de Lisboa e do Porto.
Usou a rapidez de acção e a surpresa e beneficiou do facto de os seus principais executantes terem experiência de guerra. Em suma, a missão a atingir era provocar o derrube do Governo da ditadura, aprisionar todos os seus membros e o Presidente da República, com o apoio activo ou passivo de todas as forças actuantes tendo em vista pôr imediatamente em execução o programa constante da proclamação à Nação logo após a vitória, visando a implantação a curto prazo de uma democracia política como forma de governo do País. E foi o que foi feito.

## DO GOVERNO PROVISÓRIO A ELEIÇÕES LIVRES

Todas as promessas feitas pelos militares, não sem as vicissitudes próprias e endémicas a um processo tão complexo, foram escrupulosamente cumpridas. Passadas poucas semanas, o País foi dotado de um governo provisório alargado. Toda a estrutura repressiva da ditadura foi desmantelada. As liberdades políticas e cívicas foram resta-

belecidas sem demora, a censura definitivamente abolida, os partidos políticos legalizados, os presos políticos libertos e aceite o regresso de todos os exilados sem condições.
Passado um ano, os portugueses elegeram, pela primeira vez na sua História longa de mais de 800 anos, em completa liberdade e sem qualquer constrangimento a sua Assembleia Constituinte e no ano seguinte elegeram o Presidente da República e o Primeiro Governo Constitucional.
O corpo eleitoral passou a ser constituído por todos os cidadãos, homens e mulheres adultos, sem qualquer discriminação política, social, religiosa ou outra. E isto aconteceu pela primeira vez na nossa secular História.
As enormes transformações políticas, sociais e económicas que se seguiram à revolução foram ancoradas e protegidas por um pacto entre os militares e todas as forças políticas representadas na Assembleia Constituinte, assinado em 26 de Fevereiro de 1976. O período de vigência desse pacto, que correspondeu ao período de transição entre a entrada em vigor da Constituição de 1976 e a sua revisão em 1982, ficará na História politíca portuguesa e mundial como um excepcional exemplo de um processo pacífico de transição para a democracia politica, que confirmou a vitória irreversível das forças democráticas e o nascimento de países independentes de expressão oficial portuguesa.
Com enorme sentido patriótico, os partidos, da direita à esquerda, as forças dinâmicas da sociedade e os militares revolucionários decidiram que só a colaboração entre todos dotaria o País de instituições que garantissem a liberdade plena, a democracia, o desenvolvimento económico, a independência dos novos países, tudo o que era afinal a própria razão de ser da revolução.
A legitimidade revolucionária dos "capitães de Abril" ganha na acção militar vitoriosa e no apoio generalizado que recebeu quer no plano interno quer internacionalmente, cedeu o passo, em boa ordem, à legitimidade democrática do povo português, expressa consecutivamente nas urnas.
Os oficiais revolucionários, que nada quiseram para si, ontem como hoje ostentam o orgulho do dever cumprido e não podem nem querem, ou pelo menos não lhes é lícito que queiram, mais que isso.
Como consequência da acção militar e dos seus posteriores desenvolvimentos Portugal vive hoje num regime inquestionavelmente democrático, permitindo a livre expressão de todas as tendências políticas e credos religiosos, conferindo às suas comunidades amplas liberdades nas escolhas dos seus representantes quer nacionais, quer regionais, quer locais.
E nos últimos 40 anos, sejamos claros, o país usufruiu de um indesmentível progresso quer económico, quer social quer cultural que só encontra paralelo nos períodos mais áureos da nossa longa e gloriosa História.

## ANGUSTIANTES INTERROGAÇÕES

As emoções e sobressaltos vividos nas vésperas e nos dias da revolução e o seu desenlace ficaram como uma marca indelével dos meus 30 anos de idade, traduzidas nas angustiantes interrogações que os jovens oficiais revolucionários faziam no seu íntimo:
como será a reacção das forças que decidirem apoiar a ditadura?; como será a adesão dos soldados e subalternos á nossa chamada?; reuniremos forças suficientes para derrubar a ditadura?; em caso de fracasso, o que nos acontecerá a nós e à nossa família?
Eis as dúvidas terríveis que se entrecruzavam com a nossa determinação para a acção.
Todos tínhamos a consciência de que estávamos no limiar de uma mudança histórica cujos contornos e desenvolvimentos ainda nos escapavam. Mas perante as pesadas dúvidas o que nos levava a prosseguir?
Agíamos como se fôssemos impulsionados por um sentimento irrecusável de que devíamos salvar Portugal do desastre e da humilhação de uma derrota militar e ao mesmo tempo tínhamos a consciência de que só nós, fossem quais fossem as consequências, o poderíamos fazer.
É este o estado de espírito dos capitães, que, nos dias 23, 24 e 25 de Abril de 1974, viria a ser confrontado com o que eram, no nosso entendimento de militares, a razão e a essência da Nação: os nossos soldados.
E nesses dias, particularmente na madrugada de 25 de Abril, nós vivemos um momento único.

## DEVER CUMPRIDO

Vivemos esse momento único ao darmo-nos conta de que os nossos soldados, os soldados de Portugal, irmãos dos que connosco tinham combatido com denodo e valentia nas matas de Moçambique, nas florestas de Angola e nas bolanhas da Guiné, seguiriam os seus capitães como se esperassem participar neste acto de redenção já há longo tempo. A eles, soldados, nada foi prometido, a não ser que seriam os fautores da devolução da liberdade ao povo português.
E sem uma recusa, uma deserção, uma traição, cinco mil soldados pegaram em armas, com uma invulgar determinação para acompanharem os seus capitães nas suas colunas em marcha ou guarnecendo as unidades sublevadas, num movimento militar histórico que restituiu a liberdade e os direitos cívicos aos portugueses.
E foi no desenlace vitorioso deste movimento que todos sentimos de uma forma até aí não experimentada, mesmo em acções de combate em África, a sensação plena do dever cumprido.
Dever cumprido para com o povo, tão sentido e vivido que só poderia conduzir à generosidade na vitória.

## QUADRO DEMOCRÁTICO SUPERARÁ AS DIFICULDADES PRESENTES

Portugal, as suas autarquias metropolitanas e as suas regiões autónomas vivem hoje, após décadas de progresso, de grandes realizações materiais e visíveis mudanças sociais e culturais, enormes dificuldades de natureza económica e financeira com repercussões dramáticas no tecido social.
Mas o facto de elas se situarem num quadro democrático é certeza suficiente para pensarmos que serão superadas. O povo chamado a pronunciar-se, desde que o faça em liberdade, tem a sabedoria da escolha e pela escolha livre e democrática achará soluções.
A nós, militares, que com júbilo e sensação do dever cumprido contribuímos para a construção do regime democrático, custa-nos, e posso até dizer dói-nos, que no quadro deste regime não tenha sido possível realizar mais plenamente uma das ideias-força do Programa do Movimento das Forças Armadas: a construção de uma sociedade mais justa, mais equitativa, com uma economia liberta de teias monopolistas ou oligopolistas e não capturada pelos interesses de cliques financeiras ou de outros grupos que aumentam por vício e natureza as desigualdades, lançando na pobreza e tantas vezes na miséria largas camadas da população.
Não podemos continuar a assistir impávidos e se-

renos ao aumento da pobreza e das desigualdades em simultâneo com o enriquecimento, tantas vezes ilícito, de uma meia dúzia de privilegiados e protegidos, quer se trate de grupos quer de indivíduos.
As leis da República têm que ser para todos e a luta contra a corrupção e o nepotismo não pode ser tíbia, doutro modo poremos em risco a essência generosa do acto fundador da democracia e renegaremos aos ideais do 25 de Abril.
E se compete ao povo reclamar e exigir através do voto uma sociedade mais justa, é aos representantes do povo que compete fidelidade às promessas que fazem, e o cumprimento dos programas que apresentam, mostrando assim o respeito pela vontade dos que os elegem.
Passados 40 anos sobre a memorável data que hoje celebramos, que melhor prenda me poderiam ter oferecido? Usar da palavra, em nome dos capitães de Abril, numa assembleia democrática, representativa do poder autárquico, na bela cidade do Funchal, a capital da Região Autónoma da Madeira, fica para mim como um privilégio único.
Por isso, o meu muito obrigado a todos os que representando o povo, nesta casa representam também o sonho dos capitães de Abril, o sonho de um Portugal livre e democrático, felizmente realizado."

# ARTUR PITA ALVES EM CARREGAL DO SAL

A Câmara Municipal de Carregal do Sal promoveu um circunstanciado programa comemorativo do 40.º aniversário do 25 de Abril, que incluiu uma sessão solene nos Paços do Concelho, onde usaram da palavra representantes de todas as forças políticas com assento na assembleia municipal. O "capitão de Abril", coronel Artur Pita Alves foi convidado para fazer a palestra alusiva à data libertadora.
Na altura própria, Artur Pita Alves proferiu o seguinte discurso*.

## ALIMENTAR A ESPERANÇA

"É uma subida honra estar aqui, hoje, entre vós.
É uma honra porque, aqui, cresci e estudei. Porque, aqui, estão as minhas raízes, parte da minha família, e muitos amigos do tempo da juventude. Aqui venho várias vezes em cada ano, embora em visitas fugazes.
E é uma honra estar, aqui, a comemorar convosco um evento histórico que muito me marcou, e que constitui, inegavelmente, um marco na nossa História contemporânea – o 25 de Abril de 1974 – que, para além da Liberdade, da Democracia plena, provocou grandes alterações na nossa sociedade: o princípio do primado da paz, com o fim da Guerra Colonial, o aumento significativo da escolaridade, o Serviço Nacional de Saúde, os direitos sociais e laborais, entre outras.
Todavia, ainda hoje há quem questione, e rebata, as alterações que o 25 de Abril provocou, em especial no que concerne ao 'fim do Império'. Mais à frente abordarei este tema.
Vamos, então, ao que me traz aqui – um honroso convite da Câmara para vos falar sobre o 25 de Abril.
Pois bem, começo por questionar-me: porquê? e para quê? O 25 de Abril? terá valido a pena?

## ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Deixai-me fazer um breve enquadramento histórico de meados do século XX.
Após o fim da II Guerra Mundial, Gandhi desencadeia o movimento de libertação da Índia, a 'jóia da coroa' do Império Colonial Britânico, e a independência daquele grande país é declarada em 15 de Agosto de 1947.
Avisadamente, inteligentemente, a Inglaterra cria, dois anos depois, a Commonwealth, uma 'organização intergovernamental' composta por 51 Estados independentes que, até então, faziam parte do 'Império Britânico'. Não era, e ainda hoje não é, uma união política, mas sim "uma organização intergovernamental através da qual, países com diversas origens sociais, políticas e económicas, são considerados como iguais".
Por cá, Salazar, apressadamente, põe fim ao Império Colonial Português, decretando, em 1951, que as Colónias passariam a ser tratadas como 'Províncias Ultramarinas'. Em 1946, Salazar havia já decretado que Goa, Damão e Diu retomariam o estatuto de 'Estado Português da Índia'.
Na Assembleia Geral das Nações Unidas, são sucessivamente aprovadas moções reclamando a independência dos territórios coloniais portugueses, e, progressivamente, mesmo os nossos aliados tradicionais da NATO passam a votar pela independência das nossas colónias. Salazar, remando contra os ventos da História, em 1965 declara, solenemente, que continuaríamos a política ultramarina 'orgulhosamente sós'.
Em 1 de Julho de 1970, já com Caetano no Governo, a política colonial sofre um novo desaire, o Papa Paulo VI recebe em audiência os líderes dos Movimentos de Libertação – Agostinho Neto, de Angola, Marcelino dos Santos, de Moçambique, Amílcar Cabral, da Guiné e Cabo Verde.
Na sequência dessa audiência, em 1971 Amílcar Cabral inicia um périplo europeu de sedução ao Ocidente, e, em Londres, dá uma entrevista à revista *Polémica* (publicada em Genebra/Suíça) em que refere 'se porventura houvesse em Portugal um regime que estivesse disposto a construir, não só o futuro e o bem-estar do povo de Portugal, mas também o nosso, nós não veríamos nenhuma necessidade de estar a fazer a luta pela independência. Mas em pé de absoluta igualdade'. E, a seguir, disse algo de notável 'Nós marchamos juntos; e, além disso, no nosso povo, seja em Cabo Verde, seja na Guiné, existe toda uma ligação de sangue – não só histórica, mas também de sangue – e fundamentalmente de cultura, com o povo de Portugal.'
Ainda nesse ano, Senghor, Presidente do Senegal, convida Marcelo Caetano para um encontro. São realizadas reuniões preparatórias, secretas, em Dakar, em que participaram altos dirigentes do Governo de Lisboa (Ribeiro da Cunha, do Ministério do Ultramar, e Matos Rodrigues, chefe da PIDE/DGS em Bissau) e dois Ministros Senegaleses.
Já no ano seguinte, Spínola, Governador da Guiné, propõe, e Caetano autoriza, reuniões com Senghor. Houve uma única reunião, em Maio, pois Caetano rejeita a ideia de negociações, e Spínola resolve deixar a Guiné. Terminou, assim, uma grande oportunidade de se ter resolvido políticamente o problema da guerra e, também de, hipoteticamente, se constituir uma 'Commonwealth à portuguesa.'
Recuemos um pouco – na década de 50 formam-se os movimentos independentistas de Angola, Moçambique, Guiné/Cabo Verde.
E, em 1961, alguns acontecimentos alteram profundamente o *status quo* da política colonial portuguesa:
1. Sublevação dos cultivadores de algodão na Baixa do Cassange (Angola), em Janeiro;
2. Também em Janeiro, o capitão Henrique Galvão ocupa e desvia o paquete Santa Maria;
3. O assalto, em 4 de Fevereiro, à Casa de Reclusão e às esquadras de polícia em Luanda, por parte do MPLA;
4. Em 15 de Março, o desastrado ataque 'terro-

rista' da UPA/FNLA ao Norte de Angola, que, face aos condenáveis processos utilizados, mobilizou a população portuguesa, apoiando Salazar quando clamou 'para Angola, rapidamente e em força';
5. Em Abril, parte da hierarquia militar, chefiada pelo Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, tenta convencer o Presidente da República a demitir Salazar. Serão eles que serão demitidos e Salazar continuaria em funções;
6. Em Novembro, Palma Inácio apodera-se de um avião da TAP e lança panfletos anti-Salazar, sobre Lisboa e Alentejo;
7. A tomada de Goa, Damão e Diu, pela União Indiana, no final do ano, que abriu brechas na política colonial e graves problemas no seio das Forças Armadas;
8. Tentativa, gorada, de ocupar o Quartel de Beja, por elementos ligados ao General Humberto Delgado, no último dia do ano.

Na sequência do ataque da UPA/FNLA, e da natural reacção militar portuguesa, inicia-se a Guerra Colonial, movida pelos Movimentos de Libertação. A guerra alastra nas nossas possessões em África, rapidamente foi crescendo de violência, primeiro em Angola, depois na Guiné e em Moçambique. Em 1973, embora em Angola a situação estivesse sob algum controlo, em Moçambique e na Guiné a situação era insustentável, com a Guiné a declarar unilateralmente a sua independência, rapidamente reconhecida pela comunidade internacional.
A Guerra Colonial, ou Ultramarina, segundo dados do Estado-Maior do Exército, mobilizou mais de 800 000 combatentes da chamada Metrópole, causando cerca de 9 000 mortos, 30 000 feridos e cerca de 14 000 deficientes físicos.
Podeis perguntar – porquê inventariar aqui estes números?
Pois bem, os quadros intermédios do Exército – os capitães – são chamados a cumprir comissões sucessivas, por vezes separadas de escassos meses de permanência na Metrópole, o que leva a uma progressiva saturação. A par disso, os militares do Quadro Permanente vão tomando consciência que o problema colonial era essencialmente político, e não militar – apesar da censura, não eram indiferentes à existência de prisões políticas, às farsas eleitorais, e, no mato, os capitães e os oficiais milicianos tinham conversas informais, sem constrangimentos, sobre o problema da guerra e seu desfecho. Era consensual que as Forças Armadas haviam já dado tempo suficiente ao Governo para que este encontrasse uma solução pela via política.
Por outro lado, parecia cada vez mais evidente o espectro do que, em 1961, acontecera na Índia, onde as Forças Armadas foram publicamente responsabilizadas, e tornadas em bode expiatório do que acontecera. É tristemente célebre a mensagem de Salazar ao governador-geral, poucos horas antes do avanço do poderoso exército indiano, afirmando que só reconhecia 'soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos'!

## DECRETOS-LEI N.º 353/73 E N.º 409/73

Face ao aumento da necessidade de quadros militares, para que o Exército pudesse responder ao crescente esforço de guerra nos três teatros de operações, o poder político quis arranjar uma solução para colmatar a gritante falta de capitães do Quadro Permanente. Em 13 de Julho de 1973 é publicado o Decreto-Lei n.º 353/73, que, em resumo, reduz de quatro anos para dois semestres a frequência da Academia Militar por parte dos oficiais milicianos. E, assim, além de rapidamente ter capitães disponíveis, beneficiaria cerca de duzentos oficiais oriundos de milicianos, com evidente prejuízo dos oriundos de cadete.
O descontentamento e indignação de tenentes, capitães, de majores, não se fez esperar e levou a que surgissem movimentações organizativas com vista à contestação daquele decreto. E, em pouco tempo, foram apresentados centenas de exposições individuais a contestar a situação criada, entre elas 51 de oficiais em serviço na Guiné, que remeteram aos Presidentes da República e do Conselho de Ministros, e aos Ministros da Defesa e do Exército.
Em Agosto, inabilmente, o Governo publica o Decreto-Lei n.º 409/73, que corrige, parcialmente, o anterior, deixando de afectar, na sua antiguidade, os oficiais superiores, mas mantendo a situação para capitães e subalternos.
Estavam lançadas as bases para a criação do Movimento dos Capitães. Convém dizer que este Movimento era, então, marcadamente corporativista, apresentando como 'bandeira', para a sua luta, o prestígio das Forças Armadas.
Como seria de esperar, os oficiais oriundos de milicianos movimentam-se, emitem alguns comunicados onde se auto-intitulam de 'Espúrios', em contrapartida aos 'Puros', oriundos de cadete. Progressivamente esse diferendo foi perdendo vigor, a partir da reunião de Óbidos começam a participar nas reuniões das suas unidades e nacionais, integram o Movimento e, muitos deles, participaram comandando tropas no golpe de 25 de Abril.

## MOVIMENTO DE CAPITÃES

E em 9 de Setembro, em Alcáçovas, onde se reuniram 136 capitães e subalternos, nasce, efectivamente, o Movimento dos Capitães, génese do MFA. Dias depois, em Luanda é criada uma Comissão do Movimento de Angola, que dá um salto qualitativo – é aprovado um pedido colectivo de demissão de oficial do Exército, a apresentar caso os decretos entrem em vigor.
Pouco depois, em 6 de Outubro, realizam-se simultaneamente, na região de Lisboa, reuniões em quatro locais diferentes, com representantes da quase totalidade das Unidades do Exército do Continente e de delegados de Angola, Moçambique e Guiné, onde foi decidida a apresentação do pedido individual de demissão de oficial do Exército. Esses pedidos, devidamente assinados, ultrapassaram o número de setecentos, ficaram à guarda da Comissão Provisória do Movimento para os utilizar caso os Decretos entrassem em vigor, mas nunca foram utilizados por os tais Decretos terem ficado suspensos!
Mais tarde, a 24 de Novembro, na reunião de S. João do Estoril, em que já participam dois tenentes-coronéis, há um novo salto qualitativo – é aprovado um documento com três hipóteses, que os delegados deveriam discutir nas suas unidades, para posterior aprovação na reunião nacional a realizar em Óbidos, na semana seguinte. E as hipóteses eram:
Hipótese A – conquista do Poder para, com uma Junta Militar, criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional – Democratização.
Hipótese B – dar oportunidade ao Governo de se legitimar perante a Nação, através de eleições livres, fiscalizadas pelo Exército, e precedidas de um Referendo sobre a Política Ultramarina.
Hipótese C – utilização de reivindicações exclusivamente militares, como forma de alcançar o prestígio do Exército.
E, como previsto, em 1 de Dezembro realiza-se a reunião de Óbidos, onde estiveram cerca de 180 oficiais, representando mais de 420, bem como observadores da Marinha e da Força Aérea. A hipótese C foi a mais votada, mas com um número significativo desses votos expressando a tendência para virem a adoptar a hipótese A. A partir desse momento, o Movimento perde o carácter

corporativo e é decidido alargá-lo à Marinha e à Força Aérea.
Nesta reunião foi, ainda, eleita a Comissão Coordenadora Executiva, composta por representantes de todas as Armas e Serviços do Exército, bem como dos pára-quedistas.
Ainda em Dezembro, o general Kaulza de Arriaga, contando com o previsível apoio dos pára-quedistas, esboça um golpe militar, mas é desmascarado por oficiais do Movimento e o golpe abortado.
Já em 1974, em Angola, na Guiné, e sobretudo em Moçambique, oficiais do Exército vão endurecendo as suas reivindicações e denúncia da situação política vigente.
Em 22 de Fevereiro há grande agitação no País político, face à publicação do livro *Portugal e o Futuro*, da autoria do general Spínola, ex-governador da Guiné, defendendo que, após 13 anos de guerra, a única saída para o conflito terá que ser política e não militar. Marcelo Caetano convoca Costa Gomes e Spínola para lhes transmitir o seu desagrado e declarar que tinham traído a confiança que neles depositara. Logo a seguir, Caetano pede a demissão de chefe do Governo, mas Américo Tomás não a aceita.

## MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Entretanto, vão aderindo ao Movimento mais alguns tenentes-coronéis e coronéis. A Comissão Coordenadora encarrega oficiais (primeiro, José Maria de Azevedo, a que se juntam, mais tarde, Costa Brás, Melo Antunes e Sousa e Castro) de elaborarem um Programa Político para adoptar após um previsível golpe militar.
E, em 5 de Março, reúnem-se em Cascais 197 oficiais do Exército, representando mais de 600. Participam na reunião oficiais da Força Aérea e da Marinha (estes como observadores). O major Melo Antunes leu o documento 'o Movimento, as Forças Armadas e a Nação', que foi aprovado, e que viria a ser a base do Programa do MFA. Nessa reunião, sentindo-se necessidade de escolher chefes militares, o Exército escolheu os generais Costa Gomes e António de Spínola. Como se depreenderá, foi em Cascais que o Movimento dos Capitães evoluiu para Movimento das Forças Armadas (MFA).
O Poder, tendo tido conhecimento desta reunião (197 pessoas à mesma hora e no mesmo local davam nas vistas ...), decide transferir das suas unidades alguns oficiais que soube estarem ligados ao Movimento, entre eles Melo Antunes e Vasco Lourenço.
Caetano, pressionado pelos ultras do regime, consegue que, em 14 de Março, se realize uma cerimónia de solidariedade para com o regime, em que participa a maioria dos oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas, que ficou conhecida pela 'Brigada do Reumático'. Em agradecimento, Marcelo Caetano afirmou: 'o País está seguro de que conta com as suas Forças Armadas e em todos os seus escalões não poderão restar dúvidas acerca das atitudes dos seus comandos'.
O Governo anuncia, depois, as demissões dos generais Costa Gomes e Spínola e do almirante Bagulho, que faltaram à Brigada do Reumático.
Estas demissões provocaram no Movimento uma enorme onda de contestação, que levou à precipitação da chamada 'revolta das Caldas', por parte de oficiais ligados ao general Spínola, muitos deles oriundos de milicianos.
Para além da consequente prisão dos oficiais implicados nessa revolta, outros oficiais do Movimento são transferidos de unidade. Essas transferências pouco afectaram a dinâmica existente e, em certa medida, até permitiu que esses oficiais fossem esclarecer e arregimentar novos aderentes nas unidades para onde foram transferidos.
Depois da reunião plenária de Cascais, face às prisões e transferências de unidade havidas na sequência da Revolta das Caldas, as reuniões da Comissão Coordenadora passam a ser sectoriais e com redobradas cautelas para manter o sigilo.
Para além do Plano de Operações, à responsabilidade de Otelo e de Garcia dos Santos, Vítor Alves coordena a equipa que redigiu o Programa do MFA (Melo Antunes havia sido transferido para os Açores), um Protocolo Secreto a assinar pela Junta de Salvação Nacional (não chegou a ser utilizado), e uma proclamação ao País.

## O POVO SAIU À RUA

Para terminar a descrição desta fase, recordo-vos que, em 23 de Abril, as 'equipas de ligação' percorrem o País para entregar aos delegados do Movimento nas diversas Unidades, as 'Instruções Finais' para o desencadear da acção, bem como a data-hora para o seu início, os códigos para as transmissões rádio, e a senha e contra-senha a utilizar pelas forças intervenientes, a partir das três horas do dia 25.
O resto é bem conhecido de todos nós – ao fim de umas escassas quinze horas, o regime Ditatorial com 48 anos cai, e o poder é entregue à Junta de Salvação Nacional. E, três semanas depois, entrega-se o poder aos políticos – toma posse o I Governo Provisório, chefiado e constituído por civis e com apenas dois militares!
Não posso deixar de recordar que este golpe militar, executado por inúmeras unidades militares de todo o país, não provocou quaisquer baixas; as únicas baixas – quatro mortos e 45 feridos, todos civis – foram provocadas pela PIDE/DGS, junto à sua sede, na Rua António Maria Cardoso.
E o povo saiu à rua! Em todo o País, de Norte a Sul, nos Açores e Madeira, não paravam as manifestações de alegria, de euforia, festejando a liberdade, cujo auge foi atingido no 1.º de Maio. E, como então escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen: 'Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres, habitamos a substância do tempo'.
Com a evidente e clara adesão da população ao 25 de Abril, rapidamente se avança para uma revolução social – a Revolução de Abril. Para muitos de nós, que nunca tínhamos vivido em Democracia, foi um deslumbramento e uma aprendizagem baseada em sonhos e utopias, com alguns erros à mistura.
Claro, logo a seguir vieram ao de cima as utopias, os movimentos revolucionários (chegaram ao País inúmeros revolucionários, frustrados, de todo o mundo!), e com alguns 'militares de Abril' a tomar, também, posições revolucionárias – o badalado PREC – que quase nos levaram a uma guerra civil! Foram uns meses difíceis, conturbados, que levaram o núcleo central do MFA a ter de bater-se, de novo, pelo cumprimento do compromisso assumido no seu Programa, mas agora contra grupos da sociedade civil, apoiados por alguns dos seus militares.
A partir do 25 de Novembro de 1975, serenados os ânimos, muito de bom se construiu – o princípio do primado da paz, com o fim da Guerra Colonial, o aumento significativo da escolaridade, o Serviço Nacional de Saúde, os direitos sociais e laborais, os direitos da mulher, o Poder Autárquico, enfim, a Democracia.

## PROGRAMA DO MFA

Convém realçar, sem peias, que o essencial do prometido no Programa do MFA foi cumprido! Vejamos:

Os militares tomaram o poder e, caso único na história dos povos, rapidamente o entregaram aos civis! É certo que existiu um Conselho da Revolução, mas, tal como negociado com os partidos políticos, esse Conselho extingue-se na data prevista.
Recordemos as metas estabelecidas naquele Programa – os famosos três D – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. Será que foram atingidas essas metas?
Pois bem:
Democratizar. Apesar de algumas dificuldades iniciais, e tal como prometido, um ano depois do 25 de Abril, realizam-se as primeiras eleições livres – as Eleições para a Assembleia Constituinte. Convém salientar que no Estado Novo o número de eleitores era de cerca de 1 400 000, passando em 1975 para mais de 5 000 000. E porquê tão grande diferença se a população era a mesma? É que, no Estado Novo, as mulheres só podiam votar se fossem 'chefes de família' – caso das freiras –, os homens tinham que ter a 4.ª classe, e só eram eleitores os maiores de 21 anos. Criaram-se duas regiões autónomas, devolveu-se às autarquias a capacidade de os seus órgãos serem eleitos democraticamente e de terem poderes específicos, bastante significativos. Não é demais realçar que o Poder Autárquico foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril, que hoje aqui comemoramos. E, também, foi institucionalizado o direito de expressão e de opinião, a liberdade de imprensa, o direito à greve, o direito a um sindicalismo livre, os direitos e garantias do cidadão – instaurou-se um verdadeiro Estado de Direito.
Descolonizar. Este é, ainda hoje, um tema quente. Reafirmo que a Descolonização era um imperativo nacional, tal como detalhei atrás. Ocupávamos militarmente as colónias, os seus povos tinham legitimidade para adquirirem a independência e governarem-se a si próprios. Permito-me fazer um paralelo – o nosso rei Afonso Henriques, e os que lhe sucederam, não tiveram legitimidade para encetarem a reconquista cristã? Desde sempre, e ainda hoje, os reis de Afonso Henriques a Afonso III, são glorificados por, com a poderosa ajuda dos cruzados, terem libertado da ocupação muçulmana o território que hoje constitui o Portugal Continental. E mais – os muçulmanos ocuparam este nosso território durante 542 anos (até à reconquista de Silves, em 1.253). Nós, portugueses, colonizámos Angola e a Guiné durante 416 anos, e Moçambique durante 445 anos. Como se vê, nós dominámos as colónias muito menos tempo do que aquele em que fomos dominados pelos muçulmanos.
Mas, perguntar-se-á: a descolonização não poderia ter sido mais bem feita? Claro que sim, se o poder político, a exemplo de outros países, mais poderosos, tivesse tido a inteligência e o bom senso, de tomar a iniciativa e conduzir o processo. Todavia, um país pequeno e com poucos recursos, como o nosso, conseguiu, com algum apoio internacional, trazer de volta ao Continente cerca de 700 000 cidadãos (vulgarmente denominados retornados), sem grandes percalços, em apenas três meses. Aliás, este facto é bastante elogiado pela comunidade internacional, já que nos empenhámos e conseguimos organizar a maior ponte aérea da História.
Desenvolver. Pois, para além do que referi há pouco – o aumento significativo da escolaridade, o Serviço Nacional de Saúde, os direitos sociais e laborais, os direitos da mulher, o poder autárquico – muito mais se fez neste país. Em todos os indicadores que medem o bem-estar, somos hoje incomparavelmente diferentes daquilo que éramos há 40 anos. Passámos de um 'país em vias de desenvolvimento', para um 'país desenvolvido', segundo os parâmetros internacionais.
Creio ter respondido, sucintamente, às minhas duas questões iniciais – porquê e para quê o 25 de Abril? E a terceira, terá valido a pena?

## DESENCANTO GERAL

Pois bem, assistimos, hoje, a um ataque cerrado a essas conquistas, na Educação, na Saúde, com infernais cortes nos salários e nas pensões, com uma austeridade atrofiante, com um desemprego incomportável, com a corrupção a alastrar, a Justiça a funcionar mal e tardiamente, com os nossos jovens a terem de emigrar, com gritantes situações de fome, e na política a proliferarem os oportunistas, sem sensibilidade, sem dignidade – o desencanto é geral!
É indubitável que a sociedade mercantilista, onde o dinheiro se sobrepõe a todos os valores, atravessa uma crise de dimensão semelhante à que provocou a derrocada do 'socialismo real'. O neoliberalismo e a economia de mercado, sem regras, estão em vias de destruir o Estado, transferindo para os grandes grupos económicos, sem pátria, verdadeiros poderes de soberania.
Até parece que é uma chaga do nosso ADN – ao longo da nossa História passámos por frequentes crises financeiras e por oito situações de 'bancarrota', a primeira das quais em 1560 (muito antes do desastre de Alcácer Quibir), quando tínhamos o rendoso comércio das especiarias da Índia. A última em 1892, que levou mais de cem anos a liquidar – a última tranche foi paga em 2001! Pois, apesar das especiarias do Oriente, do ouro do Brasil e de África, de enormes riquezas que explorávamos nas colónias, muitos dos nossos governantes esbanjaram os proveitos existentes, em projectos megalómanos e de utilidade discutível, sem uma indispensável visão estratégica. Já depois do 25 de Abril, estivemos em pré-bancarrota em 1977 e 1983. E nem sempre soubemos aproveitar, criteriosamente, as mais-valias da nossa entrada na União Europeia.
Culpar o 25 de Abril por esta situação não me parece racional. Transcrevo, a propósito, o que Miguel Sousa Tavares disse em recente entrevista ao *Diário de Notícias*: 'Não penso que o 25 de Abril seja responsável por aquilo que, de negativo, nos aconteceu nos últimos 40 anos. A responsabilidade é nossa, de algumas características nossas, que vêm de muito longe e estão para lá de qualquer regime. Há um pecado original de avaliação em relação ao 25 de Abril, que é o de se ter imaginado que todos eram antifascistas e defensores da liberdade. Infelizmente, eu acho que os portugueses não valorizam a liberdade como o mais valioso dos bens políticos e, daí, confundirem a liberdade e o 25 de Abril com a prosperidade. São coisas diferentes – a liberdade dá-nos a possibilidade de sermos donos do nosso destino; a prosperidade depende daquilo que formos capazes de fazer com isso. Trouxe a contrapartida da liberdade, que é a irresponsabilidade. Mas o preço valeu a pena. Ninguém disse que a democracia era um sistema perfeito'.
É inegável que nos tem faltado, frequente e continuadamente, a 'visão estratégica', o 'sentido de Estado', o rigor, o empenhamento na racional gestão da 'coisa pública'.
Tem-nos faltado a visão e o esforço continuado da 'gesta dos descobrimentos', a título de exemplo, iniciada pelo Infante Henrique e que atingiria o seu auge, mais de cem anos depois (!), com a chegada à Índia. Mas outros bons exemplos de boa gestão houve, felizmente.
Mas vamos agora desistir de lutar para reverter a situação em que nos colocaram nestes últimos anos?

## IMAGEM DE POLÍTICOS DEGRADADA

A imagem da classe política, dos políticos em geral, tem vindo a degradar-se vertiginosa e perigosamente – basta ver as sondagens de opinião,

nomeadamente a do jornal *i*, de há dias, em que 46,5% dos inquiridos dizem que 'os políticos da ditadura eram mais honestos que os actuais', contra apenas 17,7% que dizem o contrário.
Assistimos a o Tribunal Constitucional a multar todos os partidos por irregularidades nas suas contas – o que é deveras preocupante.
Por outro lado, a abstenção tem vindo a crescer assustadoramente – por culpa de quem?
É, pois, do senso comum que, actualmente, a classe política está mal servida, que os políticos não respeitam a sua palavra, que lhes falta credibilidade, dignidade, que são corruptos. Este estado de espírito leva, compreensivelmente, ao afastamento da causa pública de individualidades competentes e honestas, o que leva à degradação da qualidade da classe política.
Há que pôr fim, rapidamente, a estes sentimentos que corroem a Democracia, a Liberdade, e que são uma afronta para os incontáveis políticos honestos e com dignidade. A culpa não é só dos políticos, a culpa é de todos nós – pois regozijamo-nos a dizer mal deles, a crucificá-los na praça pública.
Mas a Democracia não pode sobreviver sem políticos, sem partidos políticos. Como dizia Churchill – 'ninguém pretende que a Democracia seja perfeita ou sem defeitos; a Democracia é a pior forma de Governo, salvo as demais formas tentadas de tempos em tempos'.

Urge pôr fim a este descalabro, urgentemente. Que fazer, então?
Exigir que a classe política, os políticos, se afirmem positivamente, que ultrapassem o carreirismo partidário, que se credibilizem valorizando a ética e a dignidade humana – então, tudo melhorará, na economia, na justiça, na igualdade, no Estado Social, no direito ao trabalho.
E, como estou perante militantes de base, e perante cidadãos não filiados, mas esclarecidos, deixo-vos este sentido repto, para bem dos nossos filhos, dos nossos netos, do nosso País.
A data que celebramos hoje é um bom motivo para alimentar a esperança, reforçar a vontade, sonhar de novo: vamos vencer o medo; vamos vencer a crise; vamos construir o futuro!"

***Títulos e subtítulos da responsabilidade da Redacção**

## DEBATE EM PENACOVA E CONFERÊNCIA EM BELAS

Artur Pita Alves participou no debate – "25 de Abril, o Passado e o Presente" – realizado por iniciativa da Câmara Municipal de Penacova no dia 27 de Abril, na Biblioteca Municipal de Penacova/Centro Cultural. E, no dia 29, proferiu uma conferência subordinada ao tema "A Revolução de 25 de Abril de 1974", na Escola Secundária Padre Alberto Neto, no âmbito das comemorações do 25 de Abril assinaladas naquela escola, por iniciativa dos professores Alcino Pedrosa e Dulce Dias.
Artur Pita Alves adaptou o texto da palestra proferida em Carregal do Sal, que acima reproduzimos, aos eventos de Penacova e Belas.

## FRANCO CHARAIS EM LOULÉ

A CÂMARA MUNICIPAL de Loulé promoveu um conjunto de inciativas para assinalar a passagem dos 40 anos do 25 de Abril, entre as quais avulta uma exposição memorial composta por uma réplica do Posto de Comando da Pontinha, e uma sessão comemorativa onde tomou parte o capitão de Abril, general Franco Charais, que, na altura própria, apresentou a seguinte comunicação*:

### O BINÓMIO POVO/MFA FEZ MARAVILHAS

Em 1974 centenas de capitães do Exército, Marinha e Força Aérea, injustiçados por decisões administrativas decidiram rebelar-se contra os seus superiores. De reuniões em reuniões clandestinas, aperceberam-se de que o seu problema era menos importante do que outros que afligiam as populações portuguesas e autóctones das colónias e que valeria a pena cortar o mal pela raiz, destruindo um regime ditador causa de todos aqueles problemas. Convidaram dois generais para encabeçarem a sua rebelião obrigando-os a cumprir um programa que designaram por Programa do MFA.
Na madrugada do dia 25 de Abri de l974 unidades comandadas por capitães e integrando representantes do povo (oficiais, sargentos milicianos, cabos e praças), ocuparam ao longo do território objectivos pré-determinados que paralisaram qualquer reacção do governo da cinquentenária ditadura. Até nas exíguas unidades que o apoiaram o povo nelas embarcado negou-se a disparar contra as unidades do MFA. E o Povo na sua larga maioria apoiou e baptizou os acontecimentos de Revolução dos Cravos.
Permito-me realçar a capacidade de organização do MFA. Dois grupos trabalharam separados. Um tratou das operações militares, outro da redacção do Programa do MFA, outro, muito reduzido, da ligação entre estes grupos e os generais. No grupo de redacção íamos sentindo as reacções de Spínola aos documentos preliminares onde a palavra democracia política era sistematicamente rasurada e sistematicamente repetida pelos redactores.
O Município de Loulé promoveu a instalação, na sua cidade, de uma cópia do posto de comando que teremos a oportunidade de visitar. No dia 25, passei algumas horas no posto de comando do MFA, instalado no Quartel de Engenharia da Pontinha e permito-me relatar alguns dos importantes acontecimentos que ali vivi.
Quando ali cheguei, Otelo, Garcia dos Santos, Fisher Lopes Pires, Sanches Osório e o comandante Vítor Crespo, pelos telefones, davam as últimas instruções às unidades revoltadas. Pouco depois de eu ter chegado apareceu o general Spínola com os seus oficiais tentando assumir o comando das operações o que não conseguiu.
Na altura ocorriam confrontações junto à sede da PIDE, em Lisboa, com civis mortos. Sabendo que se encontrava preso no quartel o chefe da polícia política, sugeri a Spínola que lhe desse ordem para que conseguisse a sua rendição. E assim aconteceu e evitaram-se mais mortes.
Depois de ir a casa informar a família, voltei ao Quartel da Pontinha. Spínola e os generais da Junta de Salvação Nacional entravam nos carros que os levariam à televisão. Informado de que o Programa do MFA iria ser distribuído à comunicação social, Spínola reagiu dizendo que não concordava com o documento. Este, que tinha tido o seu aval antes do lançamento da operação militar por exigência dos militares, voltou a ser discutido e só na manhã seguinte foi distribuído à comunicação social.
E as maravilhas do binómio Povo/MFA vão suceder-se por vezes a ritmos alucinantes.
Substituição, em todo o País, dos elementos políticos designados e apoiantes do anterior regime e dissolução dos seus órgãos de soberania e seus

aparelhos repressivos como as polícias políticas, a censura e outros. Em total liberdade de opinião e reunião, constituíram-se partidos, realizaram-se eleições totalmente livres, para uma Assembleia Constituinte que redigiu e aprovou uma Constituição, para o Presidente da República, para a Assembleia da República e foi dada posse ao Primeiro Governo Constitucional. Foram corrigidas injustiças, melhoradas as condições de vida das classes mais desfavorecidas, desenvolvidas políticas de educação, saúde, sociais e foram concedidos direitos de autonomia e independência às colónias. Como resultado, irão surgir no continente africano novos países de língua oficial portuguesa e, com a ajuda da comunidade internacional, o País vai ser enriquecido com a entrada de perto de um milhão de homens e mulheres e regresso dos contingentes militares vindos das ex-colónias que, com a sua capacidade de trabalho e empresarial, vão constituir uma maior valia para o nosso desenvolvimento económico.

## BATALHA PRINCIPAL

Tudo isto, que agora parece ter sido fácil foi conseguido num ambiente onde se cruzaram e somaram várias batalhas. Para lhes fazer face, o posto de comando da Pontinha vai ser objecto de várias remodelações.

A principal batalha vai travar-se entre as forças do antigo regime e o binómio Povo/MFA. Aquelas eram detentoras da quase totalidade dos poderes económico e financeiro, aqui e nas colónias, e de largas e importantes ligações com o exterior. Verificando que o golpe não visava uma ditadura militar, disseminaram-se pelos novos partidos, incitando-os uns contra os outros, insinuaram-se nas próprias Forças Armadas e militarizadas, colocaram no exterior a maioria dos seus recursos financeiros, deixando o País à míngua de divisas. Actuando do exterior, obrigaram o País ao pagamento prévio das matérias-primas. Nos seus latifúndios alentejanos incendiaram os campos, abandonaram animais e trabalhadores à sua sorte. Gorados os seus esforços e aproveitando a confusão que reinava entre os novos partidos onde ajudaram a propagar o seu ódio pelos comunistas, decide-se pela luta armada. Primeiro dividindo o MFA e atirando os partidos uns contra os outros, depois recorrendo aos atentados bombistas ao assalto e destruição das sedes de partidos de esquerda, empurrando os portugueses para uma guerra civil.

## TENTATIVA DE ELIMINAÇÃO DO PCP

A segunda luta desenvolveu-se entre partidos visando a eliminação do Partido Comunista, luta bem lubrificada pelas forças do anterior regime, pelo ruído das facções de esquerda revolucionária e pela forte oposição da Secretaria de Estado dos EUA que não admitia que um país da NATO tivesse, nos seus governos provisórios, ministros comunistas. Infiltrada nos partidos, nas Forças Armadas, nos órgãos de comunicação, explorando erros cometidos pelo PC e outros partidos de esquerda, vai incrementar o sentimento anticomunista que, eficientemente e ao longo da ditadura, havia inculcado na população. Partidos responsáveis, como o PS e PSD, ao considerarem como seu principal inimigo o PC, vão criar na maioria das populações, que o principal inimigo eram os comunistas. Quando era fácil de compreender que, num mínimo, mais de um milhão de portugueses espalhados pelo País seriam apoiantes indefectíveis do regime anterior. Esta frente de luta vai criar fracturas no MFA e, muito mais grave, no seio do Povo, onde a distribuição e contagem de armas eram prenúncio de uma guerra fratricida.

A designação de MFA tinha sido adoptada na tentativa de unir todos os militares dos três ramos das Forças Armadas, desde o soldado ao general, para o cumprimento do Programa do Movimento. Pelo menos perante a opinião pública. Os capitães sabiam que tal seria impossível e por isso desde início tomaram as suas precauções não deixando que a estrutura militar que em 25 de Abril ocupou o País, na grande maioria comandada por capitães, se integrasse nas Forças Armadas nem no próprio COPCON, colocando-a sob o comando da Comissão Coordenadora.

O Posto de Comando da Pontinha vai, assim, ser substituído pela Comissão Coordenadora. A estrutura criada pelos capitães e por eles comandada, com unidades no Exército, na Marinha e na Força Aérea, e com elevada prontidão de actuação fica-lhe subordinada, o que vai permitir fazer face e ultrapassar os golpes denominados Palma Carlos, Maioria Silenciosa e 11 de Março.

As prisões de militares e civis, indício de preocupantes fracturas transversais na sociedade, obrigam a uma nova reestruturação do Posto de Comando do MFA. Vão ser reunidos num só órgão, que foi designado por Conselho da Revolução, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado a Comissão Coordenadora e o primeiro-ministro, se fosse militar. Os civis foram substituídos por militares e para que estes fossem informados da situação política e militar foram criadas as Assembleias do MFA, do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

## 11 DE MARÇO

Com o golpe de 11 de Março, os conflitos sociais agudizam-se e o Povo vai responder com a nacionalização dos bens económicos e financeiro dos apoiantes da ditadura, com a reforma agrária, com o Serviço Nacional de Saúde, com o alargamento do ensino a toda população, com o aumento das regalias sociais e com outros que o curto prazo de tempo disponível não permite descrever. As eleições para a Constituinte vão realizar-se com elevada percentagem de eleitores. Com a aproximação da aprovação da nova Constituição e Independência de Angola, o inimigo prevendo perdas irrecuperáveis, lança pelo Norte do país autênticas acções de terrorismo. Simultaneamente, partidos de esquerda esforçam-se para impedir aquela aprovação com propostas de democracia directa, poder popular e outras. O Conselho da Revolução, para um melhor conhecimento e defesa do País vai destacar, em acumulação, conselheiros que vão comandar as Regiões Militares do Norte, Centro e Sul. Sendo a Região de Lisboa a principal preocupação, dada a violência do combate político, elementos da Comissão Coordenadora preparam secretamente, mas com o conhecimento do PR, um comando de intervenção para actuar contra qualquer tentativa de tomada de poder.

Em 25 de Novembro de 1975, este comando entra em acção contra tropas para-quedistas que, amputadas dos seus oficiais cercaram o Comando da Força Aérea. Para conter uma inusitada vaga de apoio vinda da direita e extrema-direita, o comandante da força de intervenção vai ser nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e, posteriormente, irá ser eleito Presidente da República.

Perante a grave situação vivida nesse ano de 1975, os partidos sabem que sem a presença do MFA não conseguirão suster aquela vaga de extrema-direita, nem os previsíveis ataques da extrema-esquerda contra um sistema democrático formado por partidos frágeis, desgastados por lutas entre si. Um pacto partidos/MFA é assinado e o Conselho da Revolução vai ser acolhido na Constituição

como órgão de soberania.
Em 1982, o Posto de Comando do MFA dissolve-se nas Forças Armadas."

***Título e substítulos da responsabilidade da Redacção**

## GONÇALVES NOVO EM QUELUZ

OS BOMBEIROS Voluntários de Queluz promoveram uma sessão solene, dia 3 de Maio, para assinalarem os 40 anos do dia libertador, para a qual convidaram a Associação 25 de Abril que se fez representar pelo capitão de Abril coronel José Marques Gonçalves Novo, que, no momento adequado, proferiu o seguinte discurso.
"Permitam que comece por agradecer o convite formulado à A25A para tomar parte nesta confraternização, e, em conjunto comemorarmos o 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974, conhecido como a Revolução dos Cravos, que acabou com a guerra, restituiu a liberdade e a dignidade ao povo português, possibilitou a democracia, eleições livres, a criação do serviço nacional de saúde, a universalização do ensino, e a obtenção de diversas melhorias sociais.
Sou o coronel Gonçalves Novo, capitão de Abril, que aqui represento a A25A, e, designadamente, o seu presidente, o coronel Vasco Lourenço.
É para mim uma honra estar aqui, no meio dos soldados da paz que tanto têm feito em auxílio das populações, em acções humanitárias e missões de socorro, muitas vezes com o sacrifício da própria vida.
Bem hajam, amigos.
Estamos a comemorar Abril numa época em que Portugal chegou a uma nova encruzilhada da sua História, em que mais uma vez terá de ser o povo português a encontrar em si a vontade e energia para ultrapassar a crise que vivemos.
Crise que, como sabem, tem causas externas e internas que comprometem perigosamente o regime democrático e minam a justiça social, valores esses que estiveram na base do 25 de Abril de 1974 e que têm vindo a ser destruídos.
O galopante desemprego com dramáticas proporções, o empobrecimento generalizado, a emigração da nossa juventude com elevada preparação académica, o alargamento do fosso entre ricos e pobres, a corrupção, o ataque desenfreado aos reformados, ao Serviço Nacional de Saúde e à educação, a ineficácia na aplicação da justiça, o desrespeito pela história e pela cultura do País, e também a enorme austeridade em que vivemos, só foi possível porque os valores de Abril que inspiram a Constituição da República não vêm sendo cumpridos.
É urgente e indispensável que os portugueses recuperem o seu poder soberano enquanto cidadãos, que se reúnam à volta dos valores sociais e políticos que foram e são a referência do 25 de abril: liberdade, democracia participada, justiça social, paz e soberania nacional, no quadro de uma união europeia que terá de ser caracterizada pela igualdade e solidariedade entre as nações.
Os valores de Abril terão de ser a bandeira à volta da qual se juntem os portugueses decididos a lutar por um Portugal digno, livre democrático e justo.
As comemorações de Abril deverão constituir um pólo agregador e dinamizador para a organização e desenvolvimento das acções indispensáveis para a reconstrução de Portugal com dignidade.
As experiências de vida dos bombeiros, com o altru-

FOTOS. ÁLVARO E JOSÉ TAVARES

ísmo, coragem e solidariedade que os caracterizam como soldados da paz e a permanente disponibilidade para ajudar quem necessita certamente nos ajudarão a atingir esses objectivos.
Estamos em democracia participativa, pelo que somos responsáveis por exigir as condições de crescimento e desenvolvimento do País, o que passa necessariamente pela preservação do seu vasto e tão ameaçado património ambiental e pela protecção e defesa das populações, nomeadamente as mais vulneráveis.
Somos livres e responsáveis por participar na escolha de um rumo, de uma estratégia para o País e até para a Europa.
Por isso assumamos as nossas responsabilidades, escolhendo aqueles que terão de nos governar interpretando os nossos direitos e deveres, enquanto portugueses e cidadãos europeus, e não os interesses imediatos de apenas alguns.
Vamos pois vencer os medos, reafirmar Abril e construir o futuro."

## CHAVE DE HONRA DA CÂMARA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Por ocasião das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, o Executivo Municial decidiu atribuir à Associação 25 de Abril a Chave de Honra da Câmara de Reguengos de Monsaraz. A delibração consta no Edital n.º 02-b/2014 da Assembleia Municipal.
Na cerimónia solene da entrega da Chave de Honra, a A25A foi representada pelo "capitão de Abril" coronel José Luís Cardoso, que, na altura própria, proferiu o seguinte discurso:

"Quarenta anos depois muitos questionam se valeu a pena.
Quarenta anos depois muitos esqueceram que então se morria numa guerra sem sentido.
Muitos esqueceram que se era preso, torturado e morto por pensar diferente do regime.
Muitos esqueceram que apenas os apoiantes do regime tinham acesso ao voto que lhe permitia escolher os titulares dos órgãos do poder.
Aqueles que hoje questionam se valeu a pena esquecem que foi há 40 anos que se lançaram as bases do Estado Social, instituindo o direito à Segurança Social para todos, o acesso gratuito ao ensino, a criação de um Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito. Foi igualmente pela primeira vez que se instituiu o salário mínimo nacional. Para nós e para todos aqueles a quem a memória não esquece o que foi o período da Ditadura, valeu a pena.

### A MUNDANÇA É POSSÍVEL SE O POVO QUISER

O que deve ser questionado é como foi possível 40 anos depois chegarmos ao estado a que chegámos, numa situação em que 90% da riqueza produzida apenas beneficia 10% dos portugueses, e os que trabalham estão cada vez mais pobres e mais de um milhão de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza.
Para o actual estado de degradação em que nos encontramos todos contribuímos com as escolhas que fizemos no acto mais sublime de um regime democrático: o voto.
Nunca nos questionámos seriamente sobre a questão fundamental de qualquer regime democrático: o que fizeram com os nossos votos os titulares dos órgãos de soberania que democraticamente escolhemos com base nas suas promessas, fazendo-nos crer que iriam governar para as pessoas e pensando não só no presente, mas no nosso futuro colectivo.
Nenhum dos deputados ou presidentes que elegemos tinham sido mandatados para em nome de todos nós integrar Portugal na União Europeia, no Euro ou aceitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento.
Porque não nos perguntaram antes se estávamos disponíveis para integrar uma Europa sem solidariedade e na qual o capitalismo sem regras é a norma e os direitos dos trabalhadores são violados todos os dias.
Hoje, quem de facto nos governa não o faz em nome dos que os elegeram, são apenas mandatários dos grupos económicos que detêm a riqueza que devia ser de todos?
São os que elegemos que, ao legislar, pensam primeiro no grupo económico que lhes paga e não no cidadão que lhes deu o seu voto. São os mesmos que, pela via das leis que aprovam, criaram uma justiça para os pobres e outra para os ricos.
Mas são os que aprovaram as leis que absolvem e perdoam as dívidas aos grandes senhores do capital, por norma sempre amigos e aliados dos detentores do poder.
São os mesmos que recusam a revisão do Estatuto do Deputado, no sentido de responsabilizar os eleitos perante os que os elegem.
Para os que nos governam e seus mandantes, pagar um salário justo a quem trabalha é apresentado como um acto de bondade por parte dos empregadores, dos que nos governam e têm governado.
A segurança no emprego, quer seja público ou privado, não existe.
O trabalho deixou de ser um direito inalienável de todo o ser humano, para ser entendido como um favor prestado pelos detentores do poder.
Os reformados, pensionistas e inválidos são tratados como um pesado fardo para aqueles que nos governam, dado que não produzindo riqueza devem ser eliminados quanto antes, não nos campos de extermínio nazi, mas no fogo brando de um futuro sem esperança e sem um mínimo de dignidade humana.
Para os que nos governam, a saúde já não é um direito universal, mas um bem de cada vez mais difícil acesso aos mais pobres.
O ensino obrigatório e gratuito transformou-se num negócio de milhões para os amigos daqueles que nos governam e detentores das escolas privadas.
A Segurança Social está a ser destruída e a ser entregue aos grandes grupos financeiros e à qual só terão acesso uns tantos.
Querem destruir o Estado Social, utilizando todos os meios que o poder ilegítimo que detêm lhes permite. Para eles não há limites.
E todo um povo assiste resignado à destruição da sua dignidade.
Não são precisas mais revoluções para parar a caminhada que nos está a conduzir para o abismo.
Não basta acreditar que é possível.
É necessário que todo um povo se levante e exclame nas ruas, nos locais de trabalho, nos locais de convívio, basta!
É necessário exigir aos deputados que acabem com a enorme farsa que é o modo como muitos deles exercem o seu mandato, contra os que os elegeram e ao serviço dos grupos económicos que lhes pagam como gestores, como consultores, como advogados, cargos estes que exercem cumulativamente com o mandato de deputado.
Onde está a dignidade?
É preciso julgar nos tribunais comuns todos os

grandes beneficiários das privatizações, das parcerias público-privadas, que simultaneamente representavam o Estado e o grupo económico que comprava a preço de saldo bens sociais que eram de todos nós.
Comemorar Abril é não mais votar naqueles que nos governam contra o mandato que lhes foi conferido por cada um de nós.
Abril foi possível porque o Povo quis.
A mundança é possível se o Povo quiser.
Não queremos o medo.
Queremos de novo ter direito à esperança e ao futuro.
Queremos que nos seja restituída a dignidade.
Não mais governos e deputados eleitos que traiam os mandatos que lhes foram conferidos.
Queremos uma sociedade em que a liberdade, a igualdade e a fraternidade se apresentem como valores maiores da dignidade humana."

## DIAMANTINO GERTRUDES DA SILVA EM VISEU

A COMEMORAÇÃO do 40.º aniversário do 25 de Abril foi pretexto para cerca de 400 pessoas se reunirem, no Quartel do RI 14 de Viseu, num animado almoço de confraternização. Presentes militares, ex-militares, esposas e companheiras, órgãos e demais representantes do Poder Local, um universo caracterizado pela normal e desejável diversidade, e no respeito mútuo. Na altura própria, o "capitão de Abril", coronel Diamantino Gertrudes da Silva proferiu o seguinte discurso*.

### TANTO E TÃO POUCO TEMPO

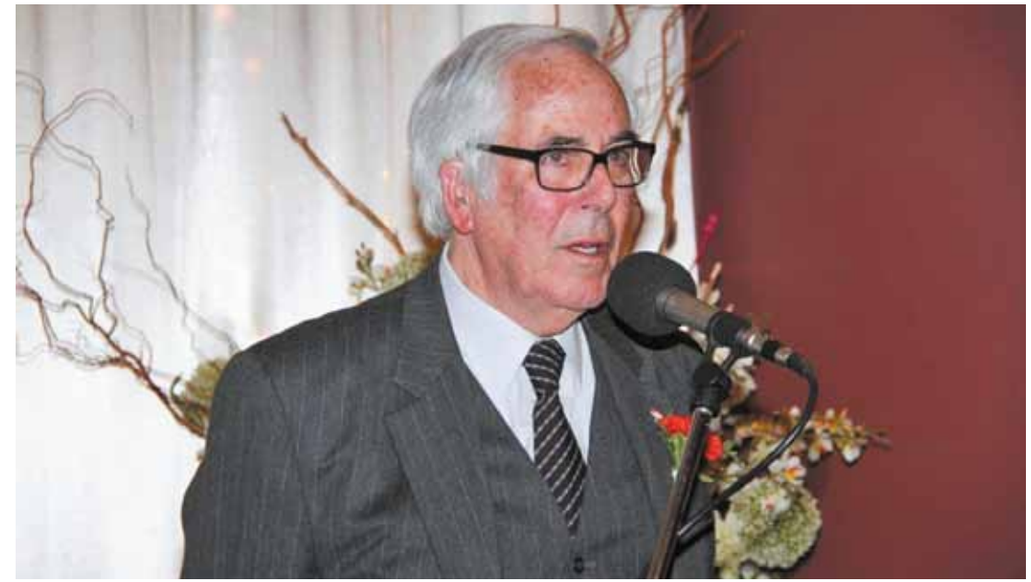
"Mais que para celebrar, será de aproveitar esta efeméride para reflectir sobre os caminhos que até aqui nos trouxeram. Caminhos onde inegavelmente não será difícil identificar alguns progressos e alguns sucessos, a par de erros, uns que nós próprios cometemos, outros que resultam do sistema global em que nos inserimos e no qual nos sujeitamos a um jogo de dados viciados, em mesas que nós não vemos, e onde se sentam jogadores sem rosto.
E, por muito que puxemos pelas ganas da alma, não descortinamos razões para grandes manifestações de optimismo. A não ser o que nos é permitido ler no fio do devir histórico, tanto da humanidade como da nação portuguesa de que, pesem todas as vicissitudes, mais tarde ou mais cedo, havemos de reencontrar o nosso caminho, o qual nos levará, assim esperamos, a um mais elevado patamar de progresso material, social e humano. Porque o mundo não pára, bem sabemos.
O 25 de Abril, independentemente da opinião de cada um, é, inegavelmente, pelo menos pelas suas consequências, um facto histórico de determinante dimensão, uma ruptura, um traço vertical na história nacional com direito ao estatuto de referencial de um antes e um depois.
Nós, os militares de Abril, cuidámos do trabalho de casa. Fizemos um correcto estudo da situação, planeámos e executámos com reconhecida eficácia, e alguma sorte, admitamos, um cuidadoso plano de operações. Podem negar-nos qualquer auréola de heroísmo; mas não nos podem negar uma boa dose de coragem e de entrega àquilo que, a partir dum momento crucial, tomámos como uma missão, quando tivemos que nos despedir das nossas mulheres e dos nossos filhos e rumámos a um destino prenhe de incertezas.
Derrubámos a ditadura; segurámos quase até ao limite a magna questão colonial com vista à sua posterior resolução; avançámos com as medidas mais prementes no sentido de atacar o atraso e o que na altura pareciam ser os bloqueios do desenvolvimento do País. Apresentámos então um programa mínimo que passou a ser conhecido como o 'Programa dos 3D'. E, programa mínimo, diga-se, e de curta duração, porque ninguém, honestamente, nos poderá acusar de termos ficado agarrados ao poder.
Hoje é bem claro que a seguir à grande, à inolvidável Festa, todos nós, tanto civis como militares, cometemos erros; só não os comete quem fica parado e à espera do que vier a seguir. Só que a História não admite 'ses' nem se ocupa de julgamentos e consequente atribuição de culpas. Os erros e os sucessos alcançados poderão servir-nos, isso sim, para melhor entendermos o presente e construir uma ideia, ou melhor, um projecto de futuro. Que é o que nos parece que hoje não temos, de todo, enquanto País e Nação orgulhosa de cerca de 900 anos de história e do seu decisivo contributo para o progresso da humanidade.
Pois, se atentarmos novamente no tal programa mínimo dos 3D; se deixarmos de lado, como facto irremediável, a Descolonização; se pensarmos no Desenvolvimento como uma sucessão de altos e baixos, mas sempre – e até parece que endemicamente – abaixo da linha de água, então que dizer da Democratização, do nosso sistema democrático progressivamente desfigurado e descaracterizado por interesses que nada têm que ver com a democracia e com os valores que lhe dão forma. E assim, viemos dar a esta 'encruzilhada sem caminhos'. Temos a liberdade, é certo, esse supremo bem. Mas 'Só há liberdade a sério...' (Sérgio Godinho).

### 'REINVENTAR A DEMOCRACIA'

Bem cedo fomos sendo alertados, primeiro por Maria de Lourdes Pintassilgo e mais tarde pelo Prof. Boaventura Sousa Santos, entre outros, para alguns visíveis sinais de enfermidade, chegando ao ponto de nos aconselharem a 'Reinventar a Democracia'.
Nós, enquanto cidadãos e Militares de Abril, qualificação de que muito nos orgulhamos, continuaremos afincadamente agarrados, agora já não aos 3D, que tiveram o seu legítimo lugar histórico e melhor ou pior se cumpriram, mas aos valores perenes que foram a bandeira da mãe de todas as revoluções da Época Moderna.
Utopia? Já houve quem decretasse a morte de Deus, quem declarasse o fim da História e quem anunciasse o enterro das Ideologias. Na impossibilidade de garantir a sua morte, houve ainda quem se apressasse a apontar a inutilidade ou os perigos das utopias, esquecendo-se de que é de sonhos e utopias que se alimenta a alma dos homens.
Penso que é possível e realizável um mundo bem melhor do que aquele que temos, e aí está, penso eu, uma legítima esperança, uma bela utopia. Um mundo estruturado nos sólidos pilares da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, caso para perguntar que mal farão utopias como esta. E, mais que de esperança, trata-se duma questão de fé. E dizem-nos que a fé pode mover montanhas.
O 25 de Abril ainda anda por aí. E tomamos como nossa a obrigação de mantê-lo vivo. Antes como hoje, nós fazemos questão de cuidar do trabalho de casa, usando os espaços de liberdade para denunciar e alertar, sempre que os valores de Abril estiverem em causa. E passar às camadas mais jovens os princípios enformadores de uma das revoluções mais lindas de todos os tempos. Olhe-se para o que vai por esse mundo fora... 40 anos! Tanto e tão pouco tempo!...
Viva o 25 de Abril!"

FOTOS: ÁLVARO E JOSÉ TAVARES

*Título e subtítulo da responsabilidade da Redacção.



O presidente da Assembleia-Geral da A25A, general Garcia dos Santos, proferiu a alocução alusiva nas comemorações do 25 de Abril em Toronto, Canadá

# Garcia dos Santos em Toronto

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 25 DE ABRIL de Toronto promoveu as comemorações locais do 40.º aniversário do 25 de Abril, de que se destaca a sessão solene na qual esteve presente o general Garcia dos Santos, presidente da mesa da Assembleia Geral da A25A.

Na sua intervenção, o general Garcia dos Santos começou por agradecer o convite, referindo ser a primeira vez que se encontrava no Canadá e que ali se deslocara por decisão da Direcção da A25A, em sua representação.

Garcia dos Santos dirigiu-se, a seguir, a Carlos Morgadinho, Lígia Nóbrega e Tomás Ferreira, bem como a todos os restantes membros da Associação Cultural 25 de Abril de Toronto, a quem manifestou o seu agradecimento pessoal não apenas pelo convite mas, em especial, pela forma e pelo carinho que proporcionaram aos pormenores da sua estada em Toronto.

Passando ao tema que o levara àquelas paragens, Garcia dos Santos dirigiu-se a todos os presentes para, em jeito coloquial, lhes falar da actual situação que se vive em Portugal e, obviamente, do 25 de Abril.

E para que não pudesse ser-lhe atribuído qualquer epíteto quanto à sua tendência ou inclina-

Amigos de Abril, no Canadá, cantaram "Grândola Vila Morena"

O general Garcia dos Santos, bem assessorado, regeu o canto memorável de José Afonso no hino à liberdade a que "Grândola" está historicamente associada

ção político-partidária, socorreu-se de alguns textos para ilustrar a sua conversa, lendo excertos de: "Francisco e o 25 de Abril", escrito pelo padre e professor de Filosofia Anselmo Borges, no *Diário de Notícias* de 12 de Abril; "O 25 de Abril é uma acção de enorme generosidade", escrito pelo Dr. António Cruz Serra, reitor da nova Universidade de Lisboa, na entrevista concedida ao *Diário de Notícias* de 14 de Abril; resultados da sondagem "Barómetro CESOP da Universidade Católica", publicados no *Diário de Notícias* de 19 de Abril; "Governo cheio de medo", do escritor Baptista-Bastos, *Diário de Notícias* de 16 de Abril; entrevista ao Dr. Rui Rio, "Estado da Nação", publicada no *Diário de Notícias* de 20 de Abril; Mensagem da Direcção da A25A.

Num breve comentário à situação que se vive em Portugal, Garcia dos Santos apresentou as três grandes causas que, em sua opinião, originam o actual estado da nação: má qualidade da actual classe política; falta de um projecto de futuro para o nosso País; não se "cortarem as cabeças" de quem é responsável e nunca é responsabilizado porque a justiça é lenta e os processos (quando os há!) prescrevem. Noutro registo, acrescentou que estas três causas são o resultado da "pesada herança do passado", fruto da forma como Salazar conduzia os destinos do nosso País, centralizando as grandes decisões em si próprio. E sublinhou: "Hoje, para sairmos desta situação, demoraremos quatro ou cinco gerações, tempo mínimo de aprendizagem da forma como se governa e conduz positivamente os destinos de um País."

Segundo Garcia dos Santos, também Salazar, na década de 50 do século passado, poderia ter evitado a eclosão da Guerra Colonial, se, conhecendo certamente o que se passava com outros países colonizadores, tivesse aberto um diálogo com as nossas ex-colónias com a intenção de se lançar, pacificamente, a separação entre Portugal e essas mesmas ex-colónias. "Muitos sacrifícios se teriam evitado, de ambas as partes", disse.

A seguir, Garcia dos Santos introduziu no seu colóquio a segunda questão – o 25 de Abril – a partir de um texto seu que fora publicado na revista da Associação Cultural 25 de Abril, de Toronto, comemorativa do 40.º aniversário do dia incial e irrepetível. Nesse contexto descreveu a génese do 25 de Abril, o surgimento do "Movimento dos Capitães", o "Movimento das Forças Armadas" e o consequente "25 de Abril".

# Aniceto Afonso no Congresso A Revolução de Abril

**Mesa da Sessão de Abertura do Congresso A Revolução de Abril, que decorreu, em Lisboa, no TeatroNacional D. Maria II**

O INSTITUTO DE HISTÓRIA Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II, a Fundação Mário Soares, a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação 25 de Abril e a Fundação José Saramago, organizou um congresso, de 21 a 24 de Abril, dedicado à Revolução de Abril (1974-1975), reunindo intervenções de participantes e investigadores do processo revolucionário de 1974-75.

A sessão de abertura ocorreu no dia 21 de Abril, na Sala Garrett do Teatro Nacional D. Maria II, subordinada ao tema "Revolução. Significado e Balanço", teve a moderação de Joaquim Romero de Magalhães e a participação de Aniceto Afonso, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Rosas, José Pacheco Pereira e Mário Soares.

Na ocasião, Aniceto Afonso proferiu o discurso que, a seguir, reproduzimos:

### A REVOLUÇÃO DE ABRIL: SIGNIFICADO E BALANÇO

"Desejo agradecer aos organizadores deste Congresso, principalmente pela oportunidade que nos dão de aqui discutirmos o 25 de Abril e a sua herança. Quero manifestar-lhes o quanto me sinto feliz por poder participar.

Quero cumprimentar os participantes da mesa desta sessão, desde o seu moderador a todos os outros, e dizer-lhes que é para mim uma honra e um privilégio partilhar a mesa convosco.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na minha intervenção vou abordar os seguintes pontos: O Movimento dos Capitães; O Movimento e o seu Programa; O 25 de Abril e a História; O tempo presente.

### O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

O Movimento dos Capitães constituiu-se a partir de meados de 1973, e conduziu a uma intervenção política dos militares, através de um golpe de Estado que viria a ocorrer a 25 de Abril de 1974, a que se seguiu um processo revolucionário.

Ora, mesmo em sociedades frágeis, com pouca experiência democrática, uma intervenção política dos militares necessita de condições envolventes para ter êxito.

Em primeiro lugar, é necessário uma disposição interna suficientemente densa que garanta uma capacidade militar razoável. E como uma intervenção dos militares na política equaciona sempre o uso da violência, os militares que conspiram devem ter a convicção dessa disposição do corpo m ilitar, ou pelo menos de uma sua parte significativa. Eles sabem que, como detentores legítimos dos meios de violência, são o único corpo com capacidade para gerar uma acção de força para atingir fins políticos.

Ou seja, aqueles que preparam uma intervenção militar na política devem acreditar que têm boas hipóteses de vencer.

Mas em segundo lugar, e em absoluta complementaridade, é necessário que ocorram condições sociais de suporte suficiente a essa acção.

Depois, é também importante que exista uma causa compreensível, um motivo justificável que possa ser apresentado, antes e depois, como razão para essa atitude dos militares.

Ora, o quadro da época em Portugal, entre meados de 1973 e o 25 de Abril de 1974, não podia ser mais favorável ao surgimento de um movimento militar com o objectivo de derrubar o regime do Estado Novo.

Em primeiro lugar, havia uma dissidência, mais ou menos subterrânea, entre a instituição militar e o regime, do qual as Forças Armadas tinham sido um duradouro suporte. Essa dissidência surda vinha da questão da Índia, e ameaçava repetir-se na Guiné.

Em segundo lugar, as Forças Armadas atingiam o limite da sua capacidade de resistência a um conflito armado muito desgastante e muito prolongado, sem que, do ponto de vista político, se vislumbrasse uma solução aceitável para lhe pôr fim.

Em terceiro lugar, era visível, para os mais atentos, uma degradação do apoio social ao regime e havia, na sociedade, uma saturação evidente em relação à guerra. Neste campo, também é necessário considerar que a oposição política e social ao regime conhecia um período de maior actividade e de mais profundo empenhamento.

Poderia ocorrer que, nas condições referidas, os militares se decidissem a actuar, em moldes tradicionais.

Só que a hierarquia das Forças Armadas estava tão comprometida na solução militar da questão colonial como o pró-

prio regime. O resultado foi que as Forças Armadas, através dos seus altos representantes, nunca se mostraram capazes de dar o passo em frente reclamado pelas condições envolventes. O facto de alguns generais terem entrado em rotura com o regime, não põe em causa o comprometimento do corpo militar com a situação. Este facto ficou patente com a cerimónia da chamada 'brigada do reumático', em 14 de Março de 1974, à qual só três generais recusaram comparecer!

São estas as circunstâncias em que nasce o Movimento dos Capitães, dadas as condições especiais da importância dos quadros médios no seio do Exército, face à natureza da Guerra Colonial em que estavam envolvidos e à mais ampla matriz social das suas proveniências.

Por um lado, os capitães vão adquirindo a capacidade de representar as Forças Armadas e, por outro, constroem uma modalidade intervencionista nova.

Mas, para que o Movimento pudesse adquirir a capacidade suficiente para se confrontar com o regime (em especial, no que dizia respeito à sua política colonial), foi necessário construir e tornar credível essa capacidade. O Movimento aproveitou pretextos, enunciou exigências, foi construindo uma solução programática para a questão colonial e finalmente muniu-se de um programa democrático, antes de avançar para o golpe militar e o derrube do regime.

Mas as motivações que suportaram o percurso e a expansão do Movimento passaram de uma motivação corporativa inicial para a valorização da motivação de fundo que acompanhou o Movimento desde o início até ao fim, ligada à necessidade de encontrar uma solução para a Guerra Colonial, e convergindo por fim para a motivação política, verdadeira questão que se fortaleceu ao longo do percurso do Movimento – o derrube da ditadura.

Das três hipóteses que o Movimento discutiu, golpe de Estado, pronunciamento militar e exigência progressiva e insustentável de medidas do Governo, a primeira foi a única que bem cedo constituiu objectivo último da grande maioria dos participantes.

Por outro lado, na doutrina do Estado Novo existia um conceito que punha em causa a acção das Forças Armadas – era o da manutenção, a todo o custo, do princípio da pluricontinentalidade da Nação em face e apesar do movimento descolonizador mundial.

Esta contradição veio a exprimir-se na progressiva consciencialização dos militares acerca do regime, sendo que essa capacidade de questionar surgiu sobretudo nos quadros médios do Exército, em face das condições concretas da guerra.

Na marcha que empreenderam, em direcção à acção militar contra o regime, os capitães foram definindo como bases de actuação dois princípios essenciais: a preparação de um plano de operações minucioso e adequado à operação militar necessária; e a aprovação de um programa político de democratização, que desse um sentido último à intervenção militar.

Com a finalidade de reforçar o empenhamento dos participantes no Movimento, todos assinam, desde o Verão de 1973, de forma colectiva, uma série de documentos de contestação. Comprometem-se, desta forma, mais de 700 oficiais, provenientes dos vários teatros de operações, representando 17% do total de mais de 4000 efectivos do Exército.

E se este número é significativo e responde a uma das exigências da intervenção política dos militares, ela fica mais evidente se assinalarmos que participaram no Movimento 602 oficiais das Armas combatentes (Infantaria, Artilharia e Cavalaria), 29% do total de 2079 oficiais destas armas. E ainda mais se realçarmos a participação de 485 majores e capitães destas Armas, 38% do total dos 1279 existentes.

Aniceto Afonso quando apresentou a sua comunicação

## O MOVIMENTO E O SEU PROGRAMA

A consciência de que era premente uma intervenção política consolidou-se verdadeiramente na aprovação do documento de Cascais em 5 de Março de 1974, que, apesar de tudo, deixava de fora alguns militares irrevogavelmente sensíveis à questão colonial. Todos apoiavam a necessidade de o poder político deter 'o máximo de legitimidade' e as instituições serem 'efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo'.

Porém, nem todos aceitaram a solução da Guerra Colonial proposta pelo documento de Cascais, solução que deveria ter em conta 'a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios'.

De qualquer forma, o salto qualitativo que o Movimento deu em Cascais preparou o terreno para a consolidação do seu principal documento e do apoio generalizado que mereceu antes e sobretudo depois do 25 de Abril: o Programa do MFA.

Em suma, não pode considerar-se que a atitude dos quadros médios do Exército estivesse configurada à partida. De facto, embora de uma forma geral o sentimento de impotência perante o prolongamento in-

definido da guerra gerasse predisposições para o seu questionamento, a verdade é que foi mais fácil conseguir a aceitação de um golpe militar para derrubar o Governo, do que sugerir uma solução negociada para a guerra.
É por isso que na primeira fase da revolução portuguesa os conflitos em torno da questão colonial se tornaram relevantes, em paralelo com as medidas de democratização do regime, adiando consensos e decisões necessárias desde a primeira hora.
Para caracterizar sucintamente o movimento militar que levou a cabo o 25 de Abril, podemos então salientar os seguintes factores:
É um movimento militar amplo, com base no Exército e nos quadros médios, incluindo, na parte final, alguns oficiais da Marinha e da Força Aérea;
Responde a um anseio generalizado, não prevendo por isso oposição popular;
Assume uma componente de natureza política através de um programa democrático;
Tem, apesar de tudo, consciência da existência de fracturas internas.
O êxito da operação militar do 25 de Abril deveu-se a certas condições, que podem ser assim resumidas:
Alicerçou-se num sólido plano de operações;
Isolou o teatro de operações (constituído por todo o território português) e executou uma convergência de forças para a cidade de Lisboa, sede do poder político;
Usou a rapidez de acção e a surpresa;
Os principais executantes tinham experiência de guerra;
O plano de operações continha uma missão muito clara, como convém a qualquer acção militar: 'A missão a atingir com a realização da operação é provocar o derrube do Governo vigente (...), tendo em vista pôr imediatamente em execução o programa constante da proclamação a dirigir à Nação logo após o golpe, visando a implantação, a curto prazo, de uma democracia política como forma de governo no País'.
Em suma, a apresentação, depois da vitória, de um Programa democrático pré-elaborado transformou a natureza do golpe de Estado e, com a participação do povo de Lisboa, que rapidamente se propagou a todo o País, teve início um processo revolucionário.
Em conclusão:
A intervenção dos militares portugueses na política, em 25 de Abril de 1974, deu-se em circunstâncias muito especiais da sociedade portuguesa da época;
A Guerra Colonial foi o motivo determinante da atitude dos oficiais do Exército que constituíram o Movimento dos Capitães;
Foi em especial na guerra que os oficiais mais jovens tomaram consciência da necessidade de derrubar a ditadura e de reconhecer o direito dos povos das colónias à independência;
A guerra permitiu também formar uma geração de jovens militares que conheciam o valor da vida e os perigos da violência;
Também foi a guerra que fortaleceu os laços de camaradagem entre militares, o que evitou confrontos violentos mesmo quando se dividiram em facções durante o processo revolucionário;
Foi ainda a guerra que moldou o processo de transferência do poder e o nascimento de novos países de expressão portuguesa;
O Movimento apresentou ao povo português um programa político de democratização, assente nos princípios da liberdade, da democracia e da justiça social;
Os militares revolucionários entenderam que era fundamental marcar dois prazos no seu Programa: o da nomeação de um Governo Provisório Civil (3 semanas) e da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte (12 meses), que escrupulosamente cumpriram, como compromisso comum e decisivo, e fundamento do sentido democrático da sua intervenção.
O Programa do MFA preconizava um conjunto de medidas sobre a questão colonial em harmonia com as orientações da comunidade internacional, constituindo-se como o primeiro programa de transferência de poder para os movimentos de libertação, embora nem todos tivessem compreendido a natureza deste princípio implícito no seu articulado e na sua matriz. Também neste campo, os militares souberam, contra muitos interesses, manter o rumo traçado, pondo fim à anacrónica situação de domínio colonial e de atraso no cumprimento das orientações traçadas pelas Nações Unidas e já levadas à prática pelos outros países europeus.
O Programa do MFA continha também um conjunto de orientações de natureza económica e social no sentido da defesa das classes mais desfavorecidas e de maior justiça social.

## O 25 DE ABRIL E A HISTÓRIA

Vamos agora observar, sob o ponto de vista da História, o 25 de Abril. Temos perante nós um acontecimento histórico realizado há 40 anos por um grupo alargado de militares. Na História das sociedades, há factos destes – definidos, concretos, densos. Mas não há factos históricos isoláveis. Eles estão sempre numa sequência de outros factos, precedentes e consequentes, que tanto podem ser igualmente localizáveis, como serem imperceptíveis ao observador desatento.
Todos nós, membros de uma sociedade, carregamos marcas profundas, sinais extensos, heranças longínquas. O que é verdadeiramente aliciante na compreensão da trajectória histórica do homem (individual ou social) é a tentativa de penetrar nas esferas de influências mútuas, discernindo o breve tempo de um facto com o peso da sua específica intensidade e a dimensão de outros tempos, de duração variada e interferência complexa.
O 25 de Abril de 1974, que estamos a comemorar, é, em si, um facto breve de volumosa espessura. Não tem, em larguíssimo tempo histórico, antes ou depois, outro facto que possa sobrepor-se-lhe em termos de influência sobre o destino do homem português.
O estudo histórico tem a fantástica capacidade de permitir viajar no tempo. É certo que o historiador, como homem, cidadão e participante do seu próprio tempo, não pode, material e espiritualmente, deixar de carregar as marcas da época em que vive, mas pode, por sua opção, colocar-se em pontos variados da fita do tempo, permitindo-se perscrutar o passado ou olhar o futuro, cujo desenlace afinal já conhece.
Esta é, quase sempre, a tarefa do historiador: escolher um ponto no tempo e, a partir daí, encontrar as linhas convergentes que conduziram a esse ponto e explicar como ele se projectou e que consequências ou marcas deixou na sociedade em que ocorreu. Contudo, quando o ponto escolhido for um facto histórico marcante, mais longos devem ser os recuos e os avanços no tempo objecto de estudo, porque são os factos marcantes que mais prolongadamente interferem no processo histórico das sociedades.
Quero com isto dizer que observar o 25 de Abril de 1974, sob o ponto de vista da História, requer necessariamente um recuo profundo e um avanço prolongado no tempo da sociedade portuguesa.
Requer a análise do regime que o tornou inevitável, da sociedade que o fundamentou, do grupo que o concebeu e dos homens que o executaram. Mas requer igualmente a análise do regime que gerou, da sociedade que lhe sucedeu, dos grupos e dos homens que souberam (ou não souberam) potenciar as oportunidades dele saídas. Mas como os momentos altos da História se repercutem extensamente, deve ser sempre com cautelosa ponderação que os historiadores se aventuram nas

FOTOS: ÁLVARO E JOSÉ TAVARES

análises dos tempos recentes.
Resta-nos agora, colocados que estamos num ponto fulcral da História portuguesa recente, em 25 de Abril de 1974, espreitar o futuro que com ele e a partir dele fomos construindo, em liberdade. A liberdade, retomada pelo povo português a partir de 25 de Abril de 1974, é o fundamento do regime actual. Mas a liberdade, por si, não soluciona os problemas de uma sociedade. São os cidadãos, munidos da liberdade como instrumento, que transformam o sistema a que pertencem, que interferem nos caminhos do seu próprio destino, que se aproximam das soluções mais desejadas, que rejeitam as opções viciosas. Não há liberdade sem cidadãos, como não há cidadãos sem liberdade. Os capitães de Abril, compreendendo-o desde o início, souberam, num gesto historicamente assinalável, deixar nas mãos dos cidadãos, o que aos cidadãos pertence.

## O NOSSO PRESENTE

Não podemos lamentar o regime da Liberdade. Devemos, sobretudo, intervir, a partir da nossa liberdade. Lutar pelos valores em que acreditamos; denunciar os abusos, os esquecimentos, os desvios; participar na mudança, na alternativa, na diferença. Ser livre exige responsabilidade, empenhamento, esforço quotidiano e coragem. Mas é isso a essência de um regime baseado na liberdade, de um regime democrático. Em democracia, quando os cidadãos tendem a isolar-se ou a renunciar à relação com outros, é porque a democracia está em perigo. O exercício das liberdades individuais potencia a Liberdade e move a sociedade.
A democracia portuguesa, filha do 25 de Abril, é demasiado jovem (sobretudo, do ponto de vista da História de Portugal) para que possamos, sob qualquer pretexto, considerá-la exausta. É preciso reconhecer que uma democracia com 40 anos de existência é já, para as gerações actuais, um privilégio na História portuguesa. Nunca Portugal, na sua História de séculos, viveu um período tão longo de governos do povo.
Cabe-nos, a todos, fazer deste tempo um verdadeiro ponto de viragem e inflexão da nossa longa história comum.
A verdade, porém, é que há hoje muita desilusão na nossa sociedade! Muitas pessoas desconsoladas, muita gente que sofre. Por isso, a situação exige-nos reflexão, empenho e luta.
Nenhuma solução para enfrentar a crise deve questionar ou, mencionar sequer, a natureza do regime democrático em que vivemos. Foi uma conquista árdua, de milhares de portugueses, democratas, presos, torturados, deportados, exilados, emigrantes, todos sofreram para que Portugal fosse um país de liberdade. Esses valores são intocáveis. Não é pois necessário outro 25 de Abril, como se ouve!
Mas – e já que as conjunturas, mesmo as mais recentes, não devem escapar à nossa análise – talvez possamos concluir, isso sim, com a ideia de que precisamos de mais cidadãos empenhados, com saber e com coragem! Precisamos de pessoas comprometidas com a responsabilidade de viver em Democracia, precisamos (e escrevo-o em maiúsculas) de Filósofos, de Estadistas, de Empresários, de Sindicalistas, de mais Cientistas, de Pedagogos. Eles poderão ajudar-nos a compreender os nossos problemas e o nosso lugar no mundo. Com eles confirmaremos que a nossa sociedade, e em especial os nossos representantes, precisam de mais espírito de bem-servir, de mais bom senso e de muito mais integridade.
Nós não podemos permitir que nos conduzam para becos sem saída. Nem que aniquilem as nossas utopias.
Connosco estão os valores do 25 de Abril. Eles devem ser, para todos, uma marca e um orgulho!

Muito obrigado."

# Carlos Matos Gomes no Congresso A Revolução de Abril

O CONGRESSO dedicado à Revolução de Abril (1974-1975), realizado, de 21 a 24 de Abril, no Teatro D. Maria II, incluiu várias sessões paralelas, entre as quais, referimos a subordinada ao tema "Militares na Rua e no Poder", com a participação de Carlos Matos Gomes, Martins Guerreiro e Vasco Lourenço, moderada por Maria Carrilho.

Na ocasião, Carlos Matos Gomes proferiu a seguinte comunicação*:

**O poder tem de vir de novo para a rua**

No 25 de Abril, os militares, em vez de, como é clássico nos golpes de Estado, reporem a ordem logo após o momento da aclamação, envolveram-se na desordem criativa que se seguiu. Permaneceram na rua, simultaneamente como a única força legítima de poder e como garante de uma coesão mínima que permitisse viver o dia-a-dia e preparar o futuro.

Contudo os militares não agiram como um grupo dotado de coerência interna, como uma unidade com um plano de acção preestabelecido. Os militares agregaram-se em grupos com objectivos distintos e foram evoluindo e tomando posições diversas ao longo do processo revolucionário.

Os tempos que se seguiram ao 25 de Abril foram um processo de *making in progress*, de ir fazendo, para o qual a maioria dos militares foram, pelo menos inicialmente, convocados contra a vontade. Mas nem todos os militares pensavam voltar às suas vidas quotidianas e alguns estavam desejosos de representar um papel político. Também é certo que a realidade se encarregou de desfazer a ingenuidade do regresso às salas de oficiais e às paradas dos quartéis e de que, por parte dos revoltosos, o trabalho estava feito.

A 26 de Abril existia no topo do poder formal uma Junta de Salvação Nacional, na qual alguns dos seus elementos nem se conheciam e não tinham nem estratégia nem pensamento político comum. Dispunham apenas de uma legitimidade delegada pelos revoltosos.

O guião era o Programa do MFA, que esteve sujeito a leituras segundo as conveniências e convicções. Ele resultara, por vicissitudes conhecidas, dos compromissos entre o MFA e Spínola, que tinham visões distintas quanto ao exercício do poder interno e à solução do problema colonial.

Mas, mais do que as tensões derivadas de uma aliança conjuntural de duas visões distintas, o Programa do MFA pressupunha representar a peça de como governar um país num vazio sobre o qual pairava uma estrela. Um vazio que remetia o início da definição do sistema

político para daí a um ano, com a eleição de uma Assembleia Constituinte, a tal estrela iluminadora e redentora, que elaboraria uma Constituição que daria origem a um novo regime. Entretanto vigorariam governos provisórios com base num consenso democrático e legitimado pela Junta de Salvação cuja legitimidade provinha de um MFA que não se assumia formalmente como fonte de poder, nem como actor político directo.
Era como manter um serviço de urgência a funcionar em autogestão, enquanto doentes, médicos e enfermeiros esperam pela construção do novo e moderno hospital.

## NOVO PODER

O novo poder nasce assim com uma clivagem profunda no seu núcleo central que se vai repercutir na sociedade portuguesa e acentuar-se à medida que a realidade exige tomada de decisões.
Os militares vão para a rua e vão para o poder por quatro ordens de razões: as instituições entraram em falência por falta de legitimidade; era necessário manter o aparelho do Estado a funcionar; havia que enfrentar o grande problema do fim da guerra e da descolonização; porque as tensões entre os dois grupos militares que se aliaram para o 25 de abril, os da Comissão Coordenadora/MFA e os spinolistas levaram a uns não quererem deixar o poder nas mãos dos outros.
O PREC é um tempo entre marés: o velho poder já não existia e o novo poder ainda não se estabelecera. É esta situação que arrasta os militares para a rua e o poder.
Quanto ao PREC, espanta-me o espanto de alguns pensadores pelo facto de a transição de uma ditadura para uma democracia formal, de um regime colonial para um regime que vai negociar uma descolonização, não se ter processado com a serenidade e solenidade de um render da guarda à porta do Palácio de Buckingham. Uns passinhos para o lado, uns passinhos para a frente, uns passinhos para trás, esquerda e direita voltar e saem uns e entram outros à hora certa.
Esperava-se que as tropas em África, 150 mil homens, os guerrilheiros, os independentistas, as populações das colónias e as potências mundiais aguardassem em tréguas prolongadas, vivendo segundo a antiga lei, que as populações aqui em Portugal e em África fossem consultadas e que a seguir todos e cada um acatasse de boamente as decisões, como se não tivesse existido colonialismo, nem guerra, como se não existissem interesses antagónicos, nem ambições, nem preços a pagar por ódios, por crimes.
As acusações ao PREC e à descolonização assentam no pressuposto extraordinário de que a História de Portugal e do Mundo poderia ser congelada por dois, três anos, o tempo necessário para aqui se fazerem as coisas como devia ser.
O tempo do PREC é, por força das circunstâncias, o das respostas espontâneas, da democracia directa, só possíveis pela inexistência de partidos implantados.
Durante o PREC, os militares que tinham saído à rua para derrubar o antigo regime dividem-se e vão-se integrando em duas grandes correntes, que acompanham as divisões da sociedade em geral: uma maioria em crescimento, constituída por defensores de um modelo conhecido e experimentado – que incluiu a direita liberal, a social-democracia que vai até ao PS e ainda, em minha opinião, o Partido Comunista – uma minoria, cada vez menor e mais acantonada, constituída pelos que pretendem encontrar outras formas de organização política e social, sem terem um padrão pré-formatado e pronto a usar e que são o elemento perturbador e aliciador, que mantém o poder na rua.
Seria interessante (mas está fora do âmbito deste painel) analisar a posição do PCP neste tempo do PREC, que eu considero estar dentro dos padrões da previsibilidade e que se torna o bombo da festa porque, para o poder popular, ele representa uma carapaça já consolidada, uma organização reformista, de soluções fechadas e prontas a usar; para a direita, ele tem de ser apresentado aos seus aliados europeus e americanos, não como um contraponto de poder, habitual nas democracias parlamentares, mas como um agente de Moscovo, que iria colocar em causa a ordem mundial, o equilíbrio de forças.
Há hoje abundante literatura de investigação sobre as relações do PCP com a URSS quer directamente quer, mais frequentemente, através da RDA, para sabermos que a colocação de Portugal na esfera soviética nunca esteve em causa e existe também abundante literatura sobre as relações do PS com a Internacional Socialista e com os EUA para saber que o perigo comunista aumentava sempre na medida em que aumentavam as necessidades de dinheiro para reforçar o poder do PS.
Entretanto os militares vão-se depurando numa sequência natural, resultante das lutas na rua e nos corredores dos gabinetes, até à ordem final restabelecida em 25 de Novembro de 75.
Em Setembro de 1974, os spinolistas são afastados, porque se tinham tornado inconvenientes para a descolonização rápida que a situação interna e externa exigia (as tropas que em África não aceitavam continuar a combater e os grandes actores internacionais queriam entrar em cena sem entraves nas antigas colónias), porque agiam cedo demais, pois a sociedade portuguesa ainda estava a gozar as delícias da liberdade e da transgressão; porque os partidos políticos ainda não estavam operacionais para assumirem a padronização imposta por uma solução mais ou menos pretoriana, como viria a acontecer a 25 de Novembro de 75.
Dá-se a seguir o 11 de Março de 1975, que fornece o pretexto para o PCP e a esquerda, que eu chamaria alternativa apenas por facilidade semântica, aprofundarem a estatização da economia, através das nacionalizações, em especial a da banca, enquanto as forças da 'boa ordem', uma designação também só para facilidade de baptismo e que incluem o PS de Mário Soares (havia outros) e toda a direita, que, embora apresentando-se como antigolpistas e defensores das nacionalizações, aceleraram a sua organização e intensificam os contactos com os seus aliados estrangeiros para as sabotar.
O 11 de Março não altera a divisão dos militares em três grandes linhas: os adeptos de um modelo formatado – que vai até ao Partido Socialista de Mário Soares; os próximos do Partido Comunista, com a vulgar designação de gonçalvistas, que tenta obter posições no mundo

**Aniceto Afonso, Fernando Rosas, Mário Soares, Joaquim Romero de Magalhães, moderador, Diogo Freitas do Amaral e José Pacheco Pereira participaram no painel de abertura do congresso Revolução de Abril, subordinado ao tema "Revolução, Significado e Balanço"**

do trabalho e no poder local e é adepto da estatização de sectores importantes da economia, a quem caberá o difícil papel de não pôr em causa em Portugal a implantação de um sistema político que conflituasse com o equilíbrio de forças internacional e de não perder o apoio popular que nas ruas procurava soluções irreverentes; um outro adepto de formas de exercício de poder assente em organizações populares, em estruturas horizontais, designado como o do COPCON e que são de facto, como já afirmei o elemento, perturbador da desejada normalização.

Os militares distribuem-se por estes grupos em parte na rua e em parte no poder e vão tentando fazer alianças de geometria variável de dois contra um.

## DOCUMENTO DOS NOVE

O Documento dos N ove é, para mim, o ponto decisivo do processo revolucionário. Falhadas as tentativas de uma aliança entre os Nove e os militares do COPCON, os Nove vão congregar todos os que pretendiam a normalidade de uma democracia fiável e sem surpresas, uma coisa como toda a gente tem. Partidos no poder, a integração nas alianças tradicionais, o jogo político conhecido. Vão liderar as 'forças da ordem'. A partir daí, do Documento dos Nove era só uma questão de oportunidade para Portugal vestir o fato trazido do pronto-a-vestir político.

Os militares do COPCON recusam apoiar os Nove e ficam isolados (um erro de análise que o Nuno Pinto Soares tentou evitar), os militares gonçalvistas, tidos como afectos ao PCP, serão afastados do Poder (CR) no Verão de 1975, na assembleia de Tancos, e os moderados, simbolizados pelos Nove, estarão de, Agosto de 1975 a Novembro, sozinhos no topo do Poder para o levarem à normalização a aguardarem o momento certo de o fazer.

Este chegará a 25 de Novembro, depois da independência de Angola ter deixado a descolonização nas mãos dos grandes poderes internacionais. O resultado do 25 de Novembro é o estabelecimento de uma democracia formal e padronizada, nos moldes europeus, o mais anódina possível, a manutenção do PCP dentro do sistema e a eliminação da esquerda alternativa.

O 25 de Novembro vencedor é o da democracia de serviços mínimos, expurgada de qualquer resquício revolucionário e das tentações putchistas da facção ELP MDLP, e outros grupos que pretendiam uma sangrenta contra-revolução.

Estabelecida a ordem, os militares que a impuseram são por sua vez postos mais ou menos de quarentena no Conselho da Revolução e os dirigentes políticos civis podem afirmar que Portugal passara a ser o bom aluno europeu. Era isso que o Ocidente queria de Portugal: uma democracia como *il fault*, bem embrulhada, sem surpresas, que não assustasse os espanhóis e permitisse a transição pacífica da Espanha para este grupo de democracias europeias.

Despachada a descolonização (que não rendia votos), então agora sim, foi a altura do Poder sair definitiva e radicalmente da rua e ir para as mãos dos que se tinham estado a preparar para ele: os partidos políticos. O lema do 25 de Novembro foi: os militares para os quartéis, mas devia ser acrescentado da parte subentendida: e o poder para os partidos. Uma solução clássica. Que talvez orgulhe alguns, mas de que todos se queixam.

O 25 de Novembro é a imposição do monopólio dos partidos em que vivemos até hoje, numa democracia como em toda a Europa e em especial como convinha que fosse em Espanha.

## PODER DOS PARTIDOS

A Constituição aprovada após o 25 de Novembro não contempla uma só das especificidades do tempo do PREC. Comissões de trabalhadores, de moradores, serviço cívico, dos serviços à periferia, campanhas culturais, descentralização, reforma agrária, do domínio do poder político sobre o financeiro... Conjuguemos a Constituição com a lei eleitoral e veremos como os políticos profissionais – os aparelhos partidários – monopolizaram neles o poder. Só os partidos se podiam apresentar às eleições! Só os partidos podiam nomear homens de mão para os cargos nas estruturas do Estado. Não há um

resquício de poder deixado às comunidades... o poder saiu directamente da rua para os bolsos dos dirigentes partidários, para os seus directórios, para as suas concelhias, distritais, para as suas jotas e botas.

Hoje fala-se em aproximar o poder político dos cidadãos. Penso que é uma intenção pia. Já tivemos essa experiência, podíamos ter ensaiado o seu desenvolvimento, podíamos ter tentado aprender com os erros, procurado melhores soluções, a criação de uma segunda câmara, por exemplo, fomento de cooperativas, de trabalho social, de comissões de residentes, de apoio a colectividades locais, mas não: tudo foi destruído e tudo foi padronizado.

Fala-se agora num banco de terras, mas nós já tivemos um embrião de reforma agrária – completamente destruída.

Fala-se no controlo da finança pela política, mas nós já tivemos um sector público bancário, desmantelado e entregue à gente mais do que suspeita que hoje dirige a banca.

O Partido Socialista e a direita opuseram-se desde o início às nacionalizações e à presença do Estado em sectores estratégicos: é logo a partir do I Governo Constitucional que começa a ser reprivatizada a banca, através da colocação de homens de mão dos antigos banqueiros nas administrações dos bancos ainda nacionalizados, através das sociedades de investimentos... é durante estes primeiros governos liderados por Mário Soares que é dada por finda a reforma agrária – sem qualquer contemplação ou abertura a soluções alternativas à entrega das terras aos antigos proprietários – é durante estes governos que os cidadãos são afastados das decisões mesmo ao nível mais baixo da decisão local.

A saída do poder da rua aqui em Portugal para a formatação europeia tem também a ver com a actual situação na Europa. Este sistema político construído por peças de *Lego*, à margem dos cidadãos, o pronto-a-vestir que a Alemanha de Schmidt, a França de Mitterrand, a Inglaterra de Callaghan nos impuseram, ou que o bloco central comprou, se foi viável na altura, não tem hoje condições para sobreviver pois falta-lhe a capacidade para sustentar um caro bem-estar – e não transmite esperança, antes pelo contrário, fornece desespero.

A saída dos militares da rua e do poder que ocorreu após o 25 de Novembro foi a condição para Portugal ter um regime democrático, pronto a ser servido. A questão é que, com a saída dos militares da rua e do poder, o povo em geral também saiu da rua, do poder e da política. Se quisermos, o 25 de Novembro atirou fora a água do banho revolucionário e também o bebé.

O que resultou foi este regime de partidos capturados por grupos de interesses, corrupto, corrompido e corruptor, onde é limitada a participação dos cidadãos, mas não é um regime exclusivo de Portugal. A Europa, que não passou pela experiência portuguesa, tem o mesmo problema com a democracia formal.

Na minha modesta e derrotada opinião, o poder tem de vir de novo para a rua... tem de sair dos directórios partidários, dos conselhos de administração de bancos e multinacionais, tem de deixar de estar entregue à gula dos mercados.

Não é uma questão de radicalidade, mas de senso comum..."

***Títulos e subtítulos da responsabilidade da Redacção.**

FOTOS. ÁLVARO E JOSÉ TAVARES

Ao celebrar 40 anos do 25 de Abril, aqueles que viveram a Revolução sentem-se protagonistas da História e, na sua circunstância individual e colectiva, fazem a síntese do que ficou feito, do que importa fazer cumprir. Um exercício da cidadania resultante da busca de uma identidade realizadora e fecunda. Ora, o que está para trás nestes 40 anos já a História o fixou. Por isso, neste momento celebrativo perguntamo-nos sobre a influência de Abril nos próximos 40 anos na comunidade lusa: em 2054 os portugueses ainda contarão com os valores do 25 de abril? Que expressões terão na sociedade portuguesa?
Para nos ajudar a equacionar esse futuro de 40 anos, pedimos a membros do Conselho Editorial de *O Referencial* que nos fizessem um exercício de antecipação das realidades vindouras em 2054, o mesmo sucedendo com D. Januário Torgal Ferreira, bispo emérito das Forças Armadas e de Segurança, que tal como António Brotas, Carlos Matos Gomes, João Ferreira do Amaral, Maria José Casa-Nova, Mota Amaral e Viriato Soromenho-Marques nos honraram com as reflexões que a seguir se registam.
No mesmo alinhamento, publicamos, também, as respostas a um inquérito proposto a alunos da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa e da Universidade do Minho. Responderam quatro jovens, Tiago Varzim, Mylène Silva, Maria João Faria, e Fábio Gonçalves, entre os 18 e 22 anos. São testemunhos de filhos e herdeiros da Democracia que espelham esperança na concretização dos valores de Abril.

# O salazarismo e o passos-coelhismo

ANTÓNIO BROTAS

O SALAZARISMO e o seu sucedâneo, o marcelismo, foram eliminados em Portugal pela iniciativa dos capitães de Abril e pela explosão do Povo português que se seguiu. Foi um exemplo muito importante porque o grande progresso político da Humanidade nestes 40 anos foi o desaparecimento, em quase todo o Mundo, de regimens do modelo mais ou menos salazarista.

Hoje, a comunidade internacional já não os aceita. Mas, há 40 anos, havia muitas dezenas de regimens do mesmo tipo, que eram, na realidade, aceites por entidades poderosas e tidos, por muitas, como inevitáveis e mesmo desejáveis.

O 25 de Abril mostrou, pelo exemplo, que era possível acabar com eles e que, em muitos casos, seriam os próprios países a fazê-lo. E, por isso, foi e continuará a ser um movimento pioneiro.

Mas nem tudo vai bem no planeta.

As gerações mais novas já têm dificuldade em compreender o que foi o salazarismo. E, num certo sentido, ainda bem. O fascismo, o racismo, o colonialismo, foram vencidos em todo o Mundo. O que resta são vestígios.

Mas ficaram outras coisas.

Ficaram e cresceram, a corrupção, os abusos, as desigualdades, a redução dos cidadãos a seres consumidores, as privatizações e entrega a entidades longínquas da riqueza das nações e dos meios de produção nacionais, a subordinação crescente dos trabalhadores e aos interesses do grande capital, a subordinação dos governos a tróicas variadas.

E tudo isto foi possível com um respeito formal pelas regras da Democracia, ou seja, sem um regresso a salazarismos, ou regimens semelhantes. Nós vivemos num regime democrático, com eleições sem fraudes generalizadas, sem presos políticos, mas com um terrorismo financeiro que parece só não atingir o grande capital; sem censura nos jornais, mas com os grandes meios de comunicação cada vez mais nas mãos de grandes interesses; com uma educação generalizada, mas que se confunde com uma formatação para os cidadãos aceitarem as regras que lhes são impostas. Com os cuidados de saúde e o fornecimento de bens essenciais, como a água, a electricidade e o tratamento dos lixos, olhados como oportunidades de grandes negócios.

Mas há quem se instale bem neste sistema, pense que vai durar para sempre, e entenda que os cidadãos não têm o direito a queixar-se, uma vez que lhes é dada a oportunidade de votar em eleiões, nas datas devidas. (Entre partidos e no interior dos partidos).

A situação não existe só em Portugal. Está gene-

ralizada em todo o Mundo. Olhemos as tão frequentes desilusões nos países que recentemente se libertaram de ditaduras e a degradação de democracias antigas.
Penso que em Portugal este modelo e estes propósitos podem ser classificados de "passos-coelhismo", embora não estejam limitados ao Governo de Passos Coelho. Há pessoas e instituições que o atacam e que são verdadeiramente "passos-coelhistas".
Mas, uma coisa parece certa, o País e, sobretudo, as gerações mais novas são as vítimas. Mas pensar que o "passos-coelhismo" vai continuar é o mesmo que pensar que o salazarismo e o marcelismo iam continuar para além das circunstâncias que lhes permitiram viver. É o mesmo que pensar que a Democracia pode ficar para sempre metida entre talas.
Em qualquer caso, não é só com recordações da luta contra o passado salazarismo que podemos motivar as gerações mais novas para a Democracia. Podemos transmitir-lhes algumas informações que convirá não esquecer, não deixar que a memória do passado se apague, mas o facto central é que a luta, melhor será dizer, a construção da Democracia é, essencialmente, um problema de todas as épocas. Não haverá, neste momento, muitos motivos para sentirmos esperança, mas também não pessimismos excessivos. São os problemas de agora que eles e o País têm de enfrentar. É para os problemas do presente que temos de olhar.
E foi muito importante, foi muito bom para nós termos tido o 25 de Abril.

# Esperança e dignidade

CARLOS
DE MATOS GOMES

MARX ESCREVEU que "o homem não é, torna-se". Julgo que o homem é mais do que aquilo em que torna. Ser é mais determinante do que aquilo em que nos tornamos. Temos um longo passado para que o futuro tão próximo nos possa alterar radicalmente, mesmo que sejam outras as circunstâncias. Daqui a 40 anos, o homem será o ser da mesma espécie que é hoje e que é há milhares de anos. Um ser que não é por natureza nem bom nem mau, nem altruísta nem egoísta, nem sublime nem bestial, mas que pode fazer com ele o que os seus predadores não esperam e o que os seus semelhantes necessitam e desejam. Foi o que aconteceu no 25 de Abril de 1974.
Daqui a 40 anos, o homem será como sempre foi: um ser de comportamento imprevisível movido pela esperança. É a esperança que faz do homem o ser único, distinto de todos os outros. É a esperança que fará do homem de daqui a 40 anos o mesmo que o homem de hoje é: um ser para além da sobrevivência, para além dos desejos de se alimentar e de se reproduzir. A esperança obrigará o homem a lutar pelo que luta hoje: pela dignidade.
O homem, daqui a 40 anos, poderá não ter liberdade para se expressar, para agir, poderá estar em guerra, ou a reconstruir-se depois de uma guerra, mas terá a mesma esperança dos de hoje num futuro mais digno. Continuará a lutar contra a injustiça, a tirania, a desigualdade, a ignomínia. Continuará a distinguir o Bem do Mal. Daqui a 40 anos, continuará a existir uma maioria que, mesmo que não se possa expressar, distinguirá os probos e justos dos corruptos e dos iníquos. Uma maioria que, mesmo explorada, olhará com desprezo os exploradores. Haverá rebeldes, mesmo que lhes cortem as línguas e as mãos.
Daqui a 40 anos, o homem terá de lutar por maior igualdade, porque a dignidade dependerá de uma melhor distribuição de recursos que serão ainda mais escassos e a diferença para hoje é que o terá de fazer de forma mais solidária, mais organizada, porque a ideologia dos predadores é sempre a do isolamento das suas presas, da atomização da sociedade, para ter os indivíduos à sua mercê. Mas os valores pelos quais se baterão os homens serão os mesmos: os da justiça e os da igualdade. São os valores eternos, mesmo que daqui a 40 anos exista uma multidão maior do que a de hoje de escravos, de párias sociais, de excluídos.
O homem pode tornar-se precário, produto consumível e descartável, mas será sempre uma espécie em busca da sua dignidade e em luta para a alcançar. O grande desafio será a organização para a acção comum.

# 80 anos pós-Abril ou a antecipação do futuro: que transformações sociais para uma sociedade democrática?

MARIA JOSÉ CASA-NOVA

O DESAFIO COLOCADO aos membros do Conselho Editorial de *O Referencial* pela sua Direcção (como – não – se plasmarão em 2054 os valores de Abril na sociedade portuguesa) não é um exercício que se afigure fácil para qualquer Ciência Social, incluindo a Sociologia, dado significar prever (pré-ver) o futuro, antecipando as consequências dos riscos sociais (mais ou menos explícitos) de uma sociedade actualmente organizada segundo um modelo político, económico e social neoliberal. Um risco não é uma certeza relativa a qualquer consequência, mas antes a certeza de futuros prováveis, cuja construção está inextricavelmente ligada aos actores sociais e à sua capacidade de pensar e influenciar as macroestruturas sociais. "Risco" significa a probabilidade de algo negativo acontecer pela incapacidade de desconstrução e compreensão de contextos, processos e estruturas sociais; mas também por negligência ou agendas intencionalmente não desveladas.

Parafraseando Ulrich Beck (1992) no seu livro com este título, uma "sociedade de risco" é uma sociedade reflexiva, que se pensa a si própria, nomeadamente através da Ciência e dos/as Cientistas Sociais. Isto significa que as Ciências Sociais e a Sociologia em particular, têm a responsabilidade de construir problemas de investigação capazes de traçar cenários prováveis, prevendo o futuro através do estudo do passado e do presente. A apreensão sociológica dos fenómenos sociais e das suas futuras implicações significa portanto antecipar, pela investigação, novas (ou renovadas) formas de desigualdade social (a nível das relações de classe, de género, laborais, escolares, familiares...), contribuindo para a construção de sociedades menos injustas.

Pensar a sociedade portuguesa e os valores de Abril daqui a 40 anos implica esta capacidade de apreensão sociológica dos fenómenos sociais e das suas consequências, desenvolvendo investigação e acção social no sentido da manutenção e aprofundamento dos valores de Abril: igualdade de direitos, quer no plano legal-formal (direitos civis, políticos, sociais e culturais, com discriminação positiva face aos grupos sociais mais vulneráveis), quer ao nível do exercício desses direitos no quotidiano; diminuição das assimetrias socioeconómicas entre os vários estratos sociais; desinstitucionalização da norma hegemónica e respeito recíproco pelas múltiplas diferenças; redistribuição, reconhecimento e participação nas várias esferas da sociedade.

Esta manutenção e este aprofundamento dos valores de Abril implicam a construção de uma sociedade escolarizada e educada; de cidadãs e cidadãos informados e conscientes do seu papel e dos seus direitos; cidadãs e cidadãos construídos como sujeitos históricos e políticos, capazes de "tomar nas mãos" o futuro da sua e das próximas gerações, construindo "mais Abril", o que significa uma sociedade mais esclarecida, capaz de desconstruir a fatalidade inerente à imposição de determinadas agendas sociais por parte dos governos e de agências internacionais; uma sociedade mais participada, com sujeitos-actores autónomos, responsáveis, interventivos e transformadores; uma sociedade mais humanizada, que significa uma sociedade que se pense e se desenvolva tendo o bem-estar do ser humano como centro da sua acção. E, para isso, a educação escolar, os e as cientistas sociais e o conhecimento produzido acerca do social são fundamentais para que se construam cidadanias críticas emancipatórias que não só não permitam Abril morrer, como permitam pensá-lo de outras formas, capazes de impedir a indignidade humana, a morte social de uma parte substancial da sociedade.

Os valores de Abril (sobre)viverão na medida da capacidade (concertada a nível nacional e internacional) dos sujeitos-actores e das diversas instituições sociais, de construção de democracias participativas e de resistência, com consciência, a uma determinada ordem social, seja ela de carácter político, financeiro, económico, religioso, etc., sempre que essa ordem social signifique a desumanização das sociedades.

# Os valores perenes de Abril

JOÃO
BOSCO MOTA AMARAL

O 25 DE ABRIL PROMETEU — E CUMPRIU! — Liberdade e Democracia para o Povo Português.
Os que viveram a experiência do período anterior, de Opressão e Ditadura, acolheram a Revolução como um sonho realizado.
Daí a alegria e o entusiamo transbordantes daqueles dias cheios de surpresas, sempre recordados com saudosa e grata emoção.
Daí também o firme apego aos valores e às conquistas de Abril, saboreados como algo que custou muito a alcançar e que seria trágico perder.
Os mais novos gozam da sorte de terem despertado para a vida com as vantagens de uma sociedade democrática estabilizada e acham-nas tão naturais como o ar que se respira...
Em boa verdade assim mesmo é que deveria ser!
Cada pessoa humana, única e irrepetível, pela sua própria dignidade, tem direito a ser livre e livremente realizar-se e ser feliz.
O exercício da liberdade do conjunto dos cidadãos apela à organização democrática da sociedade.
Estes princípios têm perene validade!
Foram reivindicados por todos os que, de variadas maneiras, resistiram e se opuseram ao regime ditatorial do Estado Novo; foram proclamados pelos Capitães de Abril no próprio dia da jornada libertadora; estão no cerne da nossa democracia, que quereríamos sempre jovem e pujante, estruturada pela Constituição de 1976, aperfeiçoada em sucessivas revisões; os democratas e patriotas reafirmam-nos hoje, com veemência, 40 anos passados sobre a Revolução e esperam, confiantemente, na vigência deles pelos tempos fora.
Convém estar alerta para os perigos que ameaçam, nos nossos dias, a credibilidade e o vigor das instituições democráticas.
A falta de resposta eficaz aos problemas sentidos pela população (desemprego, empobrecimento, insegurança, por exemplo); as insuficiências do combate à corrupção e às injustiças sociais; o distanciamento dos responsáveis políticos e o enquistamento dos partidos relativamente aos cidadãos comuns — eis outras tantas tarefas desafiantes para melhorar a qualidade da democracia portuguesa.
Acrescem questões referentes ao funcionamento da União Europeia, na qual é imperioso colmatar o défice democrático e restaurar os desígnios fundacionais de pleno emprego, desenvolvimento solidário e igualdade dos Estados-membros e dos seus povos.
São arrepiantes as semelhanças hoje verificadas, por toda a Europa — cujas portas o 25 de Abril também abriu aos portugueses, em termos de renovada e dignificante participação — com outros tempos perigosos, que degeneraram em tensões e conflitos catastróficos.
Requer-se de quem exerce responsabilidades políticas, aos diversos níveis, discernimento e coragem para assegurar que prevaleçam os valores de Abril.



# A projecção no futuro dos valores de Abril

JOÃO
FEREIRA DO AMARAL

OS VALORES DE ABRIL são afinal os valores da democracia.
Mas há múltiplos entendimentos do que se entende por democracia e práticas muito diferenciadas de regimes democráticos. Sem impor um modelo único e determinado, o 25 de Abril trouxe consigo um núcleo de valores importantes que apontam para um entendimento da democracia que poderá qualificar-se de progressista.
Em primeiro lugar, vem, naturalmente, o poder do Povo, que, até etimologicamente, está na raiz do próprio conceito de democracia.
O exercício desse poder pode ser efectivado seja por órgãos representativos eleitos pelo Povo, seja por manifestação directa da vontade das populações, a nível nacional, regional ou local. Muitos entendem a democracia apenas como confinada aos mecanismos representativos. Tal como o vejo, o 25 de Abril, apontava também para o incentivo às populações para participarem em mecanismos de democracia directa.
Em segundo lugar, vem o exercício das liberdades. Não há democracia sem o exercício pleno das liberdades fundamentais. Não pode haver qualquer sofisma nesta matéria e muito menos a tentativa de, em nome da democracia, se limitarem liberdades essenciais em benefício de uma suposta liberdade real. Felizmente, o 25 de Abril desde a primeira hora, assegurou esse mesmo exercício pleno das liberdades.
Uma terceira característica, talvez a que mais traduz o carácter progressista ao 25 de Abril, é a subordinação do poder económico e financeiro ao poder político. Este é um tema que distingue muito claramente os entendimentos sobre diversas formas de democracia. O controlo do poder económico e financeiro pelo poder político é essencial não só para não desvirtuar o exercício das liberdades (veja-se por exemplo, nos dias de hoje, os resultados negativos da grande concentração do poder económico nos *media*) como também para permitir a democratização no local de trabalho e a redução das desigualdades, garantindo, por consequência, o pleno exercício da cidadania a todos.
Mas os valores do 25 de Abril estendem-se também ao domínio das relações entre os povos. Aqui, o reconhecimento do direito à autodeterminação de todos os povos do mundo e a recusa do colonialismo são, do meu ponto de vista, elementos essenciais dos valores de Abril.
Infelizmente, na História, a nível dos valores, nada está garantido. Valores que se consideravam adquiridos são postos de novo em causa por antivalores que tentam fazer ressurgir o passado. Nada mais claro do que o que se tem passado com o neoliberalismo actual, proponente da sociedade de mercado, antivalor que tem tentado e conseguido pôr em causa a subordinação do poder económico e financeiro ao poder político.
Por isso, e porque a História nunca descansa, os valores do 25 de Abril serão tão actuais no futuro como o eram há 40 anos.

# 2054 dois cenários

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

MESMO SEM IMPÉRIO, Portugal ainda não regressou a si próprio. Quarenta anos não foram ainda suficientes para nos entendermos sobre um "modelo de desenvolvimento", capaz de integrar as liberdades políticas reconquistadas no 25 de Abril de 1974, com uma visão estratégica de longo prazo para o País e a sua economia, no quadro europeu e global.

Estivemos sempre dependentes, mesmo antes da restauração da democracia, não já do mercado colonial, mas do investimento estrangeiro e dos fundos europeus para o financiamento público. Depois da crise iniciada em 2008, e, em particular, com o fim da Europa dos Tratados para a passagem à Europa da hegemonia, ditada por Berlim, com a obediência de Bruxelas, e a submissão geral dos chefes de governo com assento no Conselho Europeu, o problema de Portugal passou a ser existencial. Já há vários anos que Adriano Moreira alerta para o «Estado exíguo». Neste momento, o que está em causa é a sobrevivência da comunidade nacional como personalidade política. Em 2054 só teremos Portugal com os valores de Abril em duas situações. A primeira, e mais desejável: no quadro de uma Europa onde a esfera do mercado se submete ao primado da política. Uma Europa de paz, onde os Estados nacionais se articulam numa ordem federal maior, constitucional e republicana, tendo por centro o poder de uma cidadania vigorosa e múltipla. A segunda situação, bastante mais difícil, será a de um país que consegue reerguer-se e reencontrar um caminho, de liberdade, mas num quadro de modéstia material, depois de muitos sacrifícios, saindo das ruínas de um projecto europeu, que incapaz de vencer a voragem brutal do neoliberalismo, acabou por soçobrar mais ou menos estrepitosamente.

Mas, em qualquer dos dois cenários, Portugal tem de vencer a maleita, já denunciada por Antero de Quental: o modo como o País malbarata o território que habita. A desordem na ocupação do solo, a completa falta de disciplina e de hierarquia entre dezenas de planos e estratégias atingiram um ponto de não retorno de imprevistas consequências. Erros acumulados nas campanhas do trigo e na florestação baseada em monoculturas conduziram ao aumento exponencial da desertificação e dos incêndios florestais. A somar a isso, as cidades expandidas como carcinomas em cima dos melhores solos agrícolas, terrenos de várzea, junto às dunas e às falésias do litoral. O mesmo sucede com o vasto território marítimo, que é gerido não com navios mercantes e vasos de guerra, mas com esquadras de papel, pintadas de juras políticas de amor ao "mar português". Os portugueses habitaram o seu país como se estivessem de passagem!

Quarenta anos depois do 25 de Abril, estamos colocados perante nós próprios. Sem máscaras. Mas não chega. Portugal continua por cumprir. E essa é uma tarefa que só pode ser feita com mais política e com mais democracia. Este é o nosso único e frágil ponto de Arquimedes para um futuro que não vai esperar por nós. Esse é o desafio e o caminho para os próximos os 40 anos.

# Portugal estará perdido se for infiel a Abril

D. JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA *

1.Evocando "os primeiros dias de Abril" (os seguintes à data de 25, até hoje), não esqueço esta passagem da carta de um português ao presidente do Conselho Salazar: "Todos estamos de acordo em que há dois problemas fundamentais, sem cuja solução não poderá haver paz social, sejam quais forem as aparências. O primeiro é que os frutos do trabalho comum devem ser divididos com equidade e justiça social (...). O segundo é que, seja qual for o conforto ou riqueza que se atribuam a um indivíduo ou a uma classe, nunca eles estarão satisfeitos enquanto não experimentarem que (...) são sujeito e não objecto da vida económica, social e política" (D. António Ferreira Gomes, "*Antologia do seu pensamento*", I Vol., Porto, Ed. Fundação Eng. António de Almeida, s.d., p. 130).

2.Para sectores alargados, Abril parece já não existir no pundonor de suas aspirações. Para muitos, o próprio Estado de direito é uma falência.

Se a pobreza cresce para níveis que não se verificaram há praticamente uma década (SIC Notícias, 21 de Março de 2014, 22h45), convoca-nos uma prospectiva de transformação: falta cumprir Portugal!

Um novo modelo de desenvolvimento é exigido contra o capitalismo dominante e a favor sempre da equidade e justiça, do crescimento económico, do ambiente, das razões éticas, da prática dos direitos humanos e dos apelos da mesma dignidade.

Construir uma sociedade com esta racionalidade exige atenção a pessoas concretas, mormente das habitualmente acorrentadas aos derradeiros lugares; sensibilidade, estudo, e repúdio dos fenómenos da pobreza, afectando pessoas e grupos de determinados contextos histórico-culturais; políticas que inspirem princípios, garantindo o acesso aos capitais, aos serviços e aos recursos educativos, sanitários e tecnológicos.

Ninguém recusa terapêuticas de sã alteração. Mas a sociedade portuguesa quer-se ver redimida da falsidade de promessas e da desumanidade da vida.

O que descontenta é a subtracção do dinheiro ganho e posto ao serviço da família e do bem comum em geral, sem diálogo, vivendo-se a opressão de métodos e o desrespeito pela cidadania; o que angustia é o carisma dos preços em desforra com o primado dos valores; o que ensombra a existência de mulheres, homens, entidades profissionais, é o despudor de medidas que chocam com responsabilidades contraídas e a justa expectativa de um projecto de vida; o que perturba a opinião pública é o vazio de medidas reformistas sustentadas, enquanto parecer duma sociedade aberta e pluralista e expressão da reestruturação dos serviços do Estado.

3.Um novo modelo cultural gera dinheiro ao solucionar desigualdades sociais, ao valorizar oportunidades e competências, ao priorizar objectivos orçamentais, correspondentes ao cuidado pelos fenómenos de exclusão. A solução da desqualificação social, a atenção ao realismo programático e o contributo ajustado de todos os cidadãos orientar-se-ão no sentido de preservar a classe média, de impedir

o desmantelamento de entidades produtivas, garantindo um verdadeiro equilíbrio entre as várias dominâncias sociais.
Sempre o "mesmo do mesmo" e sempre "os mesmos" a suportarem o peso do resgate são designações comuns de decisões políticas e de seus destinatários.
As últimas notícias referentes a uma pontual reformulação das reformas dão-nos conta de mais uma fase da exploração estatal.
Face aos capítulos do pagamento da dívida, será utópico o desiderato de uma alternativa?
Na antevisão de um novo paradigma socioeconómico, sob o dirigismo da *troika*, nunca se poderá compreender não ter havido espaço nem tempo para não se ter estado ao lado dos mais abandonados.
No discurso oficial, os pobres tiveram sempre "balcão de primeira" no grande "teatro do mundo". Equivale a metáfora ao "comunicado" de interesses segundo o qual aqueles ficaram sempre ao abrigo das durezas conhecidas.
Se o diálogo entre o capital e o trabalho outorgasse aos mais desvalidos o primeiro objectivo de todos os orçamentos, não teríamos assistido à vaga do empobrecimento e olhar-nos-íamos na vida dos pobres, que se promoveram cidadãos iguais a qualquer um.
Portugal estará perdido se for infiel a Abril!

** Bispo-emérito das Forças Armadas e de Segurança*

| | Que ideia tem do 25 de Abril de 1974? | Considera que em 2054 os valores de Abril ainda terão influência sobre a sociedade portuguesa? | Como se expressarão essas influências? |
|---|---|---|---|
| **Tiago Varzim, 18 anos , Curso de Jornalismo, 1.º ano, ESCS de Lisboa** | Penso que a minha ideia do 25 de Abril de 1974 assemelha-se à ideia da geração que nasceu no final do século: um golpe de Estado que se tornou uma revolução, muito simbolizada pela ideia de não violência a que corresponde o cravo, e também um acontecimento que foi o mais marcante do século XX português. A conquista da liberdade e da democracia é a ideia principal que qualquer jovem de hoje tem em mente quando pensa no 25 de Abril. | Os valores de Abril vão ter – sempre – in--fluência sobre a sociedade portuguesa, uma vez que se relacionam com a base dos princípios universais do ser humano. Daí que posso afirmar que os valores de Abril vão estar, ainda que implicitamente (por se terem tornado em algo normal, felizmente), na sociedade portuguesa – e não só – de 2054. A revolução será recordada como um momento fracturante na História de Portugal. | As influências vão ser um legado passado de geração para geração. Já ninguém questiona – e ainda bem – o direito à liberdade e à democracia. Tal como disse Winston Churchill: "A democracia é a pior forma de governo, excepto todas as outras que têm sido tentadas de tempos em tempos." A influência do sentido forte de democracia é inegável e estará sempre patente em qualquer sociedade que tenha tido uma transformação como esta. |
| **Mylène Silva, 22 anos Curso de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho** | Uma revolução no sistema político de Portugal, uma revolução de valores na sociedade. | Acredito que sim, pela sua força enquanto marco histórico, virão. Contudo quero acreditar que entretanto surgirão mais momentos históricos e revolucionários que vêm reforçar a ideologia do 25 de Abril. | As influências serão nas mais diversas dimensões: como a educação, cultura, história e herança cultural. |

| | Que ideia tem do 25 de Abril de 1974? | Considera que em 2054 os valores de Abril ainda terão influência sobre a sociedade portuguesa? | Como se expressarão essas influências? |
|---|---|---|---|
| **Maria João Faria, 20 anos, 1.º ano da licenciatura em Educação, Universidade do Minho** | Com a Revolução dos Cravos em 1974, o povo português passou a ter a liberdade, construindo um sistema democrático. Porém, acho que se perderam alguns valores que são essenciais à sociedade, como o respeito, a capacidade e a possibilidade de participação (social e nas decisões que influenciam o destino do País). Quando pensa no 25 de Abril. | Os valores de Abril vão ter – sempre – influência sobre a sociedade portuguesa, uma vez que se relacionam com a base dos princípios universais do ser humano. Daí que posso afirmar que os valores de Abril vão estar, ainda que implicitamente (por se terem tornado em algo normal, felizmente), na sociedade portuguesa – e não só – de 2054. A revolução será recordada como um momento fracturante na História de Portugal. | Considero que em 2054 os valores de Abril continuarão actuais e vivos, pois, apesar de actualmente estarmos a atravessar uma crise financeira e ética, a ditadura nunca será a solução para o País. |
| **Fábio Gonçalves Lima, 19 anos, 1.º ano da licenciatura em Educação Universidade do Minho** | O 25 de Abril de 1974 é um dos marcos mais importantes e emblemáticos da Nação portuguesa. Foi aí que deixámos de ser regidos por um Estado ditador e passámos a ter em Portugal um Estado que rege democraticamente.<br>Desde esse momento, celebra-se todos os anos o 25 de Abril, dia declarado como feriado, um dia histórico, simbolizado pelos cravos.<br>Importante de salientar é Salazar, que era o grande líder do sistema ditatorial que existia. | Os valores deste marco histórico penso que não terão fim enquanto a sociedade tiver ela mesma valores. Esta data é um símbolo para Portugal, pois marcou um virar de página no País e nas mentalidades das pessoas. Penso, portanto, que a sociedade nunca perderá a simbologia das coisas, e os símbolos são valores seja em que momento da História for. A História fica sempre registada e terá sempre influência no "habitus" das pessoas. | A meu ver, a principal forma que a sociedade vai usar para expressar essas influências continuará a ser o de festejar e dar valor a este dia, atribuindo-lhe assim um valor simbólico. Desta forma, continuaremos a ser influenciados pelos valores de 25 de Abril de 1974, pois a expressão desses valores nesta data permitir-nos-á sempre olhar o passado, vivendo o presente e perspectivando o futuro. |

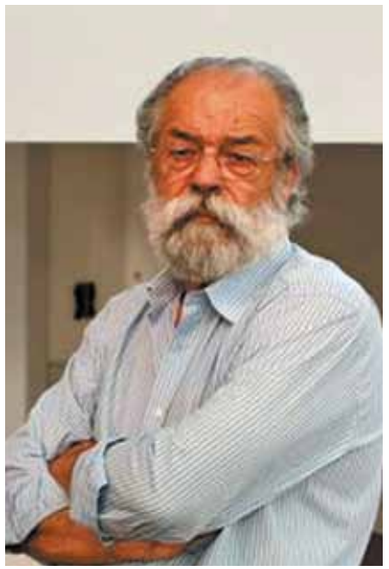
# A arte de José Aurélio

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

COMEÇA POR MAGICAR a mensagem a transmitir, um trabalho que o envolve várias horas, dias, por vezes, semanas, até meses. Um processo de criação complexo durante o qual selecciona ideias, integrando umas e recusando outras, até alcançar aquela que lhe pareça ser a solução mais aproximada do objectivo que continua a trabalhar mentalmente. Esta construção intelectual, muito elaborada, é decisiva para José Aurélio se redescobrir num processo criativo dinâmico que o conduz à solução final da obra a realizar.

Escultor, medalhista, mestre comunicador da arte na simbólica multiplicidade da forma e dos objectos, da luz e cores, José Aurélio é autor generoso de inúmeras medalhas comemorativas da A25A e do 25 de Abril. Pedimos-lhe, por isso, que nos falasse de si, revelasse e nos ajudasse a compreender as fases conceptual, de criação e produção das suas medalhas.

A fase conceptual ocorre quando o pensamento começa a perseguir a ideia, a revolve, a trabalha e a transforma. Aprovada a ideia que consubstancie a mensagem pretendida, José



Aurélio inicia a fase de estudo, normalmente, em gesso. E procede a tantos estudos quantos forem necessários, até se decidir pela peça final.

Confirmada a obra, na sua forma e dimensões finais, procede, então, à construção de um molde em gesso, quatro ou cinco vezes superior ao tamanho real da peça, e envia-o para o fabricante – que trabalha consigo há dezenas de anos – produzir a medalha em bronze. Este processo de produção é também meticulosamente acompanhado por José Aurélio, que define e aprova a patine e os estojos.

Parece fácil? Mas não é. Primeiro porque qualquer processo criativo passa sempre por uma fase de gestação com as dificuldades inerentes. Mas, segundo José Aurélio, o desafio torna-se mais complicado quando se procede à criação de uma mesma medalha, como é o caso da A25A e dos anos comemorativos do 25 de Abril, e isso "levanta um problema medalhístico porque, então, só o ano é que muda".

Sobre essa exigência acrescida falam as medalhas criadas por José Aurélio para assinalarem a constituição da A25A, e o oitavo, décimo, décimo primeiro, vigésimo, vigésimo quinto, trigésimo e quadragésimo aniversário do 25 de Abril; além da representativa da Reunião em Óbidos em 1999, da concebida para assinalar as comemorações nacionais dos 25 anos do 25 de Abril, a comemorativa do MFA e a moeda dos 25 anos da A25A, que reproduzimos nestas páginas.

De facto, a subtil arte do mestre não permite que ele se repita nas suas obras. Com raro engenho criativo, soube sempre encontrar um detalhe e conferir um traço distintivo a cada peça de modo a torná-la única e irrepetível.

Segundo a memória descritiva, "a medalha comemorativa do 40.º aniversário do 25 de Abril, é medalha em bronze, quadrada, com 6,5 cm de lado, que no anverso tem uma representação gráfica da A25A e no reverso, além das duas datas – 1974-2014 – tem a indicação de 40 no corpo da medalha em diagonal. Fica, assim, registada a A25A como principal promotora das comemorações do 40.º aniversário e as datas que a balizam. A medalha assinala, ainda, um período significativo da implantação e consolidação da democracia em Portugal, pelo que as inscrições são gravadas nos planos das faces da medalha, definindo a sua textura e o seu volume".

José Aurélio conduz-nos na observação da medalha comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril e ele próprio explica o detalhe substantivo. "A medalha é muito simples, a grande simplicidade apresenta-se na forma nova, em relação às outras, é o ser quadrada. Depois tem o 4 dos 40 anos, e isso cria uma originalidade. As medalhas seriam todas iguais... Mas o traço distintivo, de cada uma, torna-as todas diferentes."

Natural de Alcobaça (1938), onde se radicou desde 1981, José Aurélio é autor de vasta obra escultórica em mármore e bronze, consagrado medalhista, artista com instalações e outros

# MEDALHÍSTICA

trabalhos expostos em dezenas de mostras individuais e colectivas, no País e estrangeiro.

Aos 76 anos, olha a vida com a curiosidade da juventude e aceita o desafio de cada trabalho com a mesma alegria sentida quando recebeu o primeiro prémio da sua carreira, com a escultura em ferro *O Grito*, em 1959, um ano depois de se ter matriculado no Curso Especial de Escultura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Nesse mesmo ano, realizou uma viagem de estudo a França e, no ano seguinte, obtém a sua primeira encomenda – a escultura *Dança*, para o Hotel de Vale de Lobos. A concepção da primeira medalha surge em 1966, comemorativa da Air France – 20 anos – Paris – Lisboa. Em 1974, integra o Movimento Democrático de Artistas Plásticos. Realiza a escultura "*Portugal Novo*" durante a execução do painel colectivo do 10 de Junho, Galeria de Arte Moderna de Belém, Lisboa. Em 1978, como bolseiro da Fundação Gulbenkian, obtém um subsídio para investigação. Em 1984, concebe o monumento comemorativo dos dez anos do 25 de Abril para a Vidigueira, e, no ano seguinte, cria *A Padeira de Aljubarrota* para Alcobaça. Em 1987, foi artista convidado do Congresso da British Art Medal Society. Em 1996, produziu a medalha comemorativa do vigésimo aniversário da Constituição da República e uma outra alusiva ao Presidente Jorge Sampaio. Em 1999, entre outros trabalhos, produz a Grande Escultura do Parque da Paz, Almada; Retrato de Camões, Assembleia da República, Lisboa; Padrão 25 de Abril – 25 Anos, Alcobaça; Presépio do Santuário, Fátima; Medalha 50 Anos dos Direitos do Homem. Em 2000, cria a medalha 25 Anos da Constituinte. Em 2005, concebe o Monumento à Resistência Antifascista, à Liberdade e à Democracia, Setúbal. Em 2008, faz a medalha do Centenário do Nascimento de Vieira da Silva (1908-2008). Em 2012, produz a medalha 50 Anos de Vida Literária de VGM.

Em 2005, participa nas Comemorações Nacionais dos 650 Anos da Morte de Inês de Castro e promove a edição de uma escultura em cristal alusiva à efeméride, a convite da fábrica de cristal francesa DAUM.

É agraciado pelo Presidente da República do Chile com a Ordem de Bernardo O'Higgins, grau de comendador, pelo seu desempenho nas Comemorações do Centenário do Nascimento do poeta Pablo Neruda. Em 2006, é agraciado pelo Presidente da República de Portugal com a Ordem do Infante, grau de comendador, pela sua significativa actividade como escultor e como cidadão.

Funda em Alcobaça o 'Armazem das Artes', fundação cultural destinada a promover a cultura e a cidadania, com sede própria, inaugurada em Março de 2007.

Estes os traços mais significativos do escultor com uma vasta carreira de 55 anos de interrupta e profícua actividade artística, muito laureado e vivo exemplo de cidadania.

# O 25 de Abril – a guerra passada presente e futura

## Uma questão de dignidade

MARTINS GUERREIRO

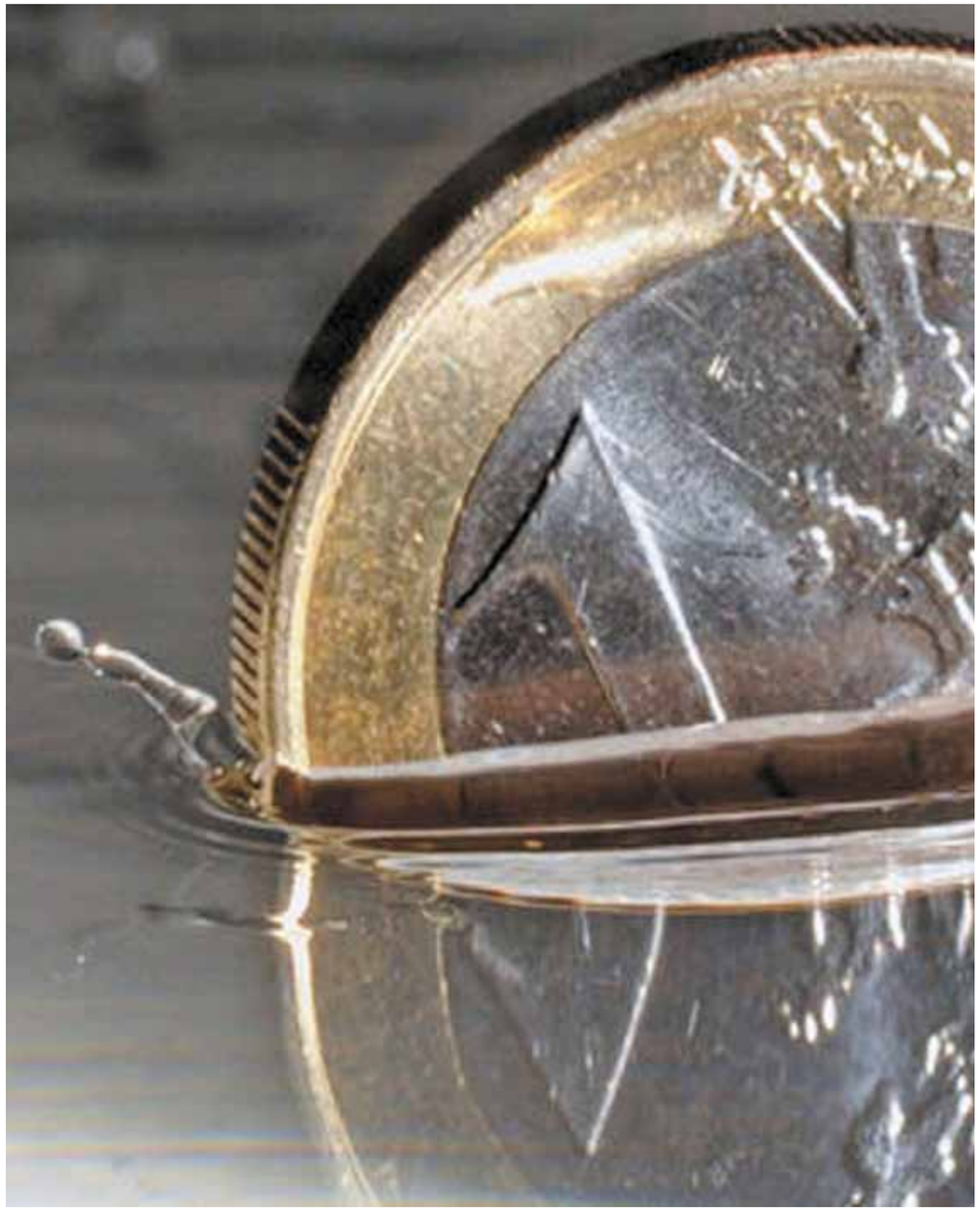
IMPULSIONADOS POR VALORES éticos, por uma questão de dignidade das Forças Armadas e do País, organizámos o movimento militar que nos levou ao 25 de Abril de 1974.
A repressão do regime totalitário e uma guerra continuada por mais de 13 anos, tornaram claro, a muitos militares do quadro permanente, à generalidade dos jovens portugueses e à maioria dos cidadãos, que o Poder tinha de ser derrubado para se construir em Portugal um regime democrático de liberdade, paz e esperança; um país respeitado em termos internacionais, um país digno e livre.
São imperativos éticos que levam muitos militares a correr todos os riscos profissionais, pessoais e familiares pela necessidade de se estabelecer a paz e libertar Portugal.
A adesão do povo português ao 25 de Abril foi a demonstração clara de que estávamos certos, que os valores da liberdade, paz e dignidade eram igualmente sentidos pela generalidade dos portugueses e portuguesas.
O 25 de Abril, os valores que o inspiraram e as expressões que adquiriu tiveram uma repercussão mundial. Portugal contribuiu de novo para a História dos povos e dos regimes políticos, Portugal reocupou o seu lugar no concerto mundial.
Recuperámos a dignidade do País e das pessoas enquanto cidadãos, devolvemos-lhes a capacidade de decisão e escolha, instaurámos no País um regime democrático. Iniciámos o caminho da consolidação da democracia, paz e desenvolvimento, fizemos progressos sensíveis em termos económicos, sociais e culturais.
Ainda que com atraso, edificámos um Estado Republicano de carácter social.
Porém, a sociedade portuguesa nos últimos anos não conseguiu gerar um escol dirigente à altura dos valores do 25 de Abril. O capital financeiro especulativo e os seus agentes políticos e económicos nacionais capturaram a democracia portuguesa, reduzindo-a ao aspecto formal.

Mais uma vez na História portuguesa nos encontramos numa situação em que a classe dirigente, a classe política e financeira dominantes não são aptas nem idóneas para dirigir e orientar os portugueses perante as dificuldades e obstáculos que temos pela frente. Hoje, de novo, há portugueses que sentem vergonha dos seus dirigentes, que emigram às centenas de milhar, que não se orgulham do seu país.
Já vivemos esses tempos antes do 25 de Abril.
A falta de grandeza, inteligência e sensibilidade, a incapacidade que os governantes vêm revelando na abordagem das comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril demonstram que, sendo embora um produto do 25 de Abril, não representam nem prosseguem os seus valores.

Felizmente existem ainda muitos portugueses e portuguesas, muitos militares de Abril, muitas câmaras e assembleias municipais, muitas organizações, associações e instituições que aderiram e estão a aderir ao Apelo que a Associação 25 de Abril lançou para a realização de comemorações dignas de dimensão e representação nacional.
À pequenez evidenciada pelos órgãos de soberania e classe dirigente, os militares, os servidores do Estado, os funcionários públicos e os cidadãos em geral respondem com dignidade e patriotismo, reafirmando os valores de Abril de que são depositários
Mais uma vez, perante a inépcia e ausência da classe dirigente, o povo é chamado a ocupar o seu lugar na História e a afirmar-se como único e verdadeiro soberano, último reduto da defesa do País, da sua liberdade e da sua dignidade.

**O SISTEMA FINANCEIRO PRODUZ O CRÉDITO E A DÍVIDA COMO MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DE MAIS-VALIAS GERADAS NO SISTEMA PRODUTIVO A LUTA ESTÁ A AGUDIZAR-SE, É TEMPO DE ORGANIZAÇÃO, DE RESISTÊNCIA, TOMADA DE CONSCIÊNCIA E ACUMULAÇÃO DE FORÇAS PARA O COMBATE QUE SERÁ LONGO, DURO E CRUEL**

Hoje, passados 40 anos sobre o 25 de Abril, o Poder impõe o desemprego a mais de um milhão de portugueses, estimula a emigração em massa, desmantela o Estado, facilita a captura das instituições e da democracia.
Hoje a guerra não é conduzida a pretexto dos "territórios ultramarinos". As razões económicas não se exprimem por uma ideologia nacionalista e saudosista do império, exprimem-se sim por um primarismo neoliberal, mascarado de empreendedorismo, competitividade e pseudo-superioridade da iniciativa privada em detrimento dos valores do bem comum, do serviço público e da dedicação à comunidade.
O instrumento de guerra e de domínio é agora a dívida pública.
A generalidade dos portugueses está a sofrer e pagar os efeitos desta guerra iniciada em 2008 e provocada pelo capital estrangeiro especulativo.
Parte da dívida tem origem em fenómenos de corrupção e de compra de favores
Não usufruímos nem beneficiámos com muitos desses créditos que agora nos estão a fazer pagar por diversas vias: privatizações de bens públicos, baixos salários, redução de pensões, redução de serviços sociais, desemprego em valores inaceitáveis mesmo numa economia de mercado. Paralelamente, crescem a evasão fiscal, evitação fiscal e a fraude de quem tem influência política e económica, cresce a economia virtual do sistema financeiro ilegal, dos *offshores*, dos bancos virtuais, das empresas-fantasma.



A extensão da guerra aumenta, a dívida instrumento de domínio das pessoas e da sociedade, continua a crescer e a esmagar também a classe média portuguesa, classe que na primeira linha sofre os efeitos do ataque inimigo, sem ainda ter identificado claramente quem ele é e quem são os seus agentes entre nós.

O sistema financeiro produz o crédito e a dívida como mecanismos de apropriação de mais-valias geradas no sistema produtivo.

A luta está a agudizar-se, é tempo de organização, de resistência, tomada de consciência e acumulação de forças para o combate que será longo, duro e cruel.

Os dirigentes comportam-se abertamente como inimigos do bem comum.

A coberto do primarismo neoliberal, estão a desprestigiar a função pública, a desarmar e desvalorizar os valores de serviço público e serviço às comunidades.

A sanha destruidora, a indiferença social que o Governo revela torna claro e transparente que muitos dos seus membros e servidores não têm idoneidade para o desempenho das funções que exercem; não respeitam a Constituição, violam-na quando lhes dá jeito; não têm palavra, o contrato social estabelecido entre o Estado e os cidadãos é sistematicamente violado; não dignificam as funções que exercem.

**OS DIRIGENTES COMPORTAM-SE ABERTAMENTE COMO INIMIGOS DO BEM COMUM. A SANHA DESTRUIDORA, A INDIFERENÇA SOCIAL QUE O GOVERNO REVELA TORNA CLARO E TRANSPARENTE QUE MUITOS DOS SEUS MEMBROS E SERVIDORES NÃO TÊM IDONEIDADE PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES QUE EXERCEM; NÃO RESPEITAM A CONSTITUIÇÃO, VIOLAM-NA QUANDO LHES DÁ JEITO; NÃO TÊM PALAVRA, O CONTRATO SOCIAL ESTABELECIDO ENTRE O ESTADO E OS CIDADÃOS É SISTEMATICAMENTE VIOLADO; NÃO DIGNIFICAM AS FUNÇÕES QUE EXERCEM**

Hoje, muitos cidadãos têm vergonha de tais dirigentes e da sua continuação no Poder.

Cada dia que passa nesta situação é mais um dia de vergonha.

Impõe-se que os cidadãos retomem a iniciativa, combatam os poderes ilegítimos, a corrupção que os alimenta e os poderes sem qualquer controlo democrático que nos dominam e submetem através dos seus agentes em Portugal.

Hoje reafirmar Abril e os seus valores significa recuperar a dignidade ofendida, retomar o nosso lugar de pleno direito entre iguais, afastar quem não assume as suas responsabilidades, valorizar os que trabalham.

Perante a falta de idoneidade dos dirigentes, tem de ser de novo o povo soberano a resgatar Portugal, tal como aconteceu em 25 de Abril de 1974.

FOTO LUSA

# Este Governo não merece o povo que tem

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

NÃO DIREI QUE o governo liderado por Pedro Passos Coelho é um bom ou mau Governo. Direi apenas que nunca um Governo democrático me fizera até hoje tanto mal quanto este. E dizem os economistas de serviço às televisões que o pior ainda está para vir, isto é, que o ano que se irá estender de Junho de 2013 a 2014, irá ser tenebroso. E para depois disso o que nos fica? Fica-nos o juramento feito (nos EUA) pelo enigmático ministro das Finanças, Vítor Gaspar, de que entraremos nos mercados financeiros no dia 29 de Setembro de 2013 – uma segunda-feira! Não é fascinante que se governe um país sob juramento? Fascinante e preocupante, acrescentarei. Porque sente o sorumbático ministro Gaspar a necessidade de jurar? Porque acha que os seus simples actos de governação já não conseguem convencer o tão escanzelado povo português? Ou porque já duvida da sua singular palavra? E porque se teria lembrado de empenhar a honra no estrangeiro e não em Portugal? E porque assumiu ele o juramento e não o primeiro-ministro, tão seguro está este da sua acção redentora do País? Tanta pergunta e muitas mais ficam por fazer. Como nunca tínhamos tido governantes tão distantes dos problemas e do sofrimento do povo, custa-nos compreender o que se está a

passar. Eles andam muito à frente das pessoas comuns, e quando estas os tentam perceber já perderam a passada. São números e mais números, juros, taxas, *ratings*, rácios, défices e rendas, coisas e mais coisas de um outro mundo onde o povo, o contribuinte, não tem vaga nem assento. O que significa, por exemplo, o acesso aos mercados financeiros? Que finalmente iremos abrir as torneiras e ver, atónitos, o dinheiro a correr? De novo a euforia da corrida aos créditos, ao consumismo desbragado? Às casas, aos *Audis* e aos *BMW*?

Valha-nos Deus – que deste país anda tão arredio – que nada disso aconteça. Vejamos.

O País – como uma simples loja de esquina – entrou em recessão, em insolvência, em bancarrota. E a culpa – não sofismemos – foi nossa. É este eminente Governo (provavelmente de gestão) que o assegura, quando nos obriga a suportar os sacrifícios da crise; quando se arremete contra nós, como um lobo faminto, espoliando-nos de vencimentos, pensões, subsídios, postos de trabalho, saúde, casa, educação, etc., até ao último cêntimo da dívida, custe o que custar. Se isto não é uma originalidade da dupla Passos/Portas, então é porque é verdade. Nós, os culpados, através de cortes, supressões, retenções, despedimentos e sei lá que mais, teremos de remexer os bolsos e ofertar aos bancos, que levianamente levamos à glória, o que for preciso dar para que voltem a ser bancos de verdade e os seus administradores se salvaguardem de injustas acusações de corrupção, gestões danosas, fugas de capitais, clientelismos e sei lá que mais.

Tenhamos um rasgo de consciência e saibamos assumir as nossas culpas. A geração à rasca não é a que anda a carpir as mágoas pelas ruas, é a pobre geração dos banqueiros. Vejam o transfigurado administrador do BPN. Querem tipo mais à rasca do que esse, que teve como única culpa o ter nascido neste país e servido um povo de contumazes consumistas?

Restará apenas esta questão: salvo o Estado da catástrofe, controlados os défices das PPP, do cimento e do betão, presos os corruptos e corruptores, reguladas as finanças públicas, que com tanto afinco liquidamos, finalizadas as reformas estruturais (que só eles sabem do que se trata), liquidado de vez o aparelho judicial e terminado que esteja o jogo do chega para aí do reajustamento autárquico, quem irá depois salvar este povo do miserabilismo em que caiu? Quem lhe irá repor os subsídios roubados, em nome dos sacrifícios e das culpas que lhe foram atribuídas? Quem o irá salvar da bancarrota? Teremos de voltar ao crédito para pormos as pernas a andar; teremos de recomeçar este ciclo de horrores que Passos Coelho/Gaspar/ /Portas, do alto da sua magnificência, garantem chegar ao fim lá para os finais de 2013? Deus seja louvado... é tão bom governar à custa dos bens de um povo de braços caídos!

**QUEM LHE IRÁ REPOR OS SUBSÍDIOS ROUBADOS, EM NOMEADOS SACRIFÍCIOS E DAS CULPAS QUE LHE FORAM ATRIBUÍDAS? QUEM O IRÁ SALVAR DA BANCARROTA? TEREMOS DE VOLTAR AO CRÉDITO PARA PORMOS AS PERNAS A ANDAR; TEREMOS DE RECOMEÇAR ESTE CICLO DE HORRORES QUE PASSOS COELHO/ /GASPAR/PORTAS, DO ALTO DA SUA MAGNIFICÊNCIA, GARANTEM CHEGAR AO FIM LÁ PARA OS FINAIS DE 2013? DEUS SEJA LOUVADO... É TÃO BOM GOVERNAR À CUSTA DOS BENS DE UM POVO DE BRAÇOS CAÍDOS!**

Sentimento de revolta é o estado de descontentamento que sente um indivíduo quando verifica que foi enganado. Quem o disse foi um Prémio Nobel da Literatura. Mas Jea-Marie Le Clézio não sabia o que dizia. E está à vista. Estes políticos que assumiram o poder não temem a revolta do povo, porque foram mandatados por ele. No seu douto entendimento, as dores de que padece o povo não lhe gera a revolta, mas o desânimo. É um povo inanimado, que luta e sofre para que não lhe tirem o que ainda lhe resta. Os braços falecem-lhes à força dos sacrifícios, nas horas gastas nas filas do desemprego, às portas da saúde, nas ruas da mendigagem. E os braços assim enfraquecidos já não lhe servem para nada que tenha algum préstimo. Falam, falam, falam, que isto está assim e está assado, que já não há tempo para viver da esperança, porque esta também tem o seu tempo e não se vende nas farmácias, nem se recebe à porta dos "bancos da fome". E um homem de braços caídos é uma árvore tombada, ou seja, um corpo sem alma. E este Governo que aí está, não sendo sapiente, nem ético, nem moral, não vive no mundo dos homens, não é social nem humanista – é apenas cabalístico e versátil em números, em juros e percentagens, em défices e derrapagens. Ele sofre porque não sabe como sacar mais dinheiro a quem já quase tudo tirou. E sofremos nós por não sabermos o que fazer a essa gente.

FOTO LUSA

Mas Banazol sabia quando, em São Pedro do Estoril, surpreendentemente, afirmou:

(O metido entre parênteses é meu) "Estrangulados por um regime que nos conduz directamente para o abismo, para a derrocada [...] [teremos de] tomar a iniciativa de uma reabilitação, uma redenção aos olhos de um povo e dos outros povos do mundo."

E mais à frente: (O nosso silêncio) é uma vergonha. Devemo-nos sentir envergonhados. É bem feito que nos envergonhem (que nos humilhem e nos espoliem).

Referia-se o saudoso tenente-coronel às Forças Armadas no seu todo. E quanto ao que disse no final da sua intervenção, vou-me calar, para não ultrapassar a "linha de segurança" da minha liberdade.

**Nota: Esta crónica foi escrita ainda com o ministro Gaspar no Governo. Como nada mudou de lá para cá, e se mudou foi para pior, acho que a mesma tem plena actualidade.**

# Sobre a crise e a(s) alternativas(s)

MIGUEL JUDAS

O PRESENTE ARTIGO visa discorrer sobre as razões por que não se apresenta, hoje, em Portugal, uma "Alternativa" ao actual rumo das coisas, bem como abrir algumas pistas nesse sentido.

**1. Portugal: Sistema ou conglomerado residual?**

Qualquer reflexão sobre o tema deveria começar por tentar compreender o que é Portugal hoje, enquanto organismo social, político, económico, cultural (já que, no plano geográfico-territorial, mantém uns limites mais ou menos precisos), e se, de modo sistémico e em cada um desses domínios, goza de alguma identidade e autonomia.

Admitimos que Portugal constituiu, no passado, um Sistema bastante coeso e coerente, capaz de se tornar um "atractor", um foco organizacional do mundo "caótico" de há uns quantos séculos. Constituiu, claramente, uma Nação, um Estado-Nação e uma Pátria que, melhor ou pior, assegurava de modo estável a continuidade das suas comunidades e da sua Sociedade. Por isso, essas categorias não só expressavam os seus fundamentos culturais e políticos como lhe proporcionavam um valor operacional.

Haverá, pois, que suscitar os estudos e investigações que nos permitam, com melhor precisão, determinar se Portugal, tendo-se lançado "de corpo e alma", sem reservas nem prudência, nos "turbilhões" europeu e globalizador, mantém a característica de "sistema" ou se, pelo contrário, não será hoje, muito mais, um mero conglomerado de "partes e peças" residuais, repelidas ou ainda não atraídas pelos novos centros atractores hegemónicos, e ainda se, a partir delas, será possível reconstruir, com engenho e paciência, algo de "sistémico", coerente e funcional.

De facto, com o desmantelamento de boa parte do tecido produtivo nacional e a posterior privatização e a "internacionalização" (aquisição ou instalação por estrangeiros) de uma parte importante dos restantes activos empresariais instalados no País (sectores financeiro, infra-estruturas gerais, comunicações, unidades industriais, transportes, prédios urbanos, terrenos agrícolas, redes comerciais, etc.), Portugal transformou-se, como é a minha hipótese, numa espécie de "condomínio territorial" habitado por pessoas naturais e jurídicas, cuja gestão administrativa é assegurada pelo Estado, sendo que grande parte das principais vias e "serviços comuns" ainda "propriedade nacional", são geridos por privados em regime de "*outsourcing*" (concessões, "parcerias", prestações de serviços, etc.).

Nesse sentido, não tendo qualquer controlo sobre as condições gerais de existência da população (alimentação, energia, comunicações, etc.), o Estado português não passará de um mero administrador de um "condomínio intersticial", isto é, que administra o "sobrante", as "partes e peças" que o grande capital, designadamente externo (ainda), não quer ter sob sua administração directa, preferindo usar esse conglomerado residual de "partes e peças" como vazadouro de custos (ambientais, logísticos, etc.) e extracção directa de alguns proveitos (saúde e formação adequadas da sua mão-de-obra, segurança directa de bens e ordem e disciplina da população, etc...).

Quando o povo português vota, naquilo que normalmente se chama de democracia, está, pois, a votar para a sua "administração de condomínio intersticial" (o que, em linguagem académica, poderíamos chamar de "simulacro de Estado muito exíguo") e não para um projecto de vida e de futuro, relativamente ao qual não dispõe do mínimo de instrumentos de intervenção estratégica. Ainda por cima, para a eleição dessa "administração do condomínio", só poderá votar naquelas quatro ou cinco "empresas de administração de condomínios" vulgarmente conhecidas pela designação de "partidos políticos", das quais, frequentemente, são "accionistas não formais" os próprios privados, nacionais e internacionais.

Esta questão, essencial, determina o actual conteúdo da "democracia portuguesa", assim como determina o modo como se poderá abordar a questão da "alternativa", o que procuraremos abordar mais adiante

**2. A "máquina" do mundo e a consciência humana**

É hoje relativamente consensual no âmbito científico que a "ordem", as "estruturas" e as "organizações" não existiam antes do Caos e que surgem, em condições determinadas, a partir deste. O próprio processo da Vida, desde o surgimento dos primeiros complexos autopoiéticos, teve a mesma origem, a qual se reproduz nas mais variadas escalas (organismos multicelulares, comunidades e sociedades) segundo um princípio hologramático segundo o qual o todo está inscrito em cada uma das partes que se inscrevem no todo.

Desde sempre, as estruturas e dinâmicas do universo "caótico" dos grupos humanos nos ecossistemas foram condicionadas por "atractores" (de ordem biossocial ou ecossistémicos) os quais, em contínua reformulação, geraram as correspondentes reorganizações sistémicas: antigos núcleos enfraqueceram, desagregaram-se, fragmentaram-se, foram absorvidos por simbiose ou dissiparam-se; os seus componentes foram reciclados no seio do ecossistema cultural. Assim como na morte os nossos componentes orgânicos são reciclados pelo ecossistema, também os componentes culturais dos grupos humanos que se dissiparam são reciclados e amalgamados nesta grande "oficina" de construção da futura sociedade humana global.

Pessoalmente, nada tenho a favor ou contra tais processos inexoráveis; eles são, simplesmente, o resultado das dinâmicas dos sistemas complexos não lineares que ocorrem, continuamente, tanto à escala cósmica como no âmbito dos processos da Vida, incluindo das sociedades humanas...

Porém, porque somos *Homo sapiens sapiens* (ou *demens*, como diria Edgar Morin), somos dotados de "instintos" e de consciência que nos impelem a operar de modo intencional para manter a nossa viabilidade futura, individual e social, já que estas são faces inseparáveis da mesma moeda.

Por essa razão, como humanos, temos a aptidão de não sermos meros objectos inconscientes dos processos cósmicos e planetários, para nos transformarmos, nos limites próprios dessa aptidão, em sujeitos influenciadores desses processos, para o "bem" e para o "mal", isto é, como "favorecedores" ou como "contrariadores" do êxito sustentado da espécie.

**3. O "êxito sustentado da espécie", na perspectiva ainda hegemónica/dominante**

Ao longo do tempo histórico, o conceito aqui proposto de "êxito sustentado da espécie", expres-

sou-se (e continua ainda a expressar-se hegemonicamente na actualidade) de um modo extremamente redutor – que, nas condições actuais do mundo, se torna aberrante e comprometedor do futuro –, segundo duas versões complementares:

a) A primeira, tribalista, nacionalista, racista, classista, machista, sectária e outras formulações fragmentadoras e excludentes, segundo a qual a "espécie" se limita ao grupo social de referência, o qual domina, subjuga, explora e, se necessário, aniquila os restantes grupos "competidores". É a versão *hard*, traduzida e documentada em toda a história política e económica desde há cerca de dez mil anos;

b) A segunda versão, nascida da barriga da primeira mas de carácter mais *soft*, ideológica, racionalizadora, assente nos antigos mitos religiosos e nos actuais mitos do "progresso" e da "ciência", segundo a qual o Homem terá um destino, uma missão, um desígnio, cósmico ou divino, de "conquista do universo" e de "domínio sobre a natureza" ou qualquer outro que justifique o expansionismo e a dominação, como os mitos meramente tácticos, da "liberdade de comércio", da "competitividade", da "democracia" ou dos "direitos humanos".

Nessa marcha inexorável em direcção ao destino afirmado, não haverá que se deter em "danos colaterais" como a alienação e a robotização de imensas massas humanas servas desse destino glorioso, nem as graves ofensas ambientais, aos animais e ao conjunto da biosfera, nem sequer em "pieguices" relativamente aos que "fiquem para trás" (os descartáveis, "não competitivos" ou, como se queira, os rejeitados pela "selecção natural").

Este é o mundo político-biológico e noológico (o universo das ideias, teorias, mitos, ideologias, crenças e conhecimentos) em que temos vivido, especialmente no "ocidente", até ao presente. Apesar da extraordinária intuição dos revolucionários liberais dos séculos XVII e XVIII e dos revolucionários socialistas dos séculos XIX e XX de que uma nova civilização, livre, fraterna e solidária, teria de vir a substituir a "lei do mais forte", todos eles se viram constrangidos a acolher nas suas práticas, total ou parcialmente, as referências ideológicas acima referidas.

No quadro de uma civilização baseada em tal perspectiva de "êxito da espécie", não há nem poderá haver uniões/fusões de povos democráticas, igualitárias, respeitosas, "vantajosas para todos", mesmo que aparentemente "bem-intencionadas"; pelo contrário, todas as uniões e fusões são realizadas sob uma qualquer forma de coacção – mesmo quando parecem "voluntárias" e humanamente justificadas –, e resultam, sempre, na absorção dos "nutrientes" úteis dos núcleos mais fracos em favor dos mais fortes, isto é, na decomposição e "dissolução" dos mais fracos, e na rejeição/marginalização dos componentes destes que se considerem inúteis ou "indigestos". Isto, até o sistema gerado por acção dos atractores dominantes não entrar em "crise" estrutural e não se autodespedaçar (como sempre tem acontecido com os sucessivos impérios) e, dos seus destroços, não renascerem novos núcleos, por vezes à volta dos "restos" de antigas culturas "adormecidas"...

Em consequência, não haveria que se ficar escandalizado com o legítimo cepticismo de muitos portugueses perante o futuro cor-de-rosa e definitivo com que a "adesão à Europa" nos foi propagandeada, nem com as seguintes observações premonitórias de uma mulher tão insuspeita como Natália Correia, acerca dessa nossa "entrada para a CEE", há cerca de 30 anos:

"A nossa entrada (na CEE) vai provocar gravíssimos retrocessos no país, a Europa não é solidária com ninguém, explorar-nos-á miseravelmente como grande agiota que nunca deixou de ser. A sua vocação é ser colonialista."

"Portugal vai entrar num tempo de subcultura, de retrocesso cultural, como toda a Europa, todo o Ocidente."

"Mais de oitenta por cento do que fazemos não serve para nada. E ainda querem que trabalhemos mais. Para quê? Além disso, a produtividade hoje não depende já do esforço humano, mas da sofisticação tecnológica."

"Os neoliberais vão tentar destruir os sistemas sociais existentes, sobretudo os dirigidos aos idosos. Só me espanta que perante esta realidade ainda haja pessoas a pôr gente neste desgraçado mundo e votos neste reaccionário centrão."

"Há a cultura, a fé, o amor, a solidariedade. Que será, porém, de Portugal quando deixar de ter dirigentes que acreditem nestes valores?"

"As primeiras décadas do próximo milénio serão terríveis. Miséria, fome, corrupção, desemprego, violência, abater-se-ão aqui por muito tempo. A Comunidade Europeia vai ser um logro. O Serviço Nacional de Saúde, a maior conquista do 25 de Abril, o Estado Social e a independência nacional sofrerão gravíssimas rupturas. Abandonados, os idosos vão definhar, morrer, por falta de assistência e de comida. Espoliada, a classe média declinará, só haverá muito ricos e muito pobres. A indiferença que se observa ante, por exemplo, o desmoronar das cidades e o incêndio das florestas é uma antecipação disso, de outras derrocadas a vir."

A gravidade da situação actual decorre do facto de, pelo próprio mundo humano ter adquirido características de Sistema Integrado Supercomplexo à escala global, a sua estabilidade ter ficado extremamente sensível a acontecimentos "inesperados" ocorridos tanto na periferia como a partir do próprio cen-

tro. Qualquer "crise" parcial se torna rapidamente sistémica e pode resultar em acontecimentos sociais catastróficos.
As chamadas Guerras Mundiais do século XX foram as primeiras manifestações desse processo de integração mundial que já vinha, lentamente, em curso.

**4.Uma Outra Civilização, e outra forma de entender o conceito de "êxito sustentado da espécie"**

Por outro lado, sob a influência de inúmeros pensadores críticos, de movimentos sociais e cívicos diversificados e cada vez mais amplos, de correntes filosóficas e religiosas de raiz humana profunda, da expressão cada vez mais conhecida dos povos que ainda vivem em culturas ancestrais e, também, de inúmeros investigadores e cientistas "de ponta", designadamente nos domínios da biologia, da antropologia e da interpretação histórica, da ecologia e dos sistemas complexos não lineares, cresce por todo o mundo a consciência de que outra civilização é não só possível como, pelos perigos que impendem actualmente sobre o mundo, é cada vez mais urgentemente necessária.
Esse novo pensamento, em processo de aprofundamento e de expansão em todas as sociedades humanas, não só questiona frontalmente os antigos e ainda vigentes entendimentos sobre o "êxito sustentado da espécie" como desenvolve um pensamento político, económico, social, cultural, ecológico e territorial que tende a formular novas sínteses de aspectos que, tradicionalmente, se têm apresentado como contraditórios e em conflito.
Procuraremos sintetizar algumas ideias básicas dessa nova visão:
a) Reconhecimento da legitimidade da vida, em todas as suas formas, e da especial responsabilidade dos humanos, enquanto seres dotados de consciência, na defesa e preservação da sua existência a muito longo prazo;
b) Reconhecimento do carácter único de cada ser humano, da sua individualidade e, simultaneamente, do seu carácter eminentemente social;
c) Supressão de qualquer desígnio especial, cósmico, mítico ou ideológico para o homem e a humanidade, para além da natural aspiração:
– ao Bem-Viver, isto é, de viver a vida em harmonia consigo próprio, com todos os outros humanos, com toda a biosfera e com os processos naturais planetários;
– à busca constante do conhecimento.
d) Potenciação máxima de todas as capacidades individuais (autonomia, liberdade, responsabilidade, saber, saber fazer, cooperação e solidariedade) no quadro da mais completa compatibilização ética entre o individual e o social;
e) Auto-organização social segundo redes livres, cooperativas, sem fronteiras e radicalmente democráticas, de configuração variável em função das necessidades; extinção progressiva dos conceitos de Estado e do Direito e sua substituição por relações baseadas na ética;
f) Socialização dos recursos naturais e dádivas da natureza e sua distribuição pela sociedade em função da optimização da produção e do consumo social, num quadro de sustentabilidade geral, ambiental e da biosfera;
g) Socialização mundial dos principais assuntos e problemas comuns e de interesse geral da humanidade (desarmamento e paz, desenvolvimento, ambiente planetário, gestão de patrimónios mundiais...)
Dirão alguns, prisioneiros do velho paradigma mental, que esta nova civilização não passa de mais uma utopia irrealizável e que nem valerá a pena atentar e prosseguir o debate sobre o assunto.
Porém, se não for em direcção a essa nova civilização (formulada desta ou daquela maneira), a ser praticada no interior das pessoas, das comunidades, dos países e à escala mundial, bem poderemos esperar, "sem salvação", até ao colapso.

**5. Voltando à questão da(s) Alternativa(s)**

A busca da(s) alternativa(s) em Portugal poderá desenvolver-se com objectivos mais limitados ou mais amplos.
Se o objectivo se limitar a "mudar as moscas", quando muito a escolher entre o "pide-bom" e o "pide-mau", então bem se pode andar por aí com aritméticas eleitorais dentro do actual sistema político (de democracia e mentes corrompidas), independentemente dos arranjos e das designações com que apareçam. Neste caso, não deixaremos de ser meros objectos dos processos globais que nos condicionam, aguardando passivamente, com resignação, até à exaustão, os desastres que aí venham. Não haverá, pois, que esperar qualquer "milagre" vindo do sistema internacional onde estamos contidos, como, aliás, se vem verificando na contínua sucessão de falsas expectativas e consequentes frustrações...
Se o objectivo for sermos sujeitos do nosso destino e ganhar o direito para iniciar um novo caminho, então teremos de:
a) "Varrer" o actual sistema político e as suas personagens corrompidas, por via eleitoral (preferível) com uma nova força que daria muito trabalho e tempo a constituir, ou por via insurreccional (caso isto descambe até ao insuportável), convindo, para esta contingência, ir preparando com antecedência alguma coisa (ideias, organização, etc.)...
b) Constituir um novo poder político dos portugueses, com os portugueses e para os portugueses, que se constitua como que num "sindicato nacional" (de defesa da Nação e não de capatazes dos poderes externos), integrando democratas, patriotas e não corruptos, independentemente das suas sensibilidades ideológicas de base;
c) Desenvolver um programa a quinze anos tendente:
–À regeneração democrática nacional, tornando sãos os instrumentos representativos e impulsionando os participativos;
–A uma profunda reforma do Estado, no sentido da descentralização e responsabilização directa das comunidades, da sua eficiência económica e operativa e do reequilíbrio financeiro nacional (público e privado);
–À mobilização dos portugueses para o trabalho e à restauração de uma economia nacional viável assente nos três pilares que a actual Constituição prevê – pública, privada e social-comunitária – de modo a assegurar, pelo menos, adequados níveis de autonomia e segurança alimentar, energética e financeira;
–À preservação de níveis adequados de protecção social nos domínios da saúde, da dignidade do trabalho e da previdência, bem como a uma radical melhoria dos sistemas de formação;
–Ao desenvolvimento de uma estratégia nacional
de recuperação da maior parcela possível de autonomia e soberania nacional, negociada com firmeza com a UE e com os respectivos povos;
de reconfiguração democrática da UE;
de relações internacionais diversificadas de largo espectro, designadamente com os continentes africano, latino-americano e asiático.
Se isto (ou algo equivalente) fosse conseguido, e dependendo do grau de coesão e de mobilização do povo português no seu conjunto, assim a nova direcção nacional teria condições para influenciar as políticas europeias e negociar, com maior ou menor firmeza, com maior ou menor rapidez, as condições gerais, políticas e técnicas (financeiras, comerciais, produtivas, "legais", etc.) para a recuperação e o ressurgimento nacional.
Por isso, enquanto os meios políticos e sociais portugueses intranquilos ou indignados com o actual curso das coisas, se mantiverem a proferir palpites técnicos ou meras fantasias ideológicas, por muito legítimos que possam ser, do género "mutualização da dívida", "políticas de emprego" (???), "sair da UE e do euro", "não pagar a dívida", etc., etc., e enquanto andarem enrolados em protagonismos e medíocres ambições, o poder, que é o que importa, não sai das mãos predadoras do capital financeiro internacional e das transnacionais e dos seus capatazes internos.
A alternativa que proponho é, pois, de ruptura interna e de reformismo externo.

# A Segunda Guerra da Crimeia

NUNO SANTA CLARA

FOTO:LUSA

A SUBIDA DE TENSÃO na Ucrânia deveria levar as pessoas a procurar mais informação sobre esse grande país. Entre nós, a ideia feita é que a Ucrânia era uma província do Império Russo, no tempo dos czares, passando depois a ser uma "república nominal" no tempo da União Soviética.

Ora, a Ucrânia é um país enorme, com uma história riquíssima, celeiro da Grécia antiga, ponto de passagem entre a Europa e a Ásia, área de conflito entre a Polónia e a Lituânia, e os Impérios Russo, Austríaco e Otomano. Tanto basta para nos apercebermos das razões da sua turbulenta história. Até na religião se reflecte o peso da História, com os ortodoxos em maioria a Leste e os cristãos uniates (que aceitam a autoridade do Papa) a Oeste, resultado das influências russa e austríaca, respectivamente.

Além disso, é um país de enormes capacidades. Basta lembrar que foi em Kiev que foi construído o primeiro computador soviético e é também na Ucrânia que se situa a fábrica de aviões *Antonov*, que, entre outras aeronaves famosas, produziu o *An-225*, o maior avião do mundo.

Entre os inúmeros conflitos que se desenrolaram no território que hoje constitui a Ucrânia está a Guerra da Crimeia (1854-1856). Esta península do norte do mar Negro era pertença da Rússia, que tinha instalado uma base naval em Sebastopol. A partir daí, esta cidade ficou condenada a vir periodicamente à ribalta. Na guerra da Crimeia foi cercada e bombardeada, tal como na II Guerra Mundial, e agora está de novo debaixo de fogo (pelo menos, mediático).

Para o nosso imaginário, ficou dessa guerra a carga da Brigada Ligeira, como monumento de inépcia e estupidez (a par da bravura dos pobres soldados ingleses ali chacinados). Mas a guerra foi mais do que isso: foi o confronto de vários imperialismos, russo por um lado, inglês, francês e turco por outro.

Foi uma guerra limitada. Todas as partes se concentraram, primeiro nos Balcãs, depois na Crimeia, sem acções militares noutras paragens. Foi uma guerra de cavalheiros: uns quantos militares matavam-se lá pelos fundos da Europa, e no resto dessa mesma Europa as pessoas conviviam, comerciavam, como se se tratasse de um embate desportivo.

Prova de bom senso? Talvez, mas só para quem estava de fora. Mas, na óptica da época, o importante era salvaguardar o *statu quo*: ninguém desejava um conflito generalizado, até porque as guerras napoleónicas ainda estavam muito presentes. Era o primado da diplomacia entre as grandes potências (a Prússia só passou a grande potência depois da guerra com a França, em 1870-1871).

A Guerra da Crimeia saldou-se por uma derrota russa, mas sem alterações de monta: devolução de territórios ocupados, acerto de fronteiras.

A Ucrânia voltou a estar no centro da tormenta durante a I Guerra Mundial, do lado russo, e na Guerra Civil que se seguiu. Tal como na Finlândia e países bálticos, o nacionalismo emergiu, como reminiscência do Estado cossaco do século XII e do canato da Crimeia do século XVII, e a Ucrânia ascendeu a uma breve independência. Como sequela da Guerra Civil, aponta-se um milhão e meio de mortos.

Pela Paz de Riga, de 1921, a Ucrânia foi dividida ente a Polónia e a nova União Soviética, da qual veio a constituir uma das repúblicas.

O processo de colectivização forçada e as purgas de Estaline cobraram um largo tributo na Ucrânia. A fome generalizada recebeu o nome de Holodomor (uma espécie do Holocausto), e estão contabilizadas oficialmente 681692 vítimas.

A II Guerra Mundial veio novamente a transformar a Ucrânia em campo de batalha. Devido às memórias recentes, em muitos locais da Ucrânia os alemães foram recebidos como libertadores. Os comandantes militares assinalaram o facto e quiseram tirar partido dele, mas, para Hitler, libertar os ucranianos não fazia sentido nenhum: eram *untermenshen* (sub-humamos), destinados a ser eliminados; mas, primeiro, estavam os judeus e os comunistas.

Isto deu como resultado que, na sua maioria, os ucranianos conti-

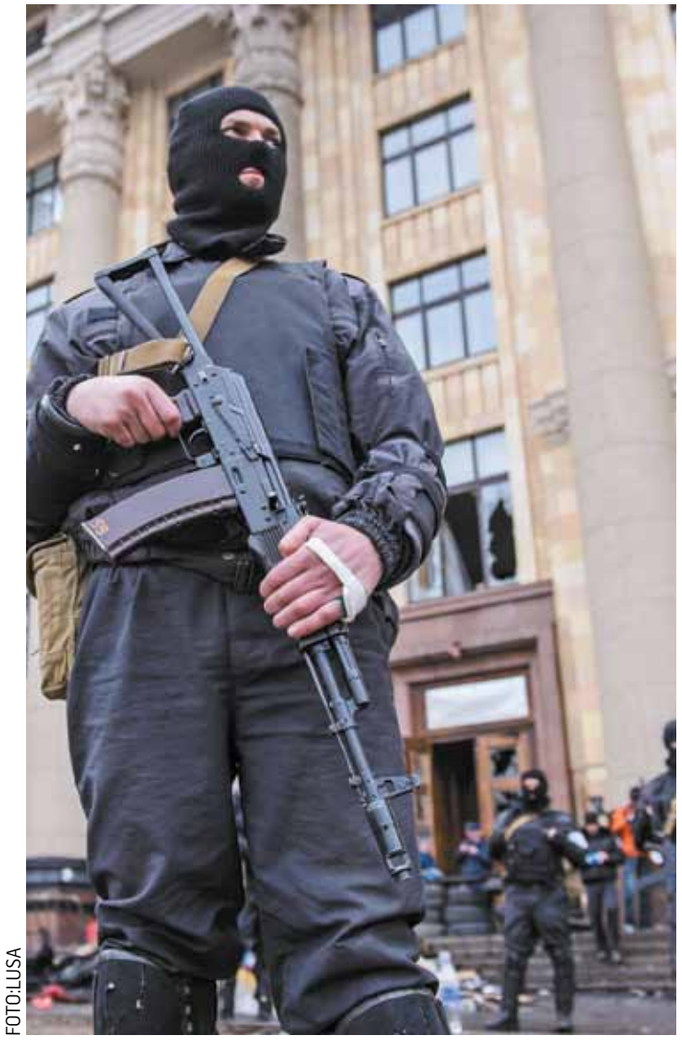


FOTO:LUSA

nuaram no exército soviético ou passaram à Resistência. No entanto, alguns colaboraram com os nazis, quer nas forças armadas, quer na caça aos judeus ou comunistas, ou como auxiliares nos campos de concentração.

Foi uma coisa que deixou marcas: ainda hoje há quem considere os nacionalistas ucranianos herdeiros dos colaboracionistas, como se viu nalgumas declarações para a televisão.

De qualquer forma, o período após a II Guerra Mundial foi o da consolidação da União Soviética. Tinha ganho a guerra, com o preço terrível de vinte milhões de mortos, mas estava, aparentemente, coesa atrás da sua muralha ideológica, e destinada à eternidade. As particularidades regionais pareciam esbater-se, e as pessoas fixavam-se de acordo com as oportunidades de carreira. Assim, às áreas de mais tecnologia acudiam os mais qualificados; no domínio espacial, fixaram-se no Casaquistão, onde fica o centro de Baikonur; na defesa, nas bases dos países bálticos e da Crimeia. E assim temos minorias significativas de russos, ou mesmo maiorias locais, nesses novos países.

Mas o pós-guerra trouxe mais uma alteração: em 1954, por influência de Nikita Khruschev, que havia exercido funções na Ucrânia durante muito tempo, a Crimeia foi integrada na república ucraniana (Tratado de Pereyaslav).

Quando da chamada implosão da União Soviética, a Ucrânia declarou a sua independência, como várias outras repúblicas da URSS. Ora, como se disse, várias infra-estruturas vitais para a Rússia ficavam fora do seu território. Concretamente quanto à Marinha, parte do litoral do mar Báltico, bem como do mar Negro, ficaram fora da autoridade directa da Rússia, e a base de Sebastopol ficava na Ucrânia. Foram feitos vários tratados para salvaguardar estas questões, e a base de Sebastopol ficou arrendada por vinte anos, renováveis.

Tudo correria no melhor dos mundos, se não fosse o choque de interesses entre a Rússia, por um lado, e a União Europeia e os Estados Unidos, por outro. O que parecia ser apenas uma guerra comercial à volta do petróleo e gás natural, passou a ser um conflito sobre áreas de interesse.

É interessante analisar os dados do censo de 2001 da população da Ucrânia, por distritos. Foram registados um total de 77,8 por cento de ucranianos e 17,3 por cento de russos no território, mas a distribuição não era uniforme. A percentagem de russos era muito baixa na zona ocidental (historicamente ligada à Polónia e Áustria), variando entre 1,2 a 6,7 por cento, subindo a 25,4 por cento em Kiev (uma espécie de enclave), para aumentar nos distritos orientais (contíguos á Rússia), variando entre 29,3 e 74,9 por cento; na Crimeia, a percentagem de russos é de 77 por cento, e em Sebastopol de 96,6 por cento.

Fácil se torna assim explicar o choque de sentimentos entre a maioria ucraniana, localizada no Oeste, e a minoria russa, centrada no Leste e na Crimeia. Panorama infelizmente comum na antiga URSS, que deu já origem às diversas guerras do Cáucaso (Geórgia, Chechénia e outras). No caso da Ucrânia, em tempos recentes, assistiu-se à deportação dos "alemães" (que os nazis haviam considerado *Volkdeutshe* – povo alemão) e dos tártaros da Crimeia.

A isto, há a acrescentar a influência externa. Os russos são pouco dados a emigrar, mas os ucranianos podem ser encontrados por toda a parte – até em Portugal; como com os nossos emigrantes, há uma influência dessas comunidades na Mãe Pátria.

Ora, por muitas declarações generosas e invocações de direitos sagrados que sejam feitas, fica-nos sempre um fundo de suspeita. É certo que todos os povos têm o direito de decidir sobre o seu destino, mas, quando esse destino faz jeito a uns e não a outros, dá que pensar. Como diz o ditado, quando a esmola é grande, o pobre desconfia.

Não restam dúvidas de que qualquer ingerência directa da Rússia na Ucrânia constitui uma violação do Direito Internacional. Mas, com uma maioria de russos na Crimeia, e ainda mais em Sebastopol, ficam questões em aberto.

Primeiro, se ao Sudão do Sul, ou à Eritreia, ou aos países da ex-Jugoslávia, foi reconhecido o direito á independência, porque não à Crimeia?

Segundo, não será o encerramento da base de Sebastopol a forma mais económica de acabar com a presença russa no mar Negro, e assim pôr termo ao avanço russo para os mares quentes, que foi uma constante da estratégia da Rússia, desde o tempo dos czares?

Terceiro, como disse um dirigente russo, não temos tropas russas na Crimeia; com efeito, basta aliciar os militares (como o comandante da Marinha ucraniana) e armar os civis para resolver o problema...

Precedentes, há. Em 1903, a então Província do Istmo da Colômbia entrou em insurreição contra o governo central, o que levou à intervenção (providencial?) dos Estados Unidos em apoio dos rebeldes, acabando na independência do Panamá, com o qual os EUA firmaram um tratado com a cedência perpétua da zona do canal, que começou (providencialmente?) a ser construído no ano seguinte. Todas as tentativas de rever a situação culminaram em golpes de Estado, e a Zona do Canal, com 16 quilómetros de largura (e na qual foi instalado o centro de treino militar Escuela de las Americas), que separava o país em duas partes, só em 2000 foi devolvida ao Panamá (o que ainda não se aplicou a Guantanamo).

Se mudarmos a doutrina de Monroe America for Americans, para Russia for Russians, teremos assim uma doutrina coerente a nível global...

Em resumo, como disse um dia Otto von Bismark, em política, o que parece, é; não é por acaso que Henry Kissinger tinha uma grande admiração por ele. As grandes declarações, baseadas em sagrados princípios, são sem dúvida importantes; mas importante é também saber que interesses se movem por detrás dessa cortina, não de ferro, mas de fumo.

E é por isso que penso que não haverá a Segunda Guerra da Crimeia, mesmo limitada, como a Primeira; porque, tal como na primeira, o bom senso e a busca do equilíbrio hão-de prevalecer.

O presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço recebeu a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, na visita de "afecto" realizada à casa dos "capitães de Abril"

# Assunção Esteves visitou "capitães de Abril"

A PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, deslocou-se à sede da Associação 25 de Abril, no dia 16 de Abril, para se encontrar com os "capitães de Abril" e, como disse, realizar um "encontro de afectos".

"A minha vinda aqui junto dos capitães de Abril tem uma intenção clara, a de deixar claro no espaço público que o carinho e a gratidão sem limites que o Parlamento deve aos capitães nunca estiveram nem podem estar em causa", declarou Assunção Esteves.

A iniciativa de visitar a Sede da A25A por parte da presidente da Assembleia da República surgiu na sequência da polémica em torno da possibilidade, ou não, de os "capitães de Abril" participarem nas celebrações oficiais do 40.º aniversário do 25 de Abril promovidas pela "casa da Democracia" e aí poderem usar da palavra.

No final da visita, ficou claro, pela voz de Vasco Lourenço, a disponibilidade de os "capitães de Abril" marcarem presença na sessão solene da Assembleia da República se lhes for "permitido usar da palavra".

No entanto, como se sabe, essa possibilidade foi gorada em virtude da irredutibilidade manifestada em conferência de líderes da Assembleia da República pela maioria do PSD e CDS/PP. Ficou, assim, inviabilizada a possibilidade de os fautores da Democracia, ainda vivos, décadas depois, juntarem a sua voz à dos eleitos pelo Povo na legitimação da Palavra. "Criador", o mesmo é dizer "capitães de Abril", e "criação", ou seja, Democracia, na imagem de Assunção Esteves, foram impedidos de se juntar no local próprio que é a Assembleia da República. Releve-se, no entanto, que essa circunstância não impediu a Associação 25 de Abril de se associar à inauguração da Exposição nos Passos Perdidos, comissariada por Pacheco Pereira. Gesto que, na altura, Assunção Esteves relevou em breve discurso: "Os capitães de Abril tiveram a grandeza de se dirigir aqui, àquilo que eu chamo a criação, a democracia, e vivificar estas imagens com a perspectiva do criador. Isto vai enriquecer o momento de inauguração desta exposição."

## Comunicado da A25A

**No dia seguinte à visita de Assunção Esteves, a 17 de Abril de 2014, a Direcção da A25A entendeu esclarecer publicamente a sua posição sobre a polémica, através da publicação do comunicado que a seguir se transcreve:**

**"Em 2012, a Associação 25 de Abril decidiu não aceitar o convite para assistir à sessão solene na Assembleia da República, comemorativa do 25 de Abril.**

**Em 2013 a Associação 25 de Abril voltou a não aceitar o mesmo convite.**

**Nas duas ocasiões, a A25A difundiu as razões que a levaram a essa atitude.**

**Neste ano, porque essas razões se acentuaram – com os detentores do poder a assumirem-se, como herdeiros dos vencidos em 25 de Abril de 1974 –, a Associação 25 de Abril voltou a declinar o convite para se fazer representar na sessão solene da Assembleia da República comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril.**

**Perante a insistência da Presidente da Assembleia da República, que considera a presença dos militares de Abril imprescindível e insubstituível, a Associação 25 de Abril admitiu alterar a sua posição se fosse convidada para usar da palavra na referida sessão solene.**

**O convite recebido pela Assembleia da República não comporta a intervenção de um representante dos militares de Abril, pelo que a Associação 25 de Abril decidiu manter a sua posição de não aceitação do convite.**

**Não pondo em causa a consideração que mantemos pela instituição Assembleia da República, a verdadeira "casa da democracia", o que nos leva a participar noutras actividades comemorativas dos 40 anos do 25 de Abril, organizadas pela Associação 25 de Abril.**

**A Direcção da Associação 25 de Abril informa que decidiu levar a efeito uma evocação de Salgueiro Maia, nela personificando a homenagem a todos os militares de Abril, no Largo do Carmo, no dia 25 de Abril às 11.00.**

**Mais informa que, nesses momentos o Presidente da Direcção da A25A, proferirá uma intervenção, semelhante à que seria feita na sessão solene na Assembleia da República.**

**Após esse tributo, será organizada uma romagem ao edifício onde funcionava a PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, para evocação da memória dos cidadãos ali assassinados no fim da tarde de 25 de Abril."**

# Ex-dirigente nacional do CDS brame contra a A25A

MANUEL SAMPAIO Pimentel, ex-dirigente nacional do CDS, e actual número dois de Rui Moreira na Câmara Municipal do Porto, insurgiu-se contra o voto favorável de João Gonçalves Pereira, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que aprovou, por unanimidade, a atribuição da Medalha Municipal Grau Ouro à A25A. Manuel Sampaio Pimentel pede uma clarificação política do CDS e desafia Telmo Correia a apresentar na próxima reunião do conselho nacional do partido uma "censura" ao voto favorável de João Gonçalves Pereira na vereação de Lisboa.

A reacção de Manuel Sampaio Pimentel teve honras de página inteira na edição do jornal *Público* de 29 de Abril, onde o próprio é citado como tendo reclamado na carta que dirigiu a Telmo Correia a necessidade de se apurar "que CDS temos – se o CDS barricado no Palácio de Cristal (em Janeiro de 1975), que resistiu heroicamente contra as forças totalitárias de esquerda, ou um CDS que através de um deputado, na qualidade de vereador, concorda com uma associação constituída por homens que, por sua vontade, impediriam a existência do CDS".

## A RESPOSTA DE VASCO LOURENÇO

Incomodado com o bramido de Manuel Sampaio Pimentel, Vasco Lourenço remeteu ao próprio, com conhecimento a Telmo Correia, Basílio Horta, António Costa, João Gonçalves Pereira, *Público*, e aos associados da A25A, o seguinte esclarecimento:

"Tomei conhecimento, através de uma notícia publicada no jornal *Público* de 29 de Abril de 2014, de um pedido feito por Manuel Sampaio de clarificação política do seu partido, o CDS.

Apesar de a razão desse pedido ser a atribuição da Medalha de Mérito – Ouro – da Câmara Municipal de Lisboa à Associação 25 de Abril, não me iria importunar com essa atitude se, tal como vem transcrito na referida notícia, não existissem afirmações incorrectas e injuriosas em relação à Associação de que sou presidente da Direcção.

Não vou comentar a maioria das afirmações, que encaro como resultado dum exercício da Liberdade que, em boa hora, os militares de Abril recuperaram para Portugal e para os portugueses e que, felizmente, continua a vigorar. Apesar das ameaças constantes a que a mesma é sujeita, a menor das quais não é a tentativa de coarctarem o exercício da liberdade de expressão aos militares de Abril, com o argumento de que estes querem ser donos ou tutores disto e daquilo.

Sejamos claros: tal como qualquer cidadão é livre de expressar a sua opinião, o militar de Abril não abdica de exercer esse direito! Por muito incómoda que essa opinião possa ser, seja para quem for!

Diz Manuel Sampaio que 'convém saber que CDS temos – se o CDS barricado no Palácio de Cristal (em Janeiro de 1975), que resistiu heroicamente contra as forças totalitárias da esquerda, ou o CDS que através de um deputado, na qualidade de vereador, condecorou uma associação constituída por homens que, por sua vontade, impediriam a existência do CDS'.

Não sei a idade do senhor Manuel Sampaio, não sei portanto se em 1975 já tinha idade para ter compreendido o que se passou, ou se seria já militante do CDS, ou sequer se já teria nascido.

A referência que faz à memória, na história e no ADN do CDS, pressupõe que sim, que terá pelo menos 60 anos.

Para além de lhe garantir que intervim pessoalmente, no sentido de resolver o problema do cerco ao Palácio de Cristal, feito por forças de extrema-esquerda cujos elementos hoje estarão, em grande parte, nos partidos da direita, quem sabe se no próprio CDS, vou contar-lhe uma pequena estória passada em 1976.

Quando da campanha eleitoral para as eleições da Assembleia da República, realizadas em 25 de Abril de 1976 (as primeiras eleições feitas sob a égide da Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976), recebi em audiência, no meu gabinete de comandante da Região Militar de Lisboa, o Dr. Basílio Horta, na sua qualidade de dirigente do CDS.

Nessa audiência, Basílio Horta apresentou-me o receio do seu partido de que ao comício previsto para o Campo Pequeno em Lisboa pudesse acontecer o mesmo que aconteceu no Palácio de Cristal no Porto.

Disse-lhe, então, que podia estar descansado, que podiam realizar o comício com toda a segurança, pois na região militar por mim comandada não permitiria quaisquer limitações às liberdades de um partido democrático.

Apesar de receoso, Basílio Horta agradeceu-me e o CDS organizou e realizou o comício com toda a segurança.

Ainda houve uma tentativa de boicote, por parte de alguns contra manifestantes, mas rapidamente o assunto foi resolvido, pelas forças por mim destacadas para o efeito.

Um ano e alguns meses depois tomou posse o Governo PS/CDS. Quando nessa sessão cumprimentei Basílio Horta, como um dos ministros que acabara de tomar posse, tivemos o seguinte diálogo:

– Quem diria, senhor general, que estive no seu gabinete a pedir-lhe protecção para poder realizar um comício em segurança e que, passado pouco mais de um ano, o senhor me está a felicitar pela minha tomada de posse, como ministro do Governo de Portugal!

– Quem diria, quem diria, senhor ministro! Mau sinal, dos tempos que correm! Mas, acima de tudo, desejo-lhe felicidades!

– Obrigado, senhor general, obrigado!

Passados todos estes anos, afirmo-lhe duas coisas: não me arrependi das minhas atitudes e continuo a ser o mesmo, com a mesma atitude democrática, que a generalidade dos militares de Abril – seja a grande maioria que está na A25A, sejam os poucos que não pertencem à mesma – continua a assumir.

Espero ter contribuído para ajudar o senhor Manuel Sampaio ou a refrescar-lhe a memória da história e do ADN do seu partido, o CDS, ou a fornecer-lhe elementos para melhor a compreender. Com os melhores cumprimentos. Vasco Correia Lourenço."

Ex-dirigente nacional do CDS pede "clarificação política" do partido

## POSTO DE COMANDO DA PONTINHA

A IDEIA de uma eventual transferência, ainda que provisória, do Posto de Comando da Pontinha do local histórico onde se desenrolou a acção evocada por esse memorial, mereceu vivo repúdio entre "militares de Abril" tendo, a propósito, a Direcção da A25A divulgado o seguinte comunicado:
"A comunicação social tem-nos informado da vontade da AR, bem como do Governo e do PR, em comemorarem os 40 anos do 25 de Abril. Nada mais natural, o que nos levaria a enaltecer essa vontade, não fosse a forma envergonhada de que essas comemorações parecem revestir-se.
Porque comemorar Abril não deve ser uma mera formalidade, principalmente quando os seus valores vêm sendo destruídos, quando o sonho então acalentado se vem transformando em pesadelo, a Associação 25 de Abril - como representante das e dos que há 40 anos protagonizaram a libertação e a abertura das portas de Abril – considera que só têm sentido comemorações se elas incorporarem a vontade de recuperação dos valores que há 40 anos nos levaram a tudo arriscar, em prol do nosso País!
Nesse sentido, não compreendem, e em consequência não aprovam a ideia difundida de "transferir" temporariamente o Posto de Comando da Pontinha para a AR.
Isto porque consideramos que o Posto de Comando não se pode confinar apenas aos móveis e materiais utilizados na sala onde funcionou, acrescido de figuras de cera representativas dos oficiais que aí desempenharam missões determinantes de toda a acção, mas também ao próprio edifício, que pelas suas características tem significado especial.
Por isso, quando decorrem decisões no sentido de dissolver a unidade militar – o Regimento de Engenharia – que lhe 'deu' acolhimento, o que pode implicar a futura destruição do próprio Posto de Comando, não se aceita que, em vez de decidir pela classificação da unidade militar ou, no mínimo, do referido Posto de Comando como de interesse nacional – assim, estar-se-ia, sim, a comemorar devidamente os 40 anos de Abril – se esteja a abrir as portas (estas, não de Abril...) à futura defesa de que o Posto de Comando não necessita de estar onde sempre esteve, pois pode ser transferido para um qualquer outro local."

## EVOCAÇÃO DE REUNIÕES CLANDESTINAS

A ASSOCIAÇÃO 25 de Abril evocou, recentemente, a realização de três reuniões clandestinas preparatórias do 25 de Abril de 1974, através da promoção de almoços-debate com a participação de intervenientes, na sua sede em Lisboa.
No passado dia 5 de Fevereiro lembrou-se a reunião, há 40 anos, realizada na residência de Marcelino Marques, nos Olivais.
Um mês depois, a 5 de Março, foi a vez de se recordar a reunião de Cascais, no atelier do arquitecto Braula Reis, com a presença dos convidados especiais José Maria Moreira de Azevedo e de Nuno Pinto Soares.
E, no dia 24 de Março, foi tempo para se fazer memória da reunião de Oeiras, então realizada em casa de Candeias Valente, num encontro que, entre outros, contou com a presença de Otelo Saraiva de Carvalho.
Os três encontros foram palco de desfile de memórias históricas, aqui e além pontuadas por impressivas referências pessoais dos protagonistas que muito contribuíram para o melhor esclarecimento daqueles que pessoalmente não as viveram.

## ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO NORTE

A ASSEMBLEIA-GERAL ordinária da Delegação Norte da A25A reuniu-se, nas instalações sociais, no dia 22 de Março, sob a presidência de Abel Joaquim Tavares, tendo aprovado o Relatório de Actividades de 2013 e procedido à eleição dos corpos gerentes para o biénio 2014/2015, a quem conferiu posse.
Como é costume, foi guardado um minuto de silêncio pelos associados falecidos no último ano.
Do Relatório de Actividades destacam-se os comentários e conclusões:
"No momento em que invocamos 40 anos de Abril, julga-se oportuno analisar os objectivos que foi possível atingir, quais os que ainda o não foram e que Regime Social e Político é possível projectar para o futuro.
Desde já, podemos considerar como adquiridos na vida quotidiana, a liberdade, quer de opinião, quer de manifestação, quer ainda de princípios básicos de Democracia.
Outro tanto não se pode dizer no que concerne aos Direitos Sociais, Culturais e Dignidade no Trabalho, onde, pesem embora alguns desenvolvimentos sensíveis iniciais, tem vindo a haver significativa regressão, sobretudo nos últimos tempos.
Importa, pois, saber as razões últimas, para que isso venha a acontecer, para além da simplista apreciação de medidas exploradoras do capitalismo monopolista e financeiro.
Importa saber a razão porque a população é tão pouco exigente, quer consigo própria, e condescendente com as múltiplas Instituições em quem delega a sua representação de interesses materiais, políticos e culturais.
Importa, ainda, questionar a razão por que grande parte da juventude não se revê no espírito de realizar objectivos de partilha e solidariedade entre si e entre gerações e prefere, isoladamente, realizar objectivos e tarefas que apenas salvaguardam os interesses e necessidades imediatas e, estas, porque assentes em individualismo, rapidamente são subvertidas e eliminadas.
É das respostas a estas questões que pode emergir a solução para encontrar os caminhos que levam à concretização dos objectivos de Abril, no âmbito da Igualdade e Solidariedade ainda em construção, senão mesmo, em regressão.
Talvez seja por essa procura que, nas mais diversas localidades, pessoas individuais ou colectivas se têm dirigido à Associação 25 de Abril, para, imbuídos do espírito de Liberdade e Solidariedade, evocar Abril e reganhar esperança, reivindicando a Unidade e descobrindo novos caminhos.
Novos caminhos que tenham em conta as "realidades" actuais, que a inovação, conhecimento e novas oportunidades de comunicação criaram e que colocam contradições de interesses e de formas de realizações.
É neste novo paradigma que os Valores de Abril têm de medrar, para continuar a constituir-se como um farol que ilumina a construção de uma sociedade justa.
Assim sendo, a evocação de Abril não passará de um 'Muro' de lamentações e frustrações, que em nada contribuirá para a unidade e luta por um mundo justo em que valha a pena viver com dignidade e alegria.
É com convicção, determinação e certeza que pensamos que assim será."

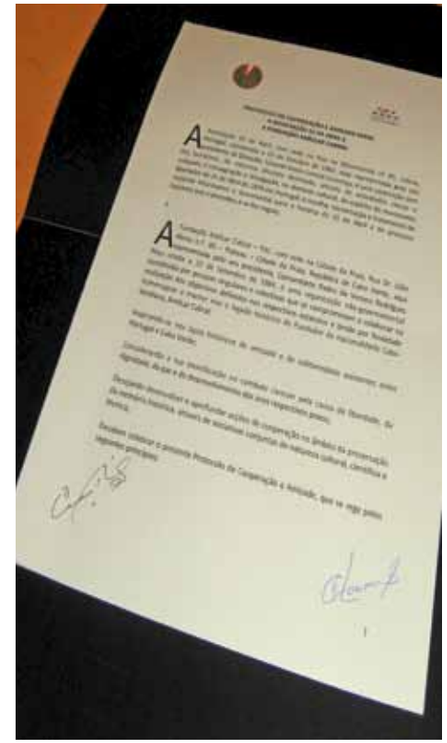
### NOVOS CORPOS SOCIAIS

Os novos corpos sociais eleitos em assembleia geral têm a seguinte constituição: Mesa da Assembleia Geral: presidente, Abel Joaquim A. Tavares, capitão-de-fragata e engenheiro naval; vice-presidente, António Mário Ribeiro Pinto, sargento-mor; secretário, José Luís Machado Bacelar Ferreira, coronel. Suplentes: José Barros da Costa, economista, e José Duarte Gonçalves Cardoso, primeiro-sargento.
Direcção: presidente, Antero Aníbal Ribeiro da Silva, tenente-coronel; vice-presidente, Rui Rolando Xavier de Castro Guimarães, coronel; secretário, António Manuel Marques Lopes, coronel; tesoureiro, Nuno Filipe Brito Fonseca, empresário; vogal, João Carlos Mota Correia Ambrósio, coronel; vogal, Boaventura José Martins Ferreira, coronel; vogal, Manuel Loff, professor universitário. Suplentes: João Baptista V. M. Magalhães; professor do ensino secundário, e João Moutinho da Silva, major piloto aviador e engenheiro civil.

A25A E FUNDAÇÃO AMÍLCAR CABRAL

# Preservam memória histórica

O comandante Pedro Pires e Vasco Lourenço no momento da subscrição do protocolo celebrado entre a Fundação Amílcar Cabral e a A25A



"DESEJANDO continuar a desenvolver e aprofundar acções de cooperação no âmbito da preservação da memória histórica, através de iniciativas conjuntas de natureza cultural, científica e técnica", a Associação 25 de Abril (A25A) e a Fundação Amílcar Cabral (FAC) celebraram um protocolo de cooperação e amizade, no dia 11 de Março de 2014, para prosseguirem os "laços históricos de amizade e de solidariedade existentes entre Portugal e Cabo Verde".

Inspirados na "identificação no combate comum pela causa da liberdade, da dignidade, da paz e do desenvolvimento dos seus respectivos povos", Vasco Lourenço e Pedro Pires subscreveram o protocolo através do qual se "comprometem a desenvolver relações privilegiadas de cooperação e amizade, com base em programas a definir por ambas as instituições que contemplem a definição das prioridades de cooperação e a identificação das condições para a sua realização, designadamente no que se refere aos meios necessários à sua concretização e respectiva calendarização".

Entre as acções desenhadas em futuros programas de cooperação ficam consignadas: "recolha, conservação e intercâmbio do acervo documental de que ambas as partes sejam depositárias, com incidência particular nos domínios da emancipação e da luta de libertação de Cabo Verde e do pro-

**Associados da A25A e da Fundação Amílcar Cabral testemunharam a celebração do protocolo entre as duas entidades**

cesso histórico que conduziu ao fim do fascismo e do colonialismo em Portugal"; "acesso, em condições de reciprocidade, à documentação recolhida e preservada por cada uma das partes, para fins de consulta e investigação"; "realização de estudos e trabalhos de divulgação do património histórico e cultural dos respectivos países"; "realização e participação em reuniões, conferências, exposições e outras actividades similares relacionadas com temas de interesse comum, inspirados no ideário humanista do movimento de libertação de Cabo Verde e da Revolução do 25 de Abril em Portugal"; e "intercâmbio e formação no domínio da experiência organizativa das partes".

Além da "preservação da memória histórica, tendo por alvo a juventude e o desenvolvimento de uma cidadania consciente", a A25A e a FAC "darão uma atenção especial às actividades de carácter internacional, no âmbito da CPLP, por forma a estimular a solidariedade, promover o reforço da paz e da amizade e desenvolver a cooperação cultural e científica".

## Morreu Lúcia Manuela Camecelha Pezarat Correia

Faleceu a senhora D. Lúcia Manuela Camecelha Pezarat Correia, em Belas, no passado dia 10 de Maio, com 78 anos. Associada da A25A, a extinta era esposa de Pedro Pezarat Correia, director de *O Referencial*, mãe de Pedro Luís Camecelha Pezarat Correia e de Ana Lúcia Camecelha Pezarat Correia, e avó de Tiago, Inês, Filipa, Mafalda e Tomás.
O corpo esteve em câmara-ardente na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Queluz, e daí saiu o funeral, dia 11, para o cemitério de Rio de Mouro, onde o corpo foi cremado.
À família enlutada, em especial ao nosso estimado director, Pedro Pezarat Correia, a A25A e *O Referencial* exprimem sentimentos de profundo pesar e de sinceras condolências.





# RELATÓRIO E CONTAS DE 2013

## aprovado em Assembleia-Geral

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE pública sem fins lucrativos, a Associação 25 de Abril tem as suas actividades espelhadas no Relatório e Contas de 2013, aprovado em Assembleia Geral de 29 de março de 2014. O resultado do exercício saldou-se por um prejuízo de 8031 euros.
Segundo refere a Direcção no seu relatório, "as necessidades financeiras da Associação que, em consequência das medidas anticrise decretadas pelo governo, sofreram um agravamento sensível para fazer face aos aumentos dos impostos de consumo, em particular o IVA, a par de aumentos de preços no consumidor dos fornecimentos e prestações de serviços essenciais não eliminháveis ou substituíveis – electricidade, comunicações, manutenção e reparação – não tiveram a necessária contrapartida total do lado das receitas, pelo que, à semelhança do verificado no exercício precedente 2012, se apurou no final do ano de 2013 um prejuízo de € 8031. Prejuízo inferior em € 2125 ao de 2012, no montante de € 10156."
O Conselho Fical, no seu parecer às contas de 2013, entende que "a continuada redução nos apoios recebidos aumenta a importância da quotização dos Associados e da recuperação de quotas atrasadas. Assim, o Conselho Fiscal considera seu dever apelar a todos os associados no sentido do alargamento do número de sócios e da satisfação dos seus deveres de associados".

O Relatório e Contas 2013 está disponível aos associados na sede da Associação e em *www.25abril.org*

**SÓCIOS DE HONRA**
Por proposta da Direcção da Associação 25 de Abril, a Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, a criação de seis sócios de honra, entretanto falecidos. As propostas individuais e devidamente fundamentadas acrescentam ao galarim da A25A (António Alves Marques Júnior, Carlos Alberto Idães Soares Fabião, Emídio Guerreiro, Ernesto Augusto Melo Antunes, Fernando Baeta Cardoso do Valle, Fernando José Salgueiro Maia,Francisco da Costa Gomes, João Sarmento Pimentel, José Manuel Cequeira Afonso dos Santos, Maria Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo,Vasco dosSantos Gonçalves,Vítor Manuel Rodrigues Alves) mais sete nomes entre os seus maiores: Alcides José Sacramento Marques, António Alva Rosa Coutinho, Augusto José Monteiro Valente, Carlos Manuel Costa Lopes Camilo, José Luís Vilalobos Filipe, Mário Alfredo Brandão Rodrigues, Nuno Manuel Guimarães Fisher Lopes Pires.

# VAMOS APRENDER BRIDGE! (96)

Que jogador poderá afirmar que, após a abertura do parceiro em 1St, nunca se deparou com uma mão do tipo:

♠ 3
♥ A1064
♦ RV97
♣ DV82

É óbvio que a força da mão (11PH) e a sua existência na mesma de um naipe de ♥ com 4 cartas aconselham a que se desencadeie o STAYMAN, na fundada esperança de que venha a ser encontrado um fit naquele naipe.
O pesadelo aparece quando o rebide do parceiro for 2♦. É uma verdadeira "hipótese de terror" que leva, um bom número de praticantes, a optar para marcar 3ST, apesar de saber que os AVD detêm, no mínimo, 9 cartas em ♠ e por não disporem, no sistema que utilizam, de qualquer "ferramenta" de marcação que lhes permita fugir à "atrocidade" de arriscar jogar o contrato em ST.
A lacuna detectada no sistema natural levou a que se sentisse a necessidade de criar uma Convenção que, em situações análogas, permitisse encontrar um fit em naipe pobre, adicionando uma maior segurança na marcação do contrato.

1. CONVENÇÕES
1.18 – O FIT EM POBRES APÓS ABERTURA EM 1ST

A solução encontrada para resolver o problema em apreço foi divulgada por JOSE LE DENTU no livro TRIUMPH AND DISASTERS e é duma simplicidade evidente e duma eficácia comprovada.
Vejamos como funciona a Convenção:
- Após a abertura do parceiro em 1ST e sempre que o respondente detenha uma mão tricolor, com o singleton ou a chicana em ♥, e que, após desencadear o STAYMAN, "ouvir" o parceiro rebidor em 2♦ o jogador deve marcar 3♣. Este é um anúncio convencional (tipo relais) que pede ao abridor que defina mais concretamente a mão que possui.
Após a marcação de 3♣ pelo parceiro o abridor tem à sua disposição o seguinte esquema de rebides possíveis:

3♦ - Com 4 cartas em ♦
3♥/♠ - Com 3 boas cartas no naipe
3ST – Com 4 cartas em ♣
4♣/♦ - Com 5 cartas no naipe

É óbvio que de posse da informação adicional ora fornecida pelo abridor, o respondente encontra-se agora em muito melhores condições para marcar o contrato mais adequado, face ao teor dos jogos existentes na linha.
Como curiosidade analisaremos agora o jogo que apresentámos como exemplo, no que se refere ao problema de marcação e à bondade da solução encontrada.

| N | S |
|---|---|
| ♠V104 | ♠3 |
| ♥R5 | ♥A10642 |
| ♦AD102 | ♦RV97 |
| ♣AR93 | ♣DV82 |

É fácil concluir que a mão cabida, pelo menos numa vasa, em 3ST mas que possibilita a obtenção de um bom chelem, quer em ♣ quer em ♦.
Não posso deixar de referir que a utilização desta Convenção não inviabiliza atingir-se a marcação do contrato de 3ST, mas antes disponibiliza a informação indispensável para a fazer com consciente segurança, ao incluir nos rebides do abridor os anúncios de 3♥ ou de 3♠, com o significado que lhes foi atribuído.

1.19. TRIAL BIDS
Optámos por identificar esta Convenção pela forma como é conhecida no universo bridgístico, apesar de, em português, existir uma denominação bem precisa para a identificar por TENTATIVA DE PARTIDA.

Desde os primórdios do bridge que os praticantes se defrontaram com mãos sobre as quais "sentiam" que o jogo existente na linha poderia chegar para a partida, desde que se verificassem determinadas condições. Normalmente identificavam essa necessidade com o facto do parceiro poder, ou não, estar máximo na voz que dera. Para resolver o problema faziam leilões do tipo:

| | | |
|---|---|---|
| 1♥ | - | 2♥ |
| 3♥ | - | ? |

A voz de 3♥, neste contexto, não era mais do que uma TENTATIVA DE PARTIDA em que o abridor pedia ao parceiro que a marcasse se o seu jogo fosse máximo (8, 9 ou 10PH) o que passasse se tal não acontecesse.
O tempo, a experiência e a natural evolução nos sistemas de marcação levou a trocar esses leilões por outras vozes de convite (TRAIL BIDS), deixando para as anteriores um significado de prolongamento em barragem, tentando assim dificultar que o ADV marcasse o contrato a que o abridor pensava terem direito.
Os TRIAL BIDS (como quase todas as Convenções) não obedecem a um único modelo de solução, sendo a versão que vamos apresentar talvez a mais utilizada entre os praticantes.
Com o leilão:

| | | |
|---|---|---|
| 1♠ | - | 2♠ |
| 3♦ | - | ? |

o abridor indica deter uma mão com legítimas aspirações à partida mas com um naipe problemático (neste caso ♦), perguntando ao parceiro se o ajuda nessa dificuldade, isto é, se aí detém figuras ou se está curto a ♦. Caso isso se verifique o respondente deve saltar para a partida. Caso contrário deve marcar 3♠ que é a forma convencionada de responder negativamente à TENTATIVA DE PARTIDA.
O pedido de ajuda reporta-se a um naipe com três ou mais cartas e com, no mínimo, duas perdentes. Eis uma mão característica para a utilização dum TRIAL BID, após o leilão de 1♠-2♠:

♠AR9865
♥A3
♦RD
♣732

Com esta mão o abridor convidaria em 3♣, naipe onde tem 3 perdentes.
Se o respondente detivesse:
♠D93 ♥RV72 ♦V32 ♣965

deveria recusar o convite, marcando 3♠.
Mas se a sua mão fosse:
♠1073 ♥RD742 ♦10843 ♣4

deveria, obviamente, aceitar o convite, marcando 4♠.
Os TRIAL BIDS apenas se utilizam após aberturas em 1♥/♠. Com aberturas em 1♣/♦ e apoio imediato do parceiro o anúncio de um novo naipe não deve ser entendido como um pedido de ajuda no naipe mas, antes, como uma afirmação de força (figuras) nesse naipe com o claro objectivo de chegar a um eventual contrato de 3ST.

Até ao próximo número.

Associação
25 de Abril
1974 2014
Júlio Pomar e Henrique Cayatte